



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 044

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 17 DE MAIO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PP

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PP Cida Borghetti
PT Tadeu Veneri
PDT Barbosa Neto
PL Mauro Moraes
PPS Waldir Leite

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **PTB** - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **Sem Partido** - 01: Luiz Carlos Martins.

SESSÃO Nº 044

SUMÁRIO

Lista de presenças..... 02

Abertura da Sessão Ordinária 03

Expediente:

Questão de Ordem 03

Mensagem 03

Ofício 05

Indicações 05

Requerimentos 06

Projetos de Lei 21

Pequeno Expediente:

Dep. Barbosa Neto 29

Dep. Neivo Beraldin 30

Dep. Elio Rusch 30

Dep. Reni Pereira 31

Dep. Tadeu Veneri 32

Dep. Pastor Edson Praczyk 33

Grande Expediente

Dep. Rafael Greca 35

Sr. Ivo Petry Sobrinho (Representando a EMATER) 42

Interpelações:

Dep. Ângelo Vanhoni 43

Dep. Neivo Beraldin 44

Dep. Valdir Rossoni 45

Dep. André Vargas 45

Dep. Tadeu Veneri 46

Dep. Nereu Moura 46

Dep. Dobrandino da Silva 47

Dep. Luciana Rafagnin 48

Horário das Lideranças:

Liderança do PL: Dep. Pastor

Edson Pracyk 33

Liderança do PSB: Dep. José

Domingos Scarpellini 48

Liderança do PTB: Dep. Jocelito

Canto 49

Liderança do PPS: Dep. Marcos

Isfer 50

Liderança do PDT: Dep. Barbosa

Neto 51

Liderança do PFL: Dep. Plauto

Miró Guimarães 52

Liderança do PSDB: Dep. Valdir

Rossoni 53

Liderança da Oposição: Dep.

Valdir Rossoni 54

Liderança do Governo: Dep.

Cleiton Kielse 54

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 56

Discussão / Votação 57

1ª Discussão (Votação em) 57

Redação Final 57

2ª Discussão 57

1ª Discussão 59

Requerimentos 62

Encerramento da Sessão Ordinária 63

044ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 044ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2005

(terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariada pelos Srs. Deputados Nelson Garcia e Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Tra-

iano, Ademir Bier, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Barbosa Neto, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni (46). Pedro Ivo Ilkiv, Ailton Araújo, Artagão Júnior, Carlos Simões, Elton Carlos Welter, Natálio Stica, Padre Paulo Campos e Waldir Leite (08)

Abertura da Sessão Ordinária:

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Questão de Ordem

QUESTÃO DE ORDEM

Senhor Presidente:

O Deputado que a presente subscreve, com fundamento no artigo 104 do Regimento Interno desta Casa, submete a V. Exa. Questão de Ordem relativa aos Projetos de Lei 709/2004 e 484/2004, oriundos das Mensagens 044 de 26/11/2003 e 036 de 06/12/2004, haja vista que os referidos projetos confundem-se em parte de seus objetos, como adiante se demonstra:

Projeto de Lei nº 709/2003 (Mensagem nº 44, de 26/11/2003)

Assunto: pede autorização desta Assembléia Legislativa para transformar, fundir, extinguir e alterar a personalidade jurídica da EMATER, da CODAPAR, da CLASPAR e da MINEROPAR.

- O projeto é vago e genérico;
- não esclarece seu real objetivo em relação a cada entidade (transformar em quê? Fazer fusão com quem?

Extinguir por quê? Alterar a personalidade jurídica para qual?

- Não apresenta estudos que demonstrem a conveniência e o interesse público das medidas propostas.

Regime de Urgência - aprovado dia 3 deste mês de maio.

Projeto de Lei nº 484/2004 (Mensagem nº 036, de 06/12/2004)

Assunto: pede autorização legislativa para transformar a EMATER (empresa pública com personalidade jurídica de direito privado) em uma Autarquia (ente administrativo, também integrante da administração pública indireta, porém com personalidade jurídica de direito público).

Regime de Urgência - aprovado dia 3 deste mês de maio.

Este último traz proposta mais específica, todavia os projetos são no mínimo conflitantes, uma vez que o segundo está contido no primeiro, e a aprovação deste primeiro, prejudicaria o segundo, que se tornaria inócuo.

Na verdade, o primeiro projeto deveria ser rejeitado por inconstitucionalidade, caracterizada por inadmissível delegação de competência legislativa.

Isto porque a criação de uma autarquia é matéria que deverá ser objeto de lei específica para este fim e não de lei genérica que transfere ao administrador - como um cheque em branco - o poder de transformar, fundir, extinguir, alterar personalidade jurídica - indistinta e inespecificamente, dos entes da administração pública indireta.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) VALDIR ROSSONI

Mensagens:

MENSAGEM Nº 021/2005

Curitiba, 11 de maio de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de, em conformidade com o disposto no artigo 66, inciso II, da Constituição Estadual, encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei complementar que objetiva inserir parágrafo 5º ao artigo 272, do Estatuto da Polícia Civil do Paraná (Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982), para estabelecer como causa impeditiva da prescrição a publicação do ato demissional do servidor policial, com fins de resguardar os interesses da Administração em relação a outros processos pendentes, com envolvimento do servidor demitido.

Tratando-se de medida legal que atende aos superiores interesses públicos e que versa sobre assunto de elevado significado, eis que é ligado ao regime jurídico de servidores que atuam na segurança, um dos mais importantes campos da atividade da Administração, adoto como razões fundamentais desta proposição, a anexa justificativa firmada pelo Secretário de Estado da Segurança,

onde estão detalhadamente esclarecidos aspectos demonstrando a indiscutível conveniência e oportunidade de que é revestida a presente proposta de diploma legal.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º O artigo 272 da Lei Complementar nº 14/82, passa a vigorar com a inclusão de parágrafo com a seguinte redação:

“§ 5º A publicação do ato demissional do servidor policial civil é causa impeditiva da prescrição, em relação aos demais processos administrativos disciplinares em curso.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

JUSTIFICATIVA:

SECRETARIA DE ESTADO DA
SEGURANÇA PÚBLICA

Origem: Secretaria da Segurança

Interessado: Polícia Civil

Assunto: Anteprojeto de Lei que insere parágrafo 5º ao artigo 272 do Estatuto da Polícia Civil estabelecendo como causa impeditiva da prescrição a publicação do ato demissional do servidor policial civil.

O Conselho da Polícia Civil encaminhou por meio das Deliberações 986 e 987, oriundas dos protocolos 4.778.764-5 e 4.778.253-8, proposta de inclusão de um parágrafo ao artigo 272 do Estatuto da Polícia Civil, fixando como causa interruptiva da prescrição a publicação do ato demissional do servidor policial civil, com fins de resguardar os interesses da Administração em relação aos demais processos pendentes.

Analisando a LC nº 14/82, verifica-se que a inclusão do parágrafo 5º ao artigo 272, faz-se necessária a fim de evitar a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva.

Isso porque o Estatuto da Polícia Civil não prevê nenhuma ressalva em relação ao procedimento adotado quanto aos demais processos em curso nos casos em que tiver sido aplicada a pena de demissão ao servidor processado.

Porém, analisando as causas impeditivas e interruptivas da prescrição estabelecida no Código Penal Brasileiro, nota-se que o caso em questão se adequaria como causa impeditiva e não interruptiva da prescrição.

Senão vejamos:

“Art. 116. Antes de passar em julgado a sentença final, a prescrição não corre:

I - enquanto não resolvida, em outro processo, questão de que dependa o reconhecimento da existência do crime;

II - enquanto o agente cumpre pena no estrangeiro.

Parágrafo Único. Depois de passada em julgado a sentença condenatória, a prescrição não corre durante o tempo em que o condenado está preso por outro motivo.

Art. 117. O curso da prescrição interrompe-se:

I - pelo recebimento da denúncia ou da queixa;

II - pela pronúncia;

III - pela decisão confirmatória da pronúncia;

IV - pela sentença condenatória recorrível;

V - pelo início ou continuação do cumprimento da pena;

VI - pela reincidência.

§ 1º Excetuosos os casos dos incisos V e VI deste artigo, a interrupção da prescrição produz efeitos relativamente a todos os autores do crime. Nos crimes conexos, que sejam objeto do mesmo processo, estende-se aos demais a interrupção relativa a qualquer deles.

§ 2º Interrompida a prescrição, salvo a hipótese do inciso V deste artigo, todo o prazo começa a correr, novamente, do dia da interrupção.

Assim, ao fazer a leitura dos dispositivos extrai-se que as causas impeditivas são aquelas alheias ao processo no qual está se buscando a cominação da pena. E, as causas interruptivas estão de forma taxativa elencando atos internos do processo cuja pena será cominada.

Neste sentido, tem-se que a publicação do ato demissional é ato alheio aos autos de processo administrativo no qual se busca o resguardo da prescrição, portanto mais condizente como causa impeditiva da ocorrência da prescrição.

Isso também somado ao fato de que se entendêssemos pela interrupção, teríamos como conseqüência o reinício da contagem do prazo prescricional, solução essa excessivamente gravosa aos administrados.

Desta forma, em caso de reintegração ao cargo, reinicia-se o processo do momento em que ficou sobrestado, não onerando nem a Administração nem, o Administrado.

Assim, deve ser encaminhado à apreciação do Governador e futura proposição na Assembléia Legislativa, nos termos do artigo 65 e seguintes da Constituição Estadual, o anteprojeto de lei que insere o parágrafo 5º ao artigo 272, da LC 14/82, para estabelecer como causa impeditiva da prescrição a publicação do ato demissional do servidor policial civil.

(a) LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI
Secretário da Segurança

MENSAGEM Nº 022/2005

Curitiba, 11 de maio de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o

incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a proceder permuta de parte ideal do imóvel que compreende uma área de 141,45 m², de propriedade do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, objeto de matrícula nº 2894, do Ofício de Registro de Imóveis da 9ª Circunscrição da Comarca de Curitiba, por parte ideal do imóvel que totaliza uma área de 267,05 m², objeto da matrícula sob nº 24.452, do Ofício de Registro de Imóveis da 9ª Circunscrição da Comarca de Curitiba, pertencentes à empresa Hafil Empreendimentos Ltda.

O plano de lei ora proposto consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da coletividade, eis que a permuta de frações ideais constituídas de pequenas áreas de solo, adjacentes, permitirá, com o decorrente dimensionamento dos perímetros, tornando-os indiscutivelmente mais aproveitáveis, a execução e regularização de obras de ampliação do Colégio Estadual de Santa Cândida, nesta Capital. Tal permuta, segundo dispositivo expressamente contido no texto do anteprojeto de lei em causa, deverá ser precedida de avaliação e de atendimento aos demais procedimentos legais aplicáveis à matéria.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a permuta de parte ideal do imóvel que compreende uma área de 141,45 m², de propriedade do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, objeto da matrícula nº 2894, do Ofício de Registro de Imóveis da 9ª Circunscrição da Comarca de Curitiba, por parte ideal do imóvel que totaliza uma área de 267,05 m², objeto da matrícula sob nº 24.452, do Ofício de Registro de Imóveis da 9ª Circunscrição da Comarca de Curitiba, pertencentes à empresa Hafil Empreendimentos Ltda.

Art. 2º O imóvel havido pela FUNDEPAR face a permuta de que trata esta lei, gravado com cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, será destinado à ampliação das instalações do Colégio Estadual Santa Cândida, desta Capital.

Art. 3º A permuta referida no artigo 1º desta lei será precedida de avaliação das áreas e observará os demais procedimentos legais.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

Ofício

Sob o nº 713/2005, do Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando projeto de lei que regulamenta a aplicação, por parte daquela Corte de Contas, de sanções em processos administrativos de sua competência, em observância ao disciplinado no inciso VIII e parágrafo 3º do artigo 75 da Constituição Estadual. **Ao conhecimento da Casa.**

Indicação

INDICAÇÃO Nº 021/2005

Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva, e Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, Waldyr Ortêncio Pugliesi.

O Deputado Carlos Simões, no uso de suas atribuições regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o que segue:

I - que seja finalizada a pavimentação por via de ligação asfáltica a BR-487, tradicionalmente denominada de “Estrada Boiadeira”, perfazendo a extensão de 82 quilômetros.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

A COMCAM e a AMERIOS - Associação dos Municípios da Região de Enterrios (que congrega 32 municípios), entidades que reúnem administrativamente os municípios polarizados por Campo Mourão e Umuarama, estão empenhadas na defesa do término das obras de pavimentação asfáltica da BR-487 - tradicionalmente denominada de “Estrada Boiadeira”.

O Movimento vem ganhando gradativamente a adesão de entidades civis organizadas, a exemplo dos Rotary's Club's, Lions, Sindicatos Rurais, Maçonarias, Igrejas Católicas e Evangélicas, Associações Comerciais e Clubes de Dirigentes Lojistas, dentre outros, através da manifestação oficial em abaixo-assinado intitulado “Apoio ao Caminho do Paraná”.

É indispensável recordar que desde 1950, essas microrregiões reivindicam essa rodovia, que irá contribuir, sobremaneira, com o fortalecimento da economia dos municípios e do Estado do Paraná como um todo.

A história política registra que inúmeras vezes as obras foram paralisadas, sendo que a solicitação objetiva a pavimentação do trecho compreendido entre os Municípios de Campo Mourão a Porto Camargo, conforme traçado original.

Assim, reafirmando que a conclusão das obras da BR-487 (Estrada Boiadeira), é de extrema importância para as nossas microrregiões, para o Estado do Paraná e para todos os segmentos envolvidos, em especial, o agropecuário e, neste sentido, renovamos os votos de confiança e esperança na retomada dessa obra para cuja

empreitada contamos com vossas indispensáveis participações.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1323

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 232/2005 (autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito para financiamento de Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil - PRODETUR).

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1407

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 262/2005 (objetiva a criação de cargos de provimento em Comissão, com lotação na Superintendência de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA).

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 1338

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final aos projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 1426

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a retirada e o conseqüente arquivamento do Projeto de Lei nº 283/2005, de minha autoria, que objetiva alterar a Lei nº 12.909, de 23/08/2000, que trata das Cooperativas de Créditos - SICREDI.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) ELIO RUSCH

Apoioamento:

Marcos Isfer e Augustinho Zucchi.

REQUERIMENTO Nº 1324

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a prorrogação do prazo para entrega das Emendas ao Projeto de Lei nº 189/2005, que dispõe

sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2006, até o dia 23 de maio de 2005.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1435

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário que ao Projeto de Lei nº 323/2004, item 12 da Ordem do Dia seja votado logo após o item 21.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1352

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja destinado horário no Pequeno e Grande Expediente da Sessão Plenária, do próximo dia 10 de agosto, para a realização de conferência sobre "História do Parlamento Brasileiro", com presença do 1º Secretário do Senado, o Exmo. Sr. Senador Elfrain Moraes.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1354

Senhor Presidente:

Pelo presente, vimos REQUERER, a V. Exa., utilização de quinze minutos do horário do Grande Expediente na Sessão Plenária da próxima terça-feira, dia 17 de maio pelo Sr. Ivo Petry Sobrinho, na qualidade de representante dos trabalhadores da EMATER, organizados nas seguintes entidades representativas: SINDASPP, SENGE, SINDIZEP, SINZOPAR, SINDECON, SINTETEIA, SINAEP, AFA.

Cordialmente.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(aa) VALDIR ROSSONI, ELIO RUSCH, BARBOSA NETO, ADEMAR TRAIANO e PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1408

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja marcado horário no Grande Expediente da Sessão Plenária, do próximo dia 06 de junho próximo para o encerramento dos trabalhos do Band Pé no Rio 2005, programa da TV Bandeirantes do Paraná - Band Curitiba, dedicado à defesa dos mananciais e promoção da coleta seletiva de lixo.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1419

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 31 de maio, para explanação do Dr. Manoel Antonio de Oliveira Franco, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/PR.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 1379

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER autorização do Plenário para se deslocar a alguns países da Europa, representando a Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e do MERCOSUL, para participar do intercâmbio que acontecerá com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul - FETRAF - SUL, entre os dias 29 de maio a 09 de junho do corrente ano.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 1387

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, solicita os bons ofícios da Mesa Executiva desta Egrégia Assembléia, para que seja autorizada a sua participação, como palestrante, no dia 1º de junho do corrente, para proferir Aula Magna para a turma de 2005 do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIPAR - Universidade Paranaense, na Cidade de Cascavel.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO Nº 1388

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, solicita os bons ofícios da Mesa Executiva desta egrégia Assembléia, para que seja autorizada a sua participação, como palestrante, no Seminário sobre as Administrações Legislativas e Executivas Municipais que será realizado no dia 02 de junho do corrente ano, promovido pela INTERATIVA - Instituto Paranaense de Assessoria Pública e Interação de Programa.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO Nº 1389

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, solicita os bons ofícios da Mesa Executiva desta egrégia Assembléia, para que seja autorizada a sua participação, como representante deste Poder Legislativo, no Encontro Latino-Americano de Prefeitos e Parlamen-

tes, denominado "Cidades pela Unidade", nos dias 2 e 3 de junho do corrente ano, promovido pelo Movimento Político pela Unidade - Argentina - Brasil - Uruguai.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O encontro em apreço tem como objetivo criar um espaço de reflexão e de intercâmbio de experiências, entre os responsáveis pela gestão de cidades de toda a América Latina e outras personalidades políticas internacionais, em torno da necessidade e da perspectiva de colocar em prática, nos Municípios, uma cultura política baseada na fraternidade.

Os grandes desafios enfrentados em relação à integração das regiões e à necessidade de aprofundar a qualidade da democracia, exigem propostas criativas de gestão, que façam da diversidade uma oportunidade de enriquecimento da identidade comunitária.

REQUERIMENTO Nº 1391

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, autorização para participar da IX Conferência da UNALE, na Costa do Sauípe, na Bahia, entre os dias 25 a 28 de maio do corrente ano.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1326

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no último dia 04 de maio, do Sr. Ricardo Costa Meyer, no município de São José dos Pinhais.

Irmão do Prefeito de São José dos Pinhais, Leopoldo Costa Meyer, o Sr. Ricardo Costa Meyer, 53 anos, pessoa de grande conceito na região, prestou grande colaboração ao Município com seu conhecimento, participação e convívio, atuando também no ramo imobiliário local.

Deixa viúva a Sra. Márcia Linhares Meyer e três filhos: Carla Linhares Meyer, Homero Linhares Meyer e Roberta Meyer Sens; seu genro Jaime Luis Berton Sens e seu neto, Diego Meyer Sens.

Pessoa muito querida por todos que conheciam, amigos familiares, deixou muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada no endereço: Rua Augustinho Précoma nº 296 - Vila Braga - São José dos Pinhais - CEP 83005-470.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) FRANCISCO BÜHRER

REQUERIMENTO Nº 1327

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no último dia 07 de maio, do Sr. João Claudino Sobrinho, 77 anos, no município de São José dos Pinhais. Pessoa muito conceituada na região, pai de 11 filhos, sendo um deles o Sr. Luiz Sérgio Claudino, atual Vereador do Município de Fazenda Rio Grande.

Membro comunitário da Igreja São Pedro, o Sr. João Claudino Sobrinho foi sempre um homem participativo em todas as atividades e acontecimentos importantes da sua cidade, muito querido por todos que o conheciam, deixando muitas saudades.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada no endereço: Av. João Quirino Leal, casa 03, Bairro São Sebastião, Fazenda Rio Grande - CEP - 83820-000.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) FRANCISCO BÜHRER

REQUERIMENTO Nº 1328

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no último dia 08 de maio, da Sra. Maria Elvira Setim da Rocha, 95 anos, no Município de Tijucas do Sul.

Pessoa muito querida por todos que a conheciam, dedicada mãe de seus filhos legítimos e adotados, integrante e trabalhadora da Igreja comunitária, colaboradora de serviços para toda a comunidade, deixando muitas saudades a todos.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada no endereço: Rua Voluntário da Pátria, 1178 - Centro - São José dos Pinhais - CEP 83005-020.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) FRANCISCO BÜHRER

REQUERIMENTO Nº 1373

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. José Amâncio de Oliveira, pai do Prefeito de Paçandu, Sr. Moacyr José de Oliveira, cujo sepultamento deu-se na data de ontem, 15 de maio de 2005.

Outrossim, requer que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Rua Carlos Rogério Shezzi, 926 - Paçandu - Paraná - CEP 87.140-000.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 1381

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, nesta madrugada, do Dr. Marcos Sanches Mascaro, filho de tradicional família apucararense. Médico, com a idade de 30 anos, faleceu de forma trágica, em acidente automobilístico, próximo de Campo Mourão.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 1384

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento, do Sr. Arlindo Carvalho Santana, aos 73 anos de idade, nesta Capital. Era muito querido por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1401

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de voto de profundo pesar pelo falecimento, da Sra. Khatun Kasabian, ocorrido na madrugada do dia 16 de maio em São Paulo, deixando seu esposo Chukru Kasabian, 2 filhos Aruthium Kasabian e Sandra Kasabian e 2 netos.

Requer ainda, que seja dado ciência à família enlutada, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Copacabana, 415, apto 43 - CEP 02461-000 - São Paulo-SP.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 1405

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado votos de profundo pesar pelo falecimento, do Sr. Albano Tomazini, ocorrido no dia 11 do corrente mês, na cidade de Guaraniáçu/PR.

Requer, ainda, que seja dado ciência à família enlutada, através de sua esposa, a Sra. Lolina Ferreira

Tomazini, enviando correspondência à Avenida Ferreira do Amaral, 1140, CEP 85.400-000, Guaraniaçu/PR.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Nesta vida a única certeza que temos, é de que vivenciamos dois grandes momentos, o momento da chegada e o da partida. O mais importante é fazer dela uma grande escola de aprendizado. E, mais ainda, poder, através das nossas palavras e ações deixar um legado às próximas gerações.

O Sr. Albano nos deixou, mas ficam as boas lembranças e as obras por ele realizadas. Sua passagem fez desta vida um modelo a ser seguido por todos nós. Como professor possuía o dom de ensinar, contribuindo à formação dos jovens. A população guaraniaçuense possui uma enorme gratidão pelo Professor Albano, responsável pela alfabetização de várias gerações, a quem ensinava com muito amor, conquistando o coração de seus educandos.

Fica ainda, a certeza do recomeço de uma nova vida, ao encontro com Deus, em sua morada divina.

Por sua vez, a Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste Parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada, sinceros votos de pêsames e condolências.

REQUERIMENTO Nº 1406

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Albina Pilatti, ocorrido no último dia 11 p.p., na cidade de Guaraniaçu/PR.

Requer ainda que seja dado ciência à família enlutada, através de seu filho, Sr. Fernandes Henrique Pilatti, residente à Rua José Humberto Fernandes, 764, CEP 85400-00 - Guaraniaçu/PR.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento da Sra. Albina foi sentido por toda comunidade guaraniaçuense, com quem conviveu durante grande parte de sua vida, deixando em todos dor e saudade irreparáveis.

No momento em que nos separamos de um ente querido, a nossa fé é posta em questionamento. Sabemos que a morte é um dos grandes mistérios de toda a nossa existência. Entretanto, como cristãos, acreditamos na imortalidade da alma, e no recomeço de uma nova vida, ao encontro com Deus, em Sua morada divina.

Dessa forma, rogamos a Deus que proporcione todo o conforto necessário à família, neste momento tão difícil.

Através deste requerimento, associamo-nos à tristeza dos familiares, manifestando nossa solidariedade, ao mesmo tempo em que prestamos nosso respeito póstumo ao falecido.

REQUERIMENTO Nº 1325

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, de votos de congratulações e sucesso ao Reitor da UEM - Universidade Estadual de Maringá, Professor Dr. Gilberto Cezar Pavanelli.

Fica registrada a congratulação ao Reitor, pela comemoração de aniversário dos 35 anos da UEM, que está ocorrendo hoje, dia 11.05.2005.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dado ciência ao Reitor Professor Dr. Gilberto Cezar Pavanelli, no endereço: Avenida Colombo, 5790, *Campus* Universitário, Maringá, Paraná, Brasil - CEP 87020-900.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 1339

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de congratulações ao Pastor José Pimentel de Carvalho, pelos seus sessenta anos de Pastorado na Igreja Evangélica Assembléia de Deus.

Requer ainda que se dê ciência, através de correspondência a ser enviada à Avenida Cândido de Abreu, 367, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 1341

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado votos de congratulações à Universidade Estadual de Maringá - UEM, pelo seu 35º aniversário. A UEM, fundada em 1970, possui atualmente 37 cursos de Especialização e 14 de Mestrado. Além disso, foi reconhecida em 1976 pelo Governo Federal, através do Decreto nº 77583, como Fundação Universidade Estadual de Maringá.

Quero, portanto, parabenizar a Universidade Estadual de Maringá, na pessoa do Reitor Gilberto Cezar Pavanelli, pelo extraordinário trabalho desenvolvido em sua gestão. Afinal, hoje a UEM é referência de ensino superior em todo o Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1375

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Sr. Luiz Carlos

Passos, titular da empresa Indústria Gráfica S/A, do Município de Campo Largo, pela excelência do seu trabalho e atendimento ao público em geral.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 1398

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, registro de votos de congratulações e aplausos ao Município e em especial aos agricultores pelo feito espetacular que coloca Toledo a ocupar a primeira posição na Região Sul e décima primeira posição no País, entre os municípios de maior produção agropecuária do Brasil, em conformidade com a pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e divulgada em data de 03 de maio de 2005.

Uma conquista que merece ser festejada, pois trata-se da pujança de uma agropecuária diversificada e produtiva como a de Toledo, onde a lavoura é consorciada à pecuária e usa a moderna tecnologia mais a tradição, vocação e determinação do agricultor, explicam esse grande feito de Toledo.

Requer ainda, seja dado ciência ao Prefeito Municipal, Sr. José Carlos Schiavinato (Rua Raimundo Leonardi, 1586); ao Presidente da Câmara Municipal de Toledo, Sr. Winfried Mossinger (Rua Raimundo Leonardi, 1586); ao Presidente do Sindicato Rural de Toledo, Sr. Nelson Natalino Paludo (Rua Sete de Setembro, 1101) e ao Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Toledo, Sr. Luiz Schaefer (Rua XV de Novembro, 1236), todos com o CEP 85900-200 - Toledo-PR

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 1409

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de votos de congratulações ao Presidente da Itaipu Binacional, Jorge Samek, pelo aniversário de 31 anos desta conceituada empresa.

Nestes termos, pede deferimento, enviando cópia ao Presidente Jorge Samek, no endereço: Av. Presidente Tancredo Neves, 6731, Caixa Postal 255, Foz do Iguaçu, Paraná.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

A Itaipu começou a ser construída em 1974 e passou a produzir energia a partir de 1984. Atualmente tem cerca de 1500 funcionários somente do lado brasileiro. A maior hidrelétrica do mundo em sua categoria, e a sétima maravilha do mundo moderno, é um empreendimento binacional entre Brasil e o Paraguai. É responsável pelo fornecimento de 25% de toda energia consumida nas

Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. Hoje com uma potência instalada de 12.600 MW, a maior hidrelétrica do mundo é uma atração por sua grandiosidade.

Neste sentido é que propomos o merecido reconhecimento.

REQUERIMENTO Nº 1410

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Sr. Secretário de Estado da Educação, Maurício Requião de Mello e Silva.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

O real reconhecimento ao Sr. Secretário da Educação, Maurício Requião e sua equipe, com referência a seu competente trabalho no processo de melhoria do ensino público do Paraná.

Tal solicitação está sendo proposta, em função do grande avanço que o nosso respeitado Estado vem alcançando, na área da educação, com a iniciativa de iniciar processo de distribuição de livros didáticos, para todos os alunos e professores da rede pública de Ensino Médio. Isto posto, acreditamos nas reais possibilidades do cumprimento da missão do Estado, que é a de proporcionar qualidade ao ensino público, e na certeza de que momentos históricos como este devem ser lembrados por todos, no exato momento em que ocorrem, para que no futuro possamos dizer que participamos efetivamente de tais acontecimentos.

Sendo assim, ratificamos nosso pedido ao digníssimo amigo, e sabemos que, como para nós, a educação no Paraná, é uma das preocupações primeiras do companheiro, o que com certeza pode mais uma vez ser demonstrada.

REQUERIMENTO Nº 1420

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações pelo 25º aniversário do Município de Jesuítas, festejado no dia 13 de maio de 2005.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Exmo. Sr. Aparecido José Weiller Júnior, DD. Prefeito Municipal de Jesuítas.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1360

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja expedido voto de congratulações à

tenente Andréia Cristina Lazzarotto, Comandante do 4º Esquadrão da Polícia Militar - Regimento da Polícia Montada (RPMon)-, que assumiu esse cargo de comando em 07 de abril de 2005.

“Com o sonho de ser policial desde a infância, Andréia traçou um caminho sólido e brilhante até chegar ao comando do 4º Esquadrão. Assim que abriu a única vaga para oficial da Polícia Militar pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) em 1991, ela se candidatou, passou, e cursou três anos de academia. A única mulher numa turma de 86 homens. Logo após, no início da carreira, atuou no regimento e estagiou no Batalhão de Trânsito (BPTran) como comandante da patrulha escolar.

Na Região Metropolitana de Curitiba, atuou como coordenadora do policiamento da unidade juntamente com outros oficiais e assumiu o comando do policiamento do Aeroporto Afonso Pena. Ainda na coordenação, atuou no COPOM, na área de atendimento do 190.

Tenente Andréia foi chefe do serviço da ação social da PM, trabalhou no Departamento de Comunicação Social, assessorando o comandante-geral e atualmente, a convite do Major Roberson Luiz Bondaruk, desempenha uma função de implementação de novos programas, como o projeto de polícia comunitária.

A Tenente tem objetivos para este novo comando, como o de dar continuidade ao trabalho realizado pelo seu antecessor, o tenente Vieira, aperfeiçoar a sua tropa quanto à legislação (obtenção de conhecimento de leis) e o melhor relacionamento com a comunidade com a aproximação da tropa com a população, o que é uma prioridade para o atual comandante do Regimento de Polícia Montada, Major Roberson Luiz Bondaruk.

Segundo a Tenente, a criação de um conselho comunitário de segurança para bairro seja muito interessante. *‘A segurança é responsabilidade de todos, não só policial. Cada um deve assumir a sua responsabilidade’*, comenta.” FONTE: matéria de Silvine Friesen para o Jornal Folha do Boqueirão - 27 de abril de 2005, página 03.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1372

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos pela inauguração do campus da UFPR no litoral paranaense.

Requer outrossim que da decisão da Casa seja dado ciência ao Magnífico Reitor Professor Doutor Carlos Augusto Moreira Júnior e ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Inaugurar um *campus* da Universidade Federal do Paraná é como instalar um templo no litoral.

Sim, uma Universidade é um templo dedicado ao saber e à ciência.

São assim as instituições de ensino, propulsoras do progresso e da civilização. E os povos mais adiantados, aí estão para o prová-lo.

O novo campus da Universidade Federal do Paraná - UFPR litoral é resultado de uma parceria entre Governo Federal MEC-UFPR, Governo Estadual (Secretaria de Ensino Superior - SETI) e Prefeituras Municipais de Matinhos e Pontal do Paraná.

A parceria prevê que a UFPR fornece o pessoal docente e servidores técnicos, bem como, repasse de R\$ 1,09 milhão através do MEC-SESU para infra-estrutura de biblioteca e laboratório de informática. Os alunos serão graduados pela UFPR, cabendo à Universidade toda a administração e condução político-pedagógica de cada curso. O Governo Estadual forneceu as instalações físicas para o campus através da compra da antiga Associação BANESTADO, no valor de R\$ 2,8 milhões e estão previstas obras físicas no valor adicional de R\$ 8 milhões. Ainda fez o repasse de R\$ 1,3 milhão de reais para aquisição de infra-estrutura de laboratórios e salas de aula.

O Governo do Estado através do Sr. Governador, para viabilizar o curso de Educação Física está desapropriando instalações no Município de Pontal do Paraná, o que deverá ocorrer brevemente, fazendo com que este curso possa se iniciar no primeiro semestre de 2006.

O fornecimento de serviços terceirizados, como vigilância, limpeza e manutenção do campus, cabe às Prefeituras de Matinhos e Pontal do Paraná.

No momento, estão sendo abertas as inscrições para o vestibular dos seguintes cursos de nível superior:

Gestão Ambiental - 30 vagas/diurno;

Fisioterapia - 30 vagas/diurno;

Cursos profissionalizantes:

Técnico em Agroecologia com ênfase em aquicultura - 36 vagas/diurno;

Técnico em Enfermagem - 25 vagas/diurno;

Técnico em Hotelaria - 5 vagas/noturno;

Técnico em Transações Imobiliárias - 35 vagas/noturno.

O *campus* do Litoral tem área de 12.700m, com 4.447m de área construída. Até julho de 2006 deverão estar prontos outros 8.080m que abrigarão mais 36 salas de aula, laboratório de informática, biblioteca e auditório. Quando estiver totalmente em funcionamento, atenderá a 1.800 alunos.

As inscrições para vestibular iniciam-se no dia 16 de maio, no ato da Cerimônia de Inauguração e seguem até o dia 06 de junho. A primeira fase do vestibular ocorrerá no dia 19 de junho e a segunda fase no dia 03 de julho. Também neste processo seletivo serão aplicadas as cotas de 20% de inclusão racial e 20% de inclusão social.

Tal grandeza se reveste, pois, a abertura de mais uma Casa de estudos, não há palavras que enalteçam tão grande empreendimento.

Eis porque nosso coração se enche de júbilo ao ensejo da inauguração de mais de um templo de ensino. Bem haja aqueles que não pouparam esforços para proporcionar às futuras gerações desta bendita terra o pão do saber.

Saudamos nosso eminente Governador, Roberto Requião e Magnífico Reitor, Carlos Augusto Moreira Júnior, por não medirem esforços para que esta grandiosa instituição concretize-se. Por isso fica aqui registrado para que as futuras gerações não se esqueçam dos grandes homens que contribuíram para este feito.

O homem moderno não dispensa os conhecimentos que só as instituições de ensino ministram. E não só os conhecimento como a educação que ela proporciona.

Aceitai, todos os senhores promotores desta grandiosa ação os meus aplausos pela obra benemérita de que todos unidos fizestes criadores. Estamos certos que com a inauguração desta instituição, levantamos mais uma bandeira ao saber, e todos que colaboraram para essa magnífica obra, vão tornar o universitário de hoje, o doutor de amanhã.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, associa-se a toda a população paranaense e desse povo hospitaleiro do nosso litoral, com essa grandiosa nova edificação do saber.

REQUERIMENTO Nº 1344

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa ao Sr. Antonio Feltrin e Dona Odila Ramos Feltrin, pela comemoração de suas Bodas de Ouro, convivência e exemplo de vida.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 1376

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa ao Sr. Marcelo Ichikawa, pelos excelentes serviços prestados à comunidade araucarense.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 1377

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa ao Aureo Malinowski, pelos dezenove anos de excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 1378

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa aos Srs. Antonio Borges dos Reis e Salomão Fligarz, pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes e à população paranaense.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 1346

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Antonio Carlos Mariano.

A referida homenagem, deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor, à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado a ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1347

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Carlos Antonio Franchello.

A referida homenagem, deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor, à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado a ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1349

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, REQUER a inserção nos Anais desta egrégia Assembléia, de voto de louvor ao empresário Antonio Bordignon, pelo recebimento do prêmio Amanco Por Um Mundo Melhor, destacando-se o projeto que sua empresa, Bordignon Shopping da Construção desenvolve, com sucesso, na cidade de Londrina - PR, denominado "Escola Profissionalizante Antonio Bordignon", que atende jovens em situação de risco social, no entorno de uma das lojas.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O Prêmio Amanco Por Um Mundo Melhor, foi criado para mobilizar e incentivar o segmento da construção civil a investir no conceito e ações de responsabilidade

social. A empresa Bordignon Shopping da Construção Civil recebeu este prêmio pelo desenvolvimento do projeto “Escola Profissionalizante Antonio Bordignon”, que atende jovens em situação de risco social no entorno de uma das lojas de Londrina-PR.

O projeto prevê a realização de sete cursos de capacitação profissional. Oferece cursos de assentador, rebocador, encanador, eletricitista, azulejista, assentador de porcelanato, pintor de obras e pintura decorativa.

As aulas são teóricas e práticas, ministradas por professores indicados pelo SENAC. Todos os cursos e materiais necessários são gratuitos e os alunos são escolhidos conforme critérios de renda e escolaridade.

São ações desta envergadura que impulsionam a sociedade.

Encaminhe-se este requerimento ao Senhor Antonio Bordignon, Rua Luiz Staut, s/nº - Quatiguá-PR - CEP 864540-000.

REQUERIMENTO Nº 1413

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o douto Plenário desta Assembléia Legislativa do Paraná, REQUER voto de louvor aos policiais militares - Sargento Márcio e Soldado Miranda, em virtude do ato de bravura desenvolvido pelos mesmos, quando do resgate do casal de amigos Emanuel Resemberg Guimarães Queiroz e Conceição Aparecida de Oliveira Queiroz, que além de terem seu veículo furtado estavam sendo seqüestrados por meliantes, sugerindo ao Comando da Polícia Militar da Capital que ambos sejam promovidos pela Corporação.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

REQUERIMENTO Nº 1345

Senhor Presidente:

Os abaixo signatários, com amparo regimental, REQUEREM o envio de expediente ao Exmo. Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Exmo. Sr. Ministro da Casa Civil, José Dirceu, à Exma. Ministra do Meio Ambiente, Marina da Silva e ao Exmo. Presidente do IBAMA, Moção nos seguintes termos:

“A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná atendendo à reivindicação das lideranças deste Estado, solicita a implantação de medidas visando a suspensão do processo de criação de unidades de conservação no Estado do Paraná, até a conclusão e publicação do inventário florístico-florestal do Estado. Requer, também, que sejam realizadas audiências envolvendo os Governos Federal, Estadual e Municipais, através de seus órgãos competentes, representantes do segmento produtivo, organizações ambientalistas, casas legislativas e sociedade civil acerca das reais implicações geradas pela iminente criação dessas unidades de conservação.

Outrossim, requer a intervenção desta Casa de Leis em todas as audiências públicas a serem realizadas

no Estado com o fim de implantar unidades de conservação.”

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) MARCOS ISFER

Apoiamento:

Nelson Garcia, Waldir Leite, Durval Amaral, Carlos Simões, Elio Rusch, Ângelo Vanhoni, Cleiton Kielse, Plauto Miró Guimarães, Nelson Justus, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Barbosa Neto e Valdir Rossoni.

REQUERIMENTO Nº 1390

Senhor Presidente:

Os abaixo signatários, com amparo regimental, REQUEREM o envio de expediente ao Exmo. Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Exmo. Sr. Ministro da Casa Civil, José Dirceu, ao Exmo. Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Rogério Rodrigues, Exmo. Sr. Ministro do Turismo Walfrido Mares Guia, Exma. Ministra do Meio Ambiente Marina da Silva e ao Presidente do IBAMA, Moção nos seguintes termos:

“A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná atendendo à reivindicação das lideranças deste Estado, solicita a implantação de medidas visando a suspensão do processo de criação de unidades de conservação no Estado do Paraná, até a conclusão e publicação do inventário florístico-florestal. Requer, também, que sejam realizadas audiências envolvendo os Governos Federal, Estadual e Municipais, através de seus órgãos competentes, representantes do segmento produtivo, organizações ambientalistas, casa legislativas e sociedade civil acerca das reais implicações geradas pela iminente criação dessas unidades de conservação.

Outrossim, requer a intervenção desta Casa de Leis em todas as audiências públicas a serem realizadas no Estado com o fim de implantar unidades de conservação.”

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 1340

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo-assinado, no uso de suas atribuições e considerando que:

a) em 28 de abril de 2005, o Exmo. Sr. Governador do Estado, por intermédio do “ofício sem número”, encaminhado à Presidência desta Casa, solicita a instalação de uma CPI especialmente para apurar denúncias em face do Deputado que este subscreve;

b) a missiva do Exmo. Sr. Governador tem fundamento exclusivamente em supostos processos judiciais respondidos, no crime e no cível, por este Deputado;

c) o próprio Deputado subscritor reconhece a necessidade da apuração de fatos relacionados a um processo em especial, implicitamente sugerido na missiva;

É o presente para que seja encaminhado ofício ao Exmo Sr. Governador do Estado do Paraná para, no uso da autoridade que lhe é própria, solicite imediatas providências junto à Secretaria da Segurança Pública para apurar o seguinte fato, sobre os quais já respondeu este Deputado, ainda que em fase de inquérito:

“O desaparecimento do Sr. Afrânio Luis Bandeira da Costa, diretamente envolvido no famoso caso Ferreirinha, da campanha de 1990.”

Tal providência vai, sem dúvida contribuir com o cumprimento do objetivo da missiva do Exmo. Sr. Governador, pois ao pretender apurar todos os processos em que este Deputado é citado, estaria por começar pelo mais importante deles para o interesse público. É a justificativa necessária.

Acrescenta ainda, para desde já constar nas informações que serão encaminhadas à Secretaria da Segurança, que este Deputado tem precisas e preciosas informações sobre o caso, pelo que se coloca à disposição para ajudar na apuração que certamente será comandada pela Polícia deste Estado.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 1342

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja encaminhado expediente à Prefeitura de Curitiba, solicitando avaliar a possibilidade de implantar, em Curitiba, pistas de multicirculação para pessoas cegas e portadoras de deficiência física.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) RENATO GAÚCHO

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Professores Cegos do Paraná, através do Professor Antonio Luiz de Abreu, procurou nosso gabinete relatando as dificuldades que pessoas cegas bem como as portadoras de deficiências se depa-ram para se locomover com segurança nas ruas de Curitiba.

Para tentar amenizar o problema aquela Associação elaborou um projeto que deve merecer atenção da Prefeitura de Curitiba.

Temos certeza que, uma vez implantado o projeto, mais uma vez Curitiba estará, além de beneficiar seus habitantes, irradiando solução que podem ser implanta-das em outros municípios do Paraná e do Brasil.

REQUERIMENTO Nº 1343

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja encaminhado expediente à SANEPAR, soli-citando providências para resolver o problema de esgoto

ao céu aberto, na Vila Leão, Bairro Novo Mundo, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) RENATO GAÚCHO

JUSTIFICATIVA:

Moradores daquele bairro procuraram nosso gabi-nete relatando a situação e pediram nossa interferência para tentar solucionar o problema.

Diante do exposto, encaminhamos expediente à Prefeitura Municipal de Curitiba - Administração Regio-nal do Cajuru, que nos respondeu informando ser da SANEPAR a competência para resolver a questão.

A ausência da ação da SANEPAR tem gerado inú-meros transtornos, colocando, inclusive, em risco a saúde dos moradores.

REQUERIMENTO Nº 1348

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Procurador Geral do Estado, Sr. Dr. Sérgio Botto de Lacerda, encaminhando documento em anexo.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) BARBOSA NETO

“Prezado Deputado Estadual

Os servidores abaixo-relacionados vêm mui res-peitosamente à presença de V. Exa. solicitar seu especial apoio junto ao Sr. Procurador Geral do Estado do Paraná, Dr. Sérgio Botto de Lacerda, a fim de que o mesmo possa esclarecer aoExmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, que a ascensão dos servidores públicos, de acordo com a Lei Estadual 14.590 de 22 de dezembro de 2004, publicada no Diário Oficial 6800 de 23 de dezembro de 2004, que dispõe sobre o enquadramento de ocupantes do Quadro Próprio do Poder Execu-tivo-QPPE a que se refere a Lei Estadual nº 13.666 de 05 de junho de 2002 e do Instituto Agrônômico do Paraná, regidos pela lei Estadual 11.864 de 1 de outubro de 1997, nomeados ou admitidos em data anterior a 05 de outubro de 1988, não causará prejuízo ao Quadro dos Servidores Públicos do Estado e sim benefícios, à medida em que esses servidores ao longo de suas carreiras, não medi-ram esforços no sentido de concluir seus estudos e que há muito tempo vêm utilizando de sua formação profissi-onal em benefício dos usuários dos serviços públicos do Estado.

Além disso, existe cerca de 600 (seiscentos) servi-dores cursando pós-graduação em Administração Pública, além de diversos outros que já concluíram mes-trado; tudo visando o aprimoramento da qualidade da prestação de serviço público.

Jacarezinho, 10 de maio de 2005.

Servidores:

6ª DELEGACIA REGIONAL DA RECEITA - JACAREZINHO

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA; PAULO SÉRGIO ROSA; SILVIA CRISTINA BERTHOLAZO OLIVEIRA PINHEIRO; SIDINEY MARQUES MENDES; DIVANIR DE OLIVEIRA; CELESTINO RODRIGUES GONZALEZ; ANTONIO ZAFALÃO; ANTONIO CABRAL; IVO CIRINO PRIMO; PAULO DUARTE SOARES; SALÚSTIA BARBOSA DE OLIVEIRA; JOSÉ CARLOS DEMÁRIO; VALDENIR DE ARAÚJO; PAULO CESAR GONÇALVES; VERA SUELI GARCIA GIMENE; ADIB ELIAS; ADEMAR DOMINIANO BUENO; MÁRIO DOMINGUES DE SOUZA; MAURO MARIANO QUEIRÓZ; ROGÉRIO HIRAN ROSA.

REQUERIMENTO Nº 1350

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve pede o envio de sugestão ao Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, para que determine à Paraná Esportes, através do seu diretor Ricardo Gomide, que estude a transformação do ex-Clube do Golfinho, em Curitiba, em Centro de Excelência em Natação, conforme aspira a federação esportiva FDAP.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O Clube do Golfinho, com excelentes instalações aquáticas, estaria sendo leiloado. Ocasão da Paraná Esportes criar ali um Centro de Excelência em Natação, conforme sugestão popular recebida por este Deputado do ex-jogador de futebol "Picolé" e sua esposa dona Márcia.

Segundo ambos, a natação paranaense acaba de trazer de Porto Alegre, 38 medalhas de ouro e 4 indicações - só em Curitiba. Portanto merece atenção e respeito.

REQUERIMENTO Nº 1351

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Chefe da Casa Civil, Exmo. Sr. Caíto Quintana, solicitando providências sobre o projeto de reajuste salarial dos Professores das Universidades Estaduais do Paraná, que aguardam despacho.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1353

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Waldyr Pugliesi e ao Diretor do DER, Sr. Rogério Tissot, que em face da obrigatoriedade de que os recursos arrecadados com o pedágio instituído na Ponte de Guaíra, sejam aplicados, exclusivamente, na própria ponte, seus acessos e entorno,

qual o saldo existente hoje dos recursos arrecadados e onde estão depositados? Em conta específica do Tesouro vinculada à Secretaria de Estado dos Transportes ou ao DER? Sob qual rubrica de receita?

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(aa) VALDIR ROSSONI, JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ADEMAR TRAIANO e ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1358

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após aprovação do Plenário, envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, no sentido de destinar uma ambulância para o Município de São Pedro do Paraná.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Este requerimento visa sensibilizar o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Saúde, para que libere uma ambulância, em caráter emergencial para o Município de São Pedro do Paraná, em face da situação precária que se encontra a saúde daquele Município. Destaco que se trata de município do interior do Estado, com sua população composta principalmente por pessoas carentes.

O Município não possui estrutura hospitalar que atenda a população satisfatoriamente, tendo os moradores que buscarem atendimento em municípios-pólos, distante de suas casas, necessitando, portanto, serem transportados por veículos apropriados, para dar suporte ao deslocamento até às unidades de saúde que tenham condições de atender com os cuidados necessários.

REQUERIMENTO Nº 1359

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador Tadeu Marino Loyola Costa, solicitando do mesmo a inclusão de previsão orçamentária de recursos necessários à manutenção de equipes interprofissionais destinadas a assessorar a Justiça da Infância e Juventude nas 155 Comarcas do Estado, haja vista que somente 31 Comarcas contam com o Serviço Auxiliar da Infância e da Juventude (SAI).

Na primeira reunião promovida pela Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Mulher, do Adolescente e da Criança, na Assembléia Legislativa, que contou com a participação da sociedade organizada, uma das sugestões feitas para garantir o sucesso do trabalho da Justiça da Infância e Juventude foi a implementação de equipes conforme acima solicitado.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1361

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado, Roberto Requião de Mello e Silva, solicitando do mesmo a criação da Secretaria de Estado do Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano.

O Paraná Esporte, com brilhante desempenho nessa área, seria transformado em Secretaria de Estado, o que só viria contribuir para aprimorar ainda mais esse trabalho.

Agnelo Queiroz enfatizou que “a cada dólar investido no esporte, economiza na saúde 3.2 dólares”. Esse dado é mais que suficiente para se pensar em política voltada ao incentivo ao esporte.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1362

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Diretor-Presidente do Paraná Esporte, Ricardo Crachineski Gomyde, solicitando do mesmo providências no sentido da Constituição de Comissão encarregada de promover as comemorações do Ano Internacional do Esporte, comemorado, por orientação da ONU, em 2005.

Agnelo Queiroz enfatizou que “a cada dólar investido no esporte, economiza na saúde 3,2 dólares”. Esse dado é mais que suficiente para se pensar em política voltada ao incentivo ao esporte.

Nos países desenvolvidos é evidente o alto investimento no esporte, proporcionando importante inclusão social. Os resultados são colhidos em competições internacionais, quebrando recordes e conquistando visibilidade mundial.

Recentemente, a Organização das Nações Unidas (ONU) divulgou um documento intitulado Esporte para o Desenvolvimento e a Paz. É um relatório que faz uma análise da situação do esporte no mundo e propõe ações práticas para os governos. Nele, fica claro que, no mundo inteiro, há um movimento no sentido de valorizar mais e mais o esporte, para a melhoria da qualidade de vida no Planeta.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1363

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Presidente da Câmara Federal, Deputado Severino Cavalcanti, solicitando do mesmo gestões no sentido de que se inclua na proposta de emenda à Constituição nº 40, de 2000, a fonte de

financiamento para a gratuidade da educação infantil para crianças de zero a seis anos de idade.

A PEC 40/2000 torna o acolhimento obrigatório, público e gratuito a toda a demanda pela educação infantil, em creches e pré-escolas para as crianças de zero a seis anos de idade. Contudo, em não se indicando a fonte de financiamento dessa despesa, os municípios é que serão obrigados a custeá-la.

É imprescindível aumentar também o repasse de verbas federais para o fundo de assistência à educação básica. Caso contrário, os Prefeitos do Brasil ficarão à mercê de ações do Ministério Público se não cumprirem essa determinação que passará a ser constitucional.

Não se descuida que é muito importante proporcionar às crianças de zero a seis anos assistência gratuita. Entretanto, deve-se prever a fonte de financiamento dessa despesa, para não impor aos municípios uma despesa que os mesmos não terão como efetuar. Ficará sem efetividade essa norma constitucional.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1367

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhada correspondência ao Diretor-Presidente da COHAPAR, Luiz Cláudio Romanelli, solicitando a verificação de possibilidade de destinação de uma casa popular na Capital para a família de Lucas de Oliveira de Lima, filho de Ivone de Oliveira de Lima.

Tal reivindicação justifica-se pelo fato de Lucas ser uma criança de 07 (sete) anos de idade, sofrer de obesidade mórbida em decorrência de disfunções metabólicas e, por esta razão, necessitar de tratamento médico constante, sendo uma família carente não tendo condições de manter este tratamento e pagar aluguel.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1368

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER envio de expediente ao Tenente-Coronel Manoel da Cruz Neto, Comandante do 5º Batalhão da Polícia Militar, para que seja instaurado imediatamente, o Inquérito Policial Militar, para apuração dos atos cometidos pelos policiais militares do 5º Batalhão, os quais vieram a ocasionar a morte, por espancamento, do jovem de vinte anos, Jamys Smith da Silva, em data de 15 de maio de 2005, na cidade de Londrina/PR.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

Solicitamos a V. Sa., por medida de inteira justiça, que seja instaurado imediatamente o Inquérito Policial Militar, para que sejam apurados os atos praticados pelos policiais militares do 5º Batalhão, que vieram a ocasionar a morte do jovem de vinte anos, Jamys Smith da Silva, em data de 15 de maio de 2005, na Cidade de Londrina/PR.

Não há como ficar impune à ação dos policiais militares do 5º Batalhão, que espancaram até à morte o jovem de apenas vinte anos, tão somente pelo fato da altura que se encontrava o som na residência do mesmo.

Considerando que o jovem Jamys Smith da Silva, bem como os amigos que o acompanhavam não estavam armados, não há como admitir os atos de violência praticados pelos policiais militares do 5º Batalhão, que ocasionaram a morte do jovem ora mencionado, e, muito menos, não há como se admitir a possibilidade de tratar-se de um acidente de trabalho.

Ainda, é importante ressaltar que o jovem espancado até a morte possuía emprego no CEASA, bem como tinha esposa e um filho de apenas seis meses, motivo pelo qual é necessário a imediata instauração de inquérito policial militar e apuração mais rápida possível do referido inquérito.

REQUERIMENTO Nº 1369

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, solicitando que seja mantido o convênio com os professores mais antigos das APAE's, para que não sejam prejudicados em virtude do concurso realizado para professores das Escolas Especiais, para que as devidas providências sejam tomadas.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1370

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, envio de expediente ao Governador do Estado, encaminhando documentos da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Londrina, os quais seguem em anexo.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1371

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, voto de louvor ao Sr. Ricardo Prochet.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1382

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER envio de expediente ao Presidente da ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Sr. Cláudio Maierovich Pessanha Henriques, solicitando a modificação e adequação do texto contido na Consulta Pública sob nº 31/2005, a qual visa regulamentar o funcionamento das farmácias Magistrais, principalmente no que tange à proibição de comercialização dos produtos em apresentação e concentração equivalentes às fornecidas pelas indústrias e a proibição de propaganda ou qualquer publicidade para o público em geral.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

Primeiramente, considerando que já existem leis que regulamentam o funcionamento das farmácias de manipulação, não merece prosperar o texto conforme exposto na Consulta Pública sob nº 31/2005, haja vista que referido texto esbarra em leis já existentes, afrontando o princípio da legalidade.

Ainda, cumpre ressaltar que as proibições contidas no texto apresentado na consulta pública em comento, fere expressamente as disposições contidas no Código de Defesa do Consumidor, o que trará inúmeros prejuízos, não só para todas as farmácias de manipulação, como também para toda a sociedade, principalmente para as classes menos favorecidas que dependem de medicação com um custo menor.

REQUERIMENTO Nº 1383

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, e ao Presidente da Câmara Federal, Deputado Severino Cavalcanti, encaminhando aos mesmos a Moção 01/2005 do Conselho Municipal de Saúde de Curitiba, repudiando a discriminação contra usuários do SUS presente no Projeto de Lei 3268/2004.

Referido projeto de lei autoriza os estabelecimentos privados, contratados ou conveniados pelo Sistema Único de Saúde - SUS -, a disponibilizar acomodações com padrão e conforto diferenciados, bem como atendimento por profissional de sua escolha, para o uso que

desejar, devendo o mesmo arcar com a complementação dos valores correspondentes.

O Conselho entende que essas disposições violam os princípios fundamentais de universalidade, equidade e gratuidade do SUS. Resolve-se, desta forma, problemas de quem pode pagar, aumentando a injustiça e a iniquidade, humilhando mais ainda os mais necessitados

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1403

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Marcelo Beltrão de Almeida, DD. Diretor Geral do DETRAN, solicitando estudos no sentido de viabilizar a liberação de sinalização de trânsito nas vias urbanas, no Município de São Tomé.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Prefeito Municipal de São Tomé, Sr. Eliel Hernandez Roque (São Tomé - Paraná - CEP 87220-000, bem como para o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Eivaldo da Cruz (Câmara Municipal - CEP 87220-000).

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1404

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Marcelo Beltrão de Almeida, DD. Diretor Geral do DETRAN, solicitando estudos no sentido de viabilizar a liberação de sinalização de trânsito nas vias urbanas, no Município de Cafezal do Sul.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Prefeito Municipal de Cafezal do Sul Sr. Marcos Antonio Bogas Oliveira (Cafezal do Sul - Paraná - CEP 87565-000, bem como para o Presidente da Câmara Municipal, Vereadora Maria Vieira dos Santos de Oliveira (Câmara Municipal - CEP 87565-000).

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1417

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Procurador-Geral do Estado, Exmo. Sr. Sérgio Botto de Lacerda, solicitando do mesmo a concessão de ajuda de custo para as varas cíveis do interior do Estado pelo ajuizamento e tramitação de executivos fiscais do Estado, a exemplo do que é concedido às Varas de Fazenda Pública instalada na Capital.

A Comarca de Maringá tem, em média, 1.200 Executivos Fiscais por Vara Cível. São seis Varas, então são 7.200 processos ajuizados na Comarca de Maringá, tendo o Estado do Paraná como Exequente.

Segundo dados das Varas Cíveis, 90% dos Executivos Fiscais não alcançam êxito, pois são execuções contra pequenos comerciantes que já fecharam suas portas, estando em lugares ignorados e não possuindo bens.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1423

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Fazenda, Dr. Heron Arzua, indagando do mesmo se o Estado do Paraná adotará como medida preventiva a iniciativa do Governo do Estado de São Paulo que reduzirá a alíquota do ICMS que incide sobre a comercialização de produtos derivados do trigo, de 7% para 0%, uma ação direta de inconstitucionalidade, ou também reduzirá a 0 (zero) o ICMS sobre os mesmos produtos no Estado do Paraná?

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

O governo paulista anunciou hoje 17/05/2005, que estará reduzindo a alíquota de ICMS incidente sobre o trigo e seus derivados de 7% para 0%, podendo ocasionar a falência dos produtores paranaenses caso permaneçam com a tributação atual.

REQUERIMENTO Nº 1424

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Chefe da Casa Civil, Exmo. Sr. Luiz Carlos Caíto Quintana, encaminhando documentos em anexo.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) BARBOSA NETO

Londrina 02 de maio de 2005.

Exmo. Sr. Deputado Estadual do Paraná

S. Exma. Homero Barbosa Neto

Prezado Sr. Deputado:

Submeto à superior decisão de V. Exa. o que se propõe da medida cabível anexa. Consuetudinário da ala de servidores públicos estaduais de vozes mudas que se alimentam quietos empregados na concessionária de pedágio RODONORTE, e que a garagem oficial deste Estado é guardiã do atual veículo de placa ALW 2019 - PR - CURITIBA - RENAULT/CLIO/B%. Cedido o espaço físico com carinho para este e em desvalimento das viaturas desta Polícia Rodoviária Estadual, com a escala revesada de pm., retirar entre as 6h45min, e 7h da manhã

para trabalhar na praça de pedágio em MAUÁ DA SERRA, o citado veículo. Este Estado privatizou as rodovias com objetivo de gerar emprego para nossos irmãos paranaenses desempregados e não para duplicação de emprego para pm. Já divulgado o projeto de lei da Casa Civil propondo um fim no paralelo emprego do pm/PR. Assim, aqueles irmãos paranaenses desempregados aplaudiram com gratidão o deferimento para banir os privilégios, imputando idem IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA do artigo 10 da Lei nº 8429/1992, a omissão superior.

Respeitosamente,

José da Silva Simões

M. Oficial Jubilado do Executivo Federal

Azo para recepcionar, intimações e notificações

Rua Brasil 1046 CEP: 86010200 - Londrina-PR

REQUERIMENTO Nº 1427

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Carlos Alberto Richa, Prefeito Municipal de Curitiba, solicitando determinar à COHAB-CT empenho para resolver o problema de regularização dos terrenos das Moradias Campos Cerrado, Vila Osternak, Bairro Sítio Cercado, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) RENATO GAÚCHO

JUSTIFICATIVA:

Moradores daquela localidade procuraram nosso gabinete relatando a situação e pediram nossa interferência para tentar solucionar o problema.

Diante do exposto, encaminhamos expediente à COHAB-CT que nos respondeu afirmando que o processo não está tendo continuidade por problemas documentais.

Entendemos que o Município deve, apesar da questão legal apresentada, empenhar-se para resolver o aflitivo problema dos moradores das Moradias Cerrado.

REQUERIMENTO Nº 1432

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovado pelo douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Waldyr Ortêncio Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando providências urgentes para a remodelação do trevo da PR-182, e a recuperação asfáltica e alargamento do trecho da rodovia de acesso à cidade de Maringá.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

O trecho da rodovia de acesso à cidade de Maringá, partindo do trevo da rodovia PR-182, encontra-se em péssimo estado de conservação, necessitando

urgente recuperação asfáltica e até alargamento do leito, pois vem oferecendo riscos aos usuários, causando acidentes e vítimas.

Trata-se de rodovia com grande fluxo de trânsito de veículos, ciclistas, pedestres, tratores e máquinas agrícolas, bem como, a existência de inúmeras indústrias.

REQUERIMENTO Nº 1434/2005

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis e Presidente da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Mulher, do Adolescente e da Criança, REQUER à Mesa seja constituída a Frente Parlamentar pela Criança e pelo Adolescente da Assembléia Legislativa do Paraná, com indicação de membros por parte das bancadas partidárias, sob a presidência da Deputada Arlete Caramês.

Requer, ainda, a adesão desta Casa ao Pacto Nacional do Poder Legislativo pela Infância e Adolescência, na semana do “18 de maio” – Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”, em razão dos seguintes fatos e fundamentos:

Pacto Nacional do Poder Legislativo Pela Infância e Adolescência

A defesa dos direitos de crianças e adolescentes começou a ganhar mais força, na agenda pública do País, no final da década de 1980, com a participação dos movimentos sociais nas discussões da Assembléia Nacional Constituinte, resultando nas garantias estabelecidas pelos artigos 227 e 228 da Constituição de 1988 e, posteriormente, detalhadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Cientes da responsabilidade do Poder Legislativo no cumprimento do novo ordenamento jurídico, um grupo de deputados e senadores criou, em 1990, a Frente Parlamentar pela Criança e pelo Adolescente do Congresso Nacional.

Dez anos depois, com a chegada ao Congresso de parlamentares que, ao longo de sua trajetória política, fizeram da defesa dos direitos infanto-juvenis sua área de atuação prioritária, a Frente Parlamentar foi revitalizada, passando a ser integrada pelo número recorde de 133 Deputados e 25 Senadores, sob a coordenação da senadora Patrícia Saboya Gomes, no Senado, e das Deputadas Maria do Rosário e Telma de Souza na Câmara.

Durante esse período, por uma coincidência desafiadora, alguns dos aspectos mais polêmicos relacionados às novas gerações saíram de um estado de latência para dominarem o debate nacional, e, em alguns casos, mundial.

Temas como a violência, o turismo e a exploração sexual de crianças e adolescentes, a utilização indiscriminada de mão-de-obra infantil em algumas atividades econômicas e a pedofilia, especialmente na internet, passaram a monopolizar atenções dos mais variados seg-

mentos da sociedade, exigindo do Parlamento um posicionamento pronto, claro e firme.

O sucesso obtido pela Frente do Congresso Nacional no enfrentamento desses problemas despertou em alguns parlamentos estaduais e municipais o interesse em adotar mecanismos semelhantes. Neste aspecto, é sempre oportuno ressaltar o pioneirismo da Assembléia Legislativa do Ceará que, ainda em 2001, instalou a Frente Parlamentar pela Infância. Também é importante destacar que, muitas vezes, em face das dificuldades técnicas apresentadas, iniciativas desse porte acabam ficando restritas a pouquíssimas Casas Legislativas.

Partindo desse quadro e com a constatação da eficácia das Frentes Parlamentares como instrumento de coordenação de estratégias comuns, por meio de um trabalho de sincronização que consegue torná-las mais objetivas, a formação de uma Rede Nacional do Poder Legislativo em Defesa dos Direitos Infanto-Juvenis, unindo parlamentares federais, estaduais e municipais, certamente promoverá ações capazes de transformar em políticas públicas concretas os direitos já assegurados na legislação brasileira e nos tratados e convenções internacionais.

PORTANTO, NÓS, PARLAMENTARES REUNIDOS NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, PROPOMOS A ADESAO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ AO PACTO DO PODER LEGISLATIVO PELA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA:

1 - considerando que dos mais de 60 milhões de brasileiros entre zero e 17 anos, cerca de 45% ou 27,4 milhões de crianças e adolescentes – vivem em situação de pobreza, sendo que esse quadro se agrava em determinadas regiões, com 60% das crianças e adolescentes do Norte e 68% das nordestinas vivendo em famílias com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo, segundo informações do relatório Situação Mundial da Infância 2005, do UNICEF;

2 - considerando que, ainda de acordo com o Unicef, esse quadro é pior no semi-árido brasileiro, onde 75% das crianças e adolescentes vivem em famílias que têm renda *per capita* inferior a meio salário mínimo, mais de 350 mil meninos e meninas entre 10 e 14 anos não estão nas escolas, 390 mil adolescentes são analfabetos e, onde, em 95% das cidades a taxa de mortalidade infantil é superior à média nacional, quase a metade das crianças e adolescentes não tem acesso à rede geral de água, poço ou nascente e menos de 3% das famílias com crianças e adolescentes têm acesso a computador;

3 - considerando que a violência atinge de forma ainda mais contundente as crianças e adolescentes, vitimando cerca de 14 mil meninos e meninas no Brasil anualmente, segundo o UNICEF;

4 - considerando que o trabalho infantil continua sendo um grave problema no Brasil, com cerca de 5,5

milhões de meninos e meninas entre cinco e 17 anos trabalhando no País, de acordo com a PNAD de 2001;

5 - considerando que, a despeito das conquistas obtidas nos últimos anos no combate à mortalidade infantil, essa mazela ainda persiste no País, sendo que as disparidades regionais são gritantes, com índices de 15 óbitos em cada mil bebês nascidos vivos no Rio Grande do Sul, enquanto essa taxa chega a 56 por mil em Alagoas;

6 - considerando que é altíssimo o número de brasileiros que sequer existem legalmente no País, sendo que, de acordo com estimativas do IBGE, quase 30% das crianças brasileiras nascidas no ano de 2001 não foram registradas;

7 - considerando que o acesso de meninos e meninas na faixa etária de sete a 14 anos à Educação está quase universalizado, mas que das 740 mil crianças que ainda estão fora da escola, cerca de 500 mil são negras e que menos de 40% dos meninos e meninas entre zero e seis anos têm acesso a creches e pré-escolas;

8 - considerando que o combate à mortalidade materna é um dos principais desafios do Brasil atualmente;

9 - considerando que é cada vez maior o número de crianças envolvidas no tráfico de drogas e na exploração sexual;

10 - considerando que, segundo pesquisa recente do Ministério da Saúde e da Unesco, a gestação precoce e as dificuldades dela decorrentes já respondem pela terceira causa de morte entre as jovens do Brasil, perdendo apenas para homicídios e acidentes e que 25% das meninas entre 15 e 17 anos que deixam a escola o fazem por causa da gravidez, indicando que a maternidade antecipada é a principal causa de evasão escolar de adolescentes;

11 - considerando que a incidência de DSTs e AIDS tem crescido nos últimos anos entre os adolescentes, sobretudo entre as meninas;

ASSUMIMOS A RESPONSABILIDADE:

1 - criar mecanismos de apoio técnico-político entre o Congresso Nacional, as Assembléias Legislativas e as Câmaras Municipais de todo o Brasil;

2 - implantar Frentes Parlamentares da Infância e Adolescência;

3 - adotar o Orçamento Criança;

4 - fixar estratégias de monitoramento dos recursos orçamentários e fiscalização do cumprimento das respectivas políticas públicas;

5 - criar um canal constante de troca de experiências entre as Casas Legislativas;

6 - acompanhar de forma sistemática e sincronizada as propostas legislativas de interesse da criança e do adolescente;

7 - instituir parcerias e intercâmbios com a sociedade civil na garantia dos direitos infanto-juvenis;

8 - apoiar e estabelecer alianças permanentes com os Conselhos de Direitos e Conselhos Tutelares.

Sala das Sessões, 17 de maio de 2005.
(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1431

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, pede seja dirigido ao Sr. Governador do Estado, com destinação à Secretaria de Saúde Pública do Paraná o seguinte pedido de informações:

1. Por que não atender ao pedido de criação de um Serviço de Oncologia e Quimioterapia no Hospital da Providência em Apucarana, passando percentual, devido e digno, do “teto financeiro do SUS” em Londrina, para a Regional de Saúde de Apucarana e Ivaiporã?

2. Por que promover “turismo de ambulância” com pacientes de câncer, enjoados e humildes? Não é humanitário diminuir-lhes o sofrimento?

3. Que foi feito do processo de credenciamento do CACON I, protocolado desde 4 de dezembro de 2003, sob número 5.428.613-9?

Por que não respondem à Irmã Vujanski Diretora Geral do Hospital da Providência, a sua demanda humanitária?

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O SUS não precisa ser um susto. Pode ser bem administrado e humanitário.

O Hospital da Providência de Apucarana, dirigido com competência pelas Irmãs de Caridade de São Vicente de Paulo, quer ser um centro regional de tratamento de câncer.

Hoje, os doentes de Apucarana, Ivaiporã e municípios vizinhos têm que tratar-se em Londrina. Nós dias de quimioterapia seguem em “vans” ou “ônibus municipais” até a metrópole do norte. Fazem perverso turismo de ambulância.

Lá, mesmo depois de receberem o tratamento, sofrendo os habituais enjoos e incômodos pós-terapia, os cancerosos têm de esperar até que todos os ocupantes da condução pública sejam medicados para, só então, retornarem aos hospitais ou suas casas, em Apucarana, Ivaiporã e cidades da microrregião.

A Irmã Iracema Vujanski, Diretora do Hospital da Providência pede ajuda deste Deputado para que seja transferida parte do chamado “teto financeiro” do SUS, desde Londrina para a regional de Apucarana e Ivaiporã.

Burocratas têm respondido que “é impossível”.

Por que é impossível, se a transferência não gera novas despesas, é de interesse público, e alivia o sofrimento dos doentes?

Apreciaria ouvir a resposta do Secretário da Saúde de Requião, Dr. Cláudio Xavier.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 287/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica estabelecido o Programa Escola Domiciliar para atender alunos enfermos matriculados na Rede Pública Estadual, que por motivo de doença ou incapacidade física comprovada fiquem impedidos de comparecer à aula e prestar exames.

Art. 2º O Programa visa atender ao alunos que esteja enfermo comprovadamente, tendo o mesmo atendimento tanto em domicílio, quanto em hospital, evitando que o mesmo incorra em repetência.

§ 1º. Tanto alunos do ensino fundamental quanto médio, estão inclusos nesta proposta.

§ 2º. O atendimento a que se refere este projeto, deverá ser ministrado por voluntários, em comum acordo docente da referida escola, sob forma individualizada, com aulas de reforço.

Art. 3º Deverão compor a equipe de professores, especialistas em educação, ativos e inativos e voluntários devidamente capacitados sob responsabilidade da direção da escola.

Art. 4º Para melhor desempenho do Programa, a escola poderá integrar-se com associações comunitárias, centros sociais de estudos e estágios universitários, bibliotecas e outras entidades afins.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações próprias, consignadas no orçamento vigente.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

A presente propositura visa atender aos alunos que, comprovadamente, estejam impedidos de comparecer às aulas, garantindo assim o atendimento, tanto em domicílio, quanto em hospital.

Verificamos ser alta a evasão escolar após uma situação de doença, quando o aluno fica impedido de ir às aulas por um período mais longo. Essa evasão incide diretamente na baixa qualificação do indivíduo, tornando-o incapacitado para competir no mercado de traba-

lho, que atualmente exige alto grau de qualificação.

O direito do acesso às escolas da rede pública nesses casos é previsto nos artigos 177 da Constituição Estadual e 205 da Constituição Federal.

Assim, oferecendo condições favoráveis para que jovens e crianças prossigam seus estudos, certamente teremos uma sociedade melhor no futuro.

PROJETO DE LEI Nº 288/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam os candidatos reprovados no Exame de Direção Veicular, referente à primeira habilitação, isentos do pagamento de quaisquer taxas estaduais relativas à repetição do Exame.

Art. 2º A isenção de que trata esta lei é válida para 01 (um) Exame de Direção Veicular, cuja realização deverá ser requerida formalmente no prazo de 60 (sessenta) dias.

§1º. O prazo de que trata o *caput* deste artigo será contado a partir do término do prazo de 15 (quinze) dias para a repetição do Exame, expresso no artigo 151 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, e no artigo 22 da Resolução CONTRAN nº 168, de 14 de dezembro de 2004.

§ 2º. O modelo do requerimento pela isenção da taxa para repetição do exame de Direção Veicular será instituído pelo Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN/PR e disponibilizando em seus Postos de Atendimento e na internet.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a presente lei, por entender que o aluno já é penalizado pela reprovação. Como nas escolas convencionais, o aluno tem um período de recuperação gratuito para tirar as suas dúvidas e prestar novamente aferição dos conhecimentos adquiridos sem nenhum ônus para o mesmo, o que não ocorre nas auto escolas. Tal medida intensificará por parte dos professores (instrutores), maior preocupação no aumento de aprendizagem do aluno, candidatos à primeira carteira de habilitação.

PROJETO DE LEI Nº 289/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O Instituto Estadual de Hematologia - HEMEPAR deverá instalar Bancos de coleta de sangue humano em quartéis e outras instalações das Polícias

Militar e Civil e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Paraná, destinados aos integrantes daquelas Corporações, bem como a seus dependentes, que se apresentem como doadores voluntários.

§ 1º. Excepcionalmente, a critério dos responsáveis pela coleta do sangue e pelo das instalações utilizadas, poderão ser atendidos outros doadores não definidos no *caput*.

§ 2º. A execução do disposto neste artigo far-se-á mediante contato prévio da Direção do HEMEPAR com os Comandantes e Diretor das Corporações mencionadas.

Art. 2º A instalação e operacionalização deverão seguir rigorosamente as normas contidas nas Resolução RDC nº 343 de 13 de dezembro de 2002 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Art. 3º As despesas decorrentes desta lei correrão por dotações orçamentárias do HEMEPAR, podendo o mesmo firmar convênios para essa finalidade.

Art. 4º O material coletado em conformidade com o disposto nesta lei será, obrigatoriamente, disponibilizado, em um mínimo de 50% (cinquenta por cento), às unidades hospitalares das Corporações as quais pertenciam os doadores ou por elas indicadas.

Parágrafo Único. O controle das quantidades definido neste artigo será realizado, em conjunto, por servidores das Corporações interessadas e do HEMEPAR.

Art. 5º O doador será dispensado de qualquer atividade nos dias da doação e seguinte.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta tem por fim atenuar a grande necessidade dos hospitais do Estado do Paraná em sangue humano (plasma) para os mais variados fins médicos.

A referência da utilização de unidades nos quartéis e em outras instalações das Polícias e do Corpo de Bombeiros decorre da existência de grande número de integrantes daquelas Corporações, em sua maioria, em ótimas condições de saúde, bom porte físico e, quase sempre, comprometidos com causas sociais, o que os tornam potenciais doadores, além de descentralizar os Bancos de coletas.

Outrossim, é de conhecimento público que nas unidades hospitalares dessas Corporações, quando há necessidade de sangue para realização de algum ato cirúrgico, são constantes as convocações para cooptar doadores de reposição, tendo em vista a indisponibilidade em seus estoques.

Ainda, diuturnamente, tem-se conhecimento de inúmeros casos de suspensões de intervenções cirúrgicas,

remarcadas para meses depois, em razão de falta de sangue nos estoques do HEMEPAR, ocasionando grandes transtornos, às vezes irreparáveis, à população.

Dessa forma, conto com o apoio de meus Pares, para aprovar este projeto, contribuindo na redução da carência de sangue nos hospitais públicos do Estado do Paraná e, em especial, nas unidades das Polícias Militar e Civil e do Corpo de Bombeiros.

PROJETO DE LEI Nº 290/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Produtores Rurais de Campinas, Santa Helena e Passo da Erva, com sede e foro no Município de Chopinzinho, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ. Sob o nº 72.401.805/0001-58.

Art. 2º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei constitui-se no reconhecimento de Utilidade Pública da Associação dos Produtores Rurais das comunidades de Campinas, Santa Helena e Passo da Erva, do Município de Chopinzinho.

Mencionada entidade tem, ao longo de sua existência, desenvolvido grande trabalho em benefício da sofrida classe dos produtores rurais daquela região, especialmente aqueles micro-proprietários. Não fosse a existência da Associação, certamente não teriam condições de sobrevivência em suas pequenas propriedades, numa região caracterizada pelo minifúndio agrícola.

Assim, Srs. Deputados e nobres Deputadas, contamos com sua compreensão e aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 291/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam obrigados os municípios, para receberem recursos oriundos do Tesouro do Estado, a apresentarem antecipadamente, ao respectivo órgão da Administração Direta, Indireta ou Fundamental do Estado, responsável pelo repasse dos recursos, a competente Certidão Negativa dos Cartórios de Protestos, serviços de proteção ao crédito e similares.

Art. 2º Fica proibido o Estado do Paraná a efetuar repasse de recursos públicos aos municípios cuja certidão

dos Cartórios de Protestos, serviços de proteção ao crédito e similares, respectivos, encontram-se positivas.

Parágrafo Único. Os preceitos contidos neste artigo não se aplicam ao estado de emergência ou de calamidade pública.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Tal proposição visa preservar a economia particular de nosso Estado, impedindo que as Prefeituras Municipais deixem de cumprir com suas obrigações.

Diante do exposto, contamos com o apoio de V. Exas. para aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 292/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os policiais civis e militares da Secretaria de Estado da Segurança Pública ficam liberados para prestarem serviços de segurança e vigilância privada e de magistério em qualquer nível de formação, sem prejuízo de seus vencimentos, contanto que realizados em horários diversos aos de seus serviços públicos.

Art. 2º Os servidores que desenvolverem as atividades mencionadas não poderão, em hipótese alguma, utilizar-se da farda, no caso de Policial Militar, e dos armamentos das respectivas corporações.

Art. 3º A presente lei passa a vigorar a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição legislativa vem apenas legalizar um estado de fato vigente no nosso Estado.

É público e notório, facilmente detectável pela imprensa, que muitas empresas privadas utilizam os serviços de policiais civis e militares da ativa para os objetos da segurança e vigilância privada.

A legislação que ora se apresenta ao plenário reconhece um estado de fato, passando para um estado de direito, e o direito deve ser sempre e simultaneamente teoria, realidade e vivência. Salienta-se que a lei não pode permanecer alheia nem retardá-la na apresentação de soluções.

Também não é nenhuma aberração jurídica porque o Estado do Rio de Janeiro e de São Paulo, em governos anteriores, a legislação em apreciação também foi alvo de discussão e aprovação.

Os policiais não podem ficar à margem da lei, e a presente proposição reconhece essa situação causada pelos baixos salários da classe, tendo em vista que respeita o período de trabalho do serviço público das corporações.

Salienta-se que o ideal seria o aumento salarial, mas não se pode impedir que o policial militar e o policial civil busquem melhorar sua condição de vida e de seus familiares, contanto que seja em horários diversos aos de suas funções públicas, vale dizer, sem prejuízo à administração pública e à sociedade.

PROJETO DE LEI Nº 293/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado no Estado do Paraná o Programa de Apoio às Pessoas com Psoríase.

Art. 2º A Secretaria de Estado da Saúde garantirá a participação de especialistas e representantes de associações de pessoas com psoríase, Associações Farmacêuticas e Associações Médicas no grupo de trabalho permanente sobre Psoríase (GTPP), a ser constituído para a implementação e garantia de continuidade do programa.

Art. 3º Fica assegurado o exame diagnóstico da psoríase em todas as unidades da rede pública de saúde no Estado do Paraná.

Art. 4º O Estado garantirá o fornecimento gratuito de toda a medicação necessária ao tratamento, que não poderá sofrer interrupção.

Parágrafo Único. No caso de falta de medicamentos na rede de saúde, fica o Poder Público Estadual obrigado a ressarcir os gastos realizados com a medicação preconizada.

Art. 5º A Secretaria de Estado da Saúde desenvolverá sistema de informação e acompanhamento de pessoas com psoríase, utilizando-se de cadastro específico.

Art. 6º A Secretaria de Estado da Saúde, organizará seminários, cursos e treinamento, visando à capacitação dos profissionais de saúde, em especial farmacêuticos, enfermeiros, clínicos gerais, dermatologistas e pediatras.

Parágrafo Único - A Secretaria de Estado da Saúde estabelecerá intercâmbios com universidades, hospitais universitários e farmácias com manipulação visando o desenvolvimento de pesquisas sobre a psoríase.

Art. 7º No programa criado por esta lei deverá constar:

I - campanhas educativas de combate ao preconceito para com o portador de psoríase;

II - elaboração de cadernos técnicos para profissionais da rede pública de educação e saúde;

III - elaboração de cartilhas e folhetos explicativos sobre psoríase para a população;

IV - campanhas específicas em locais públicos de grande circulação;

V - campanhas em conjunto com a iniciativa privada, em particular as farmácias com manipulação, e associação de classe farmacêuticas e médicas.

Art. 8º O Programa instituído nesta lei, bem como o endereço das unidades de atendimento, deverão ser divulgados através dos meios de comunicação de ampla difusão e circulação.

Art. 9º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A psoríase é doença bastante comum: afeta 1 a 3% da população mundial (cerca de 190 milhões de pessoas). Manifesta-se em homens e mulheres de todas as idades, inclusive em crianças, e não tem causa determinada, mas tem forte componente genético envolvido.

Como não tem cura, tratamento contínuo e adequado é essencial para um bom controle do curso da doença.

O diagnóstico da psoríase é simples, mas frequentemente as lesões são confundidas com diversos outros tipos de dermatites e tratadas inadequadamente. O uso de corticóides é bastante difundido entre pacientes e médicos, mas precisa de critério pois pode causar agravamento do curso da doença, tendo sua recomendação restrita a determinados casos.

O doente de psoríase frequentemente utiliza alternativas terapêuticas questionáveis por conta própria, sendo este um agravante à saúde do paciente que necessita de atenção e orientação por parte da rede pública de saúde.

Um grande problema para o doente de psoríase é o estigma que acompanha a doença, pois as lesões na pele têm aspecto desagradável e são vistas com preconceito pela sociedade, que normalmente ignora o que é a doença e sua característica não contagiosa.

Este projeto de lei visa garantir o diagnóstico e tratamento adequados à grande quantidade de pacientes atingidos pela doença.

Essa providência diminuirá, a longo prazo, os gastos públicos com o tratamento da psoríase, que aumen-

tam quando ela foge ao controle por falta de cuidados adequados.

Outro objetivo desta proposição é fomentar a pesquisa, a divulgação de informações dos especialistas e a criação de campanhas para retirar o estigma de “doença contagiosa”, que prejudica tanto a vida dos pacientes com psoríase.

PROJETO DE LEI Nº 294/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Leite Oeste, com sede e foro no Município de Marechal Cândido Rondon/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

A Associação Leite Oeste é constituída sob forma de associação de natureza civil, sem fins lucrativos e tem como objetivo congregar todos quantos estejam ligados à atividade leiteira, auxiliando-os, orientando-os em seus interesses e aspirações comuns, em melhoria genética, manejo, alimentação e documentação, bem como promover e patrocinar pesquisas, debates e estudos dos problemas inerentes às suas atividades.

PROJETO DE LEI Nº 295/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná *Post Mortem* ao Dr. Manoel de Oliveira Franco Sobrinho.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de homenagear *post mortem* um paranaense que dignificou o nosso Estado como literato, jornalista, professor, advogado, jurista, político, administrador público, representante do Brasil no exterior e magistrado.

O Dr. Manoel de Oliveira Franco Sobrinho, curitibano de nascimento, exerceu todas essas facetas com raro brilhantismo e honestidade, com uma carreira destinada à defesa das causas populares mais justas, conforme

demonstra o seu vasto currículo, que apresentamos em anexo.

PROJETO DE LEI Nº 296/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a celebrar convênios com o SICREDI - Sistema Integrado de Crédito Cooperativo e com o SICOB - Sistema de Cooperativas de Créditos do Brasil, para que estas instituições procedam cobrança e recebimento de qualquer tributo do âmbito estadual.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) ELIO RUSCH

Apoiamento:

Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior, Nelson Justus, Nereu Moura, Luiz Carlos Martins, André Vargas, Miltinho Pupio, Barbosa Neto, Reni Pereira, José Maria Ferreira, Valdir Rossoni, Francisco Bühner, Delegado Bradock, Ângelo Vanhoni, Marcos Isfer, Augustinho Zucchi, Luiz Nishimori, Chico Noroeste, Mauro Moraes e Luiz Fernandes da Silva Litro.

JUSTIFICATIVA:

A SICREDI - Sistema de Crédito Cooperativo, tem como um de seus objetivos a disponibilização à sociedade de uma alternativa democrática para gerir recursos financeiros e prestar serviços bancários em geral, prática que vem se mostrando muito eficiente, contemplando as aspirações, tanto do Estado como de toda a sociedade que se serve desta prestação de serviços, trazendo conforto aos usuários.

A presente proposição, tem o cunho de ampliar os pontos de pagamento de tributos estaduais para também as SICOB's - Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil, ente este que dispõe de grande sistema estrutural, para bem atender e possibilitar maior agilidade para a recepção de tais recursos.

Neste sentido, conclamamos os nobres parlamentares deste Poder Legislativo a manifestarem o devido apoio à presente iniciativa, que além de amparada pelo princípio da legalidade, visa o interesse público maior, quando disponibiliza meios favoráveis à ampliação da rede de captação de tributos públicos, servindo-se das já estruturadas organizações de crédito SICRED e SICOB, além de Bancos e Instituições financeiras, casas lotéricas etc.

PROJETO DE LEI Nº 297/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criada, no âmbito do Estado do Paraná, a Secretaria Especial de Promoção e Defesa dos Animais - SEPDA.

Art. 2º A Secretaria Especial de Promoção e Defesa dos Animais - SEPDA tem como objetivo primordial a promoção de ações necessárias à proteção e bem-estar dos animais, bem como prevenir os mesmos de maus tratos, com práticas voltadas para, no mínimo:

§ 1º cumprir e fazer cumprir os termos da Lei Federal 9605, Lei Estadual 14037 bem como toda a legislação correlata;

§ 2º criar equipe macro-funcional, responsável pela definição articulada e coordenada das políticas e das ações voltadas para a promoção e defesa dos animais;

§ 3º substituir o extermínio sistemático como método de controle populacional de animais urbanos excedentes saudáveis pela esterilização - função de saúde pública - maciça, sistemática e gratuita dos mesmos, priorizando áreas de grande concentração urbana e população animal;

§ 4º instalar mini-centros cirúrgicos deslocáveis;

§ 5º promover um programa de assistência às entidades e/ou sociedades de proteção aos animais;

§ 6º Combater a violência e os maus tratos contra os animais;

§ 7º promover convênios e/ou parcerias com Prefeituras, Universidades, empresas privadas e entidades de proteção aos animais para agilização e viabilização das ações propostas nesta lei.

Art. 3º Para o funcionamento da Secretaria Especial de Promoção e Defesa dos Animais o Governo do Estado remanejará dotações orçamentárias destinadas às Secretarias afins.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 30 (trinta) dias da data de sua publicação.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) RENATO GAÚCHO

JUSTIFICATIVA:

A questão da proteção aos animais tem preocupado a sociedade e, os Governos, apesar de toda uma legislação, não têm conseguido responder na forma institucional com a velocidade e presteza desejadas.

Apesar da Lei Federal 9605, da Lei estadual 14037 de autoria deste Deputado, ainda não regulamentada, no território do Estado do Paraná ainda se cometem erros e omissões no trato da questão dos animais. O que se

observa são ações voluntárias da sociedade que esbarram na teia burocrática dos diversos órgãos envolvidos com resultados aquém dos esperados e necessários para uma real proteção dos animais e diminuição da sua taxa de crescimento, principalmente dos animais domésticos.

Nunca é demais lembrar que uma política adequada resultará, também, na diminuição da violência entre os humanos. Levantamentos realizados nos Estados Unidos vêm demonstrando que a violência humana contra animais acaba muitas vezes por desencadear a violência entre seres humanos. Pessoas que demonstram desrespeito aos animais tendem a demonstrá-lo também, muitas vezes de forma violenta, contra seus pares humanos. Não temos o levantamento no Brasil mas, cremos, os resultados não são muito diferentes.

O Município do Rio de Janeiro que criou uma Secretaria Especial de Promoção e Defesa dos Animais, pioneira no País, tem apresentado resultados animadores com respeito da população e se tornou pólo irradiador no trato da questão.

Temos certeza que o Paraná, ao acatar nossa proposta, tornar-se-á exemplo para o País ao criar estrutura e cultura na área de proteção aos animais, culminando com melhor qualidade dos seres humanos que aqui habitam.

Entendemos nosso projeto de lei como viável vez que não implica em acréscimo de despesa e, também, está fundado na Lei 8485 de 03.06.87 que em Capítulo III, artigo 4º, diz: O Governador do Estado, mediante decreto, poderá nomear Secretários Especiais, até de 6 (seis), com prerrogativas e obrigações de Secretários de Estado, por prazo determinado, para coordenação da ação do Poder Executivo, em áreas de relevante interesse para o Estado. (grifo nosso)

PROJETO DE LEI Nº 298/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado o Programa Estadual de Incentivo à Cultura, vinculado à Secretaria de Estado da Cultura, nos termos do parágrafo único e *caput* do art. 190 da Constituição Estadual.

**Seção I
Dos Objetivos**

Art. 2º O Programa Estadual de Incentivo a Cultura, vinculado à Secretaria de Estado da Cultura, tem como objetivos fundamentais:

I - incentivar a formação e a produção artística e cultural, mediante:

a) concessão de bolsas de estudo, pesquisa e trabalho para estudantes, atores, artistas, técnicos e produtores culturais em geral, desde que residentes no Estado há mais de dois anos;

b) instalação e manutenção de atividades sem fins lucrativos, destinadas à formação artística e cultural;

II - incentivar a produção cultural e artística, mediante:

a) realização de exposição e festivais de artes visuais, artes cênicas, de músicas, de danças, de literatura e de folclores;

b) produção de discos, vídeos, filmes e outras formas de produtos culturais, de natureza fonográfica, vídeo fonográfica e cinematográfica;

c) edição de obras impressas ou virtuais relativas às ciências humanas, a letras e as artes;

d) cobertura de despesas com transporte e seguro de objetos de valor cultural, destinados às exposições públicas;

e) instituição e implantação de "bonus-cultural" e outras iniciativas similares;

f) apoio à criação e manutenção de grupos teatrais, de dança e de música amadores, existentes ou que venham a ser criados, em entidades da sociedade civil em geral;

g) apoio à reforma e/ou construção de teatros, cinemas, estúdios, casas de espetáculos e demais equipamentos e instalações culturais, em convênio com órgão da administração pública e entidades da sociedade civil organizada;

III - preservar e divulgar o patrimônio histórico, cultural e artístico do Estado;

IV - dar apoio a outras atividades culturais consideradas relevantes pela Secretaria de Estado da Cultura, desde que previamente ouvido o Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural.

Parágrafo Único - Os candidatos aos recursos do Programa Estadual de Incentivo à Cultura, em qualquer modalidade, deverão ter domicílio no Estado do Paraná há pelo menos dois anos, a serem contados retroativamente da data de entrada de tramitação do projeto a ser incentivado.

Seção II Dos Recursos

Art. 3º O Programa Estadual de Incentivo à Cultura contará com recursos provenientes de:

I - dotações e créditos específicos consignados no orçamento do Estado;

II - doações;

III - legados;

IV - subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza ou de organismos internacionais;

V - percentual decorrente de projetos financiados através do patrocínio cultural, nos termos desta lei;

VI - devolução de recursos de projetos não iniciados ou interrompidos, com ou sem justa causa;

VII - recursos de outras fontes.

Art. 4º Fica instituído no Estado do Paraná o incentivo fiscal para realização de projetos culturais, a ser concedido a pessoa física ou jurídica contribuinte do Estado.

§ 1º O incentivo fiscal referido no "caput" deste artigo corresponderá ao recebimento, por parte de empreendedor de qualquer projeto cultural no Estado, seja através de doações, patrocínio ou investimentos, de Certificados Nominais de Incentivo Cultural - CNIC expedidos pelo Poder Público, correspondentes ao valor de incentivos autorizados pelo Executivo.

1 - para efeitos desta lei entende-se por:

a) empreendedor: pessoa física ou jurídica, domiciliada no Estado do Paraná nos termos do parágrafo único do art. 2º da presente lei, diretamente responsável pelo projeto cultural beneficiado pelo incentivo do Programa;

b) incentivador: pessoa física ou jurídica, contribuinte do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, que tenha transferido recursos, através de doação, patrocínio ou investimentos, para a realização do projeto cultural beneficiado pelo incentivo do Programa;

c) doação: transferência gratuita, em caráter definitivo, ao empreendedor, de recursos para realização de projetos culturais, vedado o uso da publicidade para a divulgação deste ato;

d) patrocínio: transferência gratuita, em caráter definitivo, ao empreendedor, de recursos para realização de projetos culturais, com finalidades promocionais, publicitárias ou de retorno institucional;

e) investimento: transferência de recursos ao empreendedor para a realização de projetos culturais com vista à participação em seus resultados financeiros;

f) certificado de aprovação: documentos emitidos pela Secretaria de Estado da Cultura, após análise prévia do Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural, representativo de apreciação e da aprovação do projeto cultural, a ser usado pelo empreendedor como comprovante de aprovação perante potenciais incentivadores;

g) certificado de incentivo: documento emitido pela Secretaria de Estado da Cultura, após análise prévia do Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural, representativo da autorização para que se efetive a transferência de recursos conforme previsto no Certificado de Aprovação.

§ 2º Os portadores dos Certificados Nominais de Incentivo Cultural poderão utilizá-los na dedução quando do pagamento do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - até o limite de 20% (vinte por cento) do valor a cada incidência do tributo.

§ 3º O valor dos certificados não poderão exceder a 80% (oitenta por cento) do valor total do projeto incentivado.

§ 4º O Poder Executivo, fixará, anualmente, na lei de Diretrizes Orçamentárias, o limite dos valores que serão utilizados para incentivo cultural, não poderão ser tais valores inferiores a 1/2% (meio por cento) e nem

superiores a 3% (três por cento) da receita proveniente do ICMS.

Art. 5º Os projetos culturais que visam obter financiamentos com recursos do programa deverão obedecer as seguintes condições:

I - apresentação dos projetos à Secretaria do Estado da Cultura, acompanhados das respectivas planilhas de custos, dos prazos de execução e conclusão de fluxogramas de recursos, na forma da regulamentação da presente lei;

II - comprovação de que o proponente dispõe do montante necessário à execução do projeto, ou está habilitado a obter financiamento de outra fonte devidamente identificada, e que não está inadimplente junto ao Ministério da Cultura, Secretaria de Estado da Cultura e Tribunais de Contas do Estado e da União.

III - aprovação dos projetos pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural;

IV - preservação da harmonia e equilíbrio regional na distribuição de projetos;

V - realização prioritária dos projetos no Estado do Paraná.

Seção III Do Conselho Estadual De Desenvolvimento Cultural

Art. 6º Será instituído, na Secretaria de Estado da Cultura, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural, a ser composto, paritariamente, por membros indicados pelas entidades representativas das áreas culturais e artísticas, com existência legal, por técnicos designados pelas Secretarias de Estado da Cultura e das Finanças, além de um representante do Poder Legislativo Estadual.

Parágrafo Único - Os membros do Conselho, por exercerem funções consideradas de relevante interesse público, não poderão apresentar projetos com os benefícios da presente lei enquanto estiverem no exercício de seus mandatos.

Art. 7º Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural terá as seguintes atribuições:

I - supervisionar a aplicação dos recursos destinados ao Programa;

II - avaliar e aprovar os projetos culturais a serem incentivados;

III - acompanhar e fiscalizar a execução dos projetos aprovados;

IV - expedir quaisquer orientações com o objetivo de viabilizar, com agilidade, de forma conjunta ou individualizada, a implementação dos projetos culturais a serem incentivados.

Art. 8º O Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural encaminhará à Assembléia Legislativa, bimestralmente, a relação e o conteúdo dos projetos culturais

aprovados, bem como seus custos, além dos projetos recusados com os respectivos pareceres.

Parágrafo Único - os projetos aprovados ou recusados ficarão à disposição dos interessados para consulta pública em departamento específico da Secretaria de Estado da Cultura.

Seção IV Disposições Finais

Art. 9º O Secretário de Estado da Cultura designará uma unidade de sua pasta para dar apoio à implementação do projeto.

Art. 10 - As despesas resultantes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações próprias, a serem incluídas na Lei Orçamentária Anual, sendo suplementadas quando necessárias.

Art. 11 - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de publicação desta, sendo assegurada a participação das entidades da sociedade civil interessadas.

Art. 12 - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões, em 17.05.2005

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA

A produção artística é a expressão cultural mais efetiva de uma sociedade e do seu tempo. A produção cultural, como reveladora e renovadora das características mais representativas da sociedade que a concebe e fator essencial de desenvolvimento, memória e fixação das relações sociais. Só a humanidade produz Cultura, e somente as sociedades humanas podem sonhar e se desenvolver justamente por possuir uma base cultural comum.

Pelos aspectos apresentados, é fácil deduzir que a introdução de políticas de desenvolvimento culturais deve ser tarefa prioritária de quaisquer organismos políticos estatais cujo princípio fundamental é a construção do bem comum. E tal princípio faz parte do corolário que fundamentam a sociedade brasileira, conforme se pode constatar pelos arts. 215 e 216 da Constituição Federal, princípios estes que, aliás, ousamos colocar como cláusulas pétreas de nosso ordenamento constitucional, tal a sua relevância para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

A constituição estadual buscou revalidar, a nível regional, este posicionamento de princípios, na exata forma do art. 190, bem como seu parágrafo único. Mas dentre outros dispositivos da Constituição Federal citados, merece especial atenção o § 3º do art. 216, que preceitua:

"§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais."

Ou seja, dentro do amplo princípio da responsabilidade do Estado Brasileiro de garantir e preservar as plurais formas de manifestação cultural, acentua-se como objetivo a edição de leis que especificamente protejam e incentivem a "*produção e o conhecimento de bens e valores culturais*". Trata-se de responsabilidade objetiva, da qual não pode fugir nenhuma instância federativa.

A presente lei, portanto, tem o específico objetivo de regulamentar a criação de um Programa Estadual de Desenvolvimento Cultural, de forma a regular incentivos e iniciativas do Estado na manutenção e criação de cultura. é instrumento efetivo de gestão de uma Política Cultural, com participação dos setores interessados e sem o atrelamento estatal que, como está historicamente demonstrado, é elemento de desenvolvimento da criatividade.

Pelo exposto, apelamos aos nobres Deputados no sentido da aprovação do presente projeto de lei, sempre no sentido de constituição de uma sociedade cada vez mais organizada e preparada para a difícil tarefa da Cidania Plena.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputados Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Governo divulga dados positivos na questão da geração de empregos do nosso Estado. Nós vemos espalhados pelo nosso Paraná, nesses 29 meses de Governo, a geração de 470.000 empregos e mais cem mil novas empresas abertas. Isso nós vemos pela TV, ouvimos pelo rádio, lemos pelos jornais mas, na prática, não é bem assim. Dados do DIEESE - Departamento Intersindical de Estudos Econômicos e Sociais, mostra que no saldo de empregos o Paraná tem um dado extremamente negativo.

Menos 20,18% na questão de geração de empregos nós observamos no primeiro trimestre deste ano e olhem que quem está fazendo este levantamento é um instituto que está acima de qualquer suspeita. Neste levantamento oficial do balanço do nível de empregos, vemos que este Governo mente quando diz que estas cem mil empresas ou 470.000 empregos estão com um balanço positivo. Isto o Governo não divulga, Sras. e Srs. Deputados mas a população sente no bolso!

E qual é a consequência de tudo isso? O emprego não é criado, o dinheiro não gira na nossa economia! Vejam que o comércio, no mês de março teve um crescimento abaixo da metade da média nacional de acordo

com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. E ainda, o que salvou o Governo do Paraná foi que nesse mês de março já estão contabilizados as vendas que, tradicionalmente, têm um crescimento muito grande, por conta da sazonalidade aqui representada pelo período de Páscoa.

Então o que vemos é que este Governo, na verdade, não se sustenta na prática. Se não acabou com o pedágio, se o programa Luz Fraterna, se o leite para as crianças não funciona, a questão da redução dos impostos que proporcionaria a distribuição de riqueza através da geração de empregos também é mais uma falácia deste Governo.

Sras. e Srs. Deputados, o que resta a este Governo? O tempo é implacável, e já se foram 29 meses desse Governo e passa rápido, graças a Deus! Nós queremos que seja provado o contrário mas com um debate franco; não com uma luta desumana com gastos de R\$ 140.000.000,00 só para publicidade, este ano, e não vai dar, por exemplo, os trinta mil reais que nós votamos aqui para o aumento dos professores das universidades estaduais! E agora ainda querem acabar com uma empresa competente que sustenta a economia paranaense que é a agricultura, que é a EMATER.

Nós não podemos permitir que isso aconteça, porque, acabar com a EMATER é o mesmo que acabar com a agricultura do Paraná, como diz o Senador Osmar Dias. Portanto a Bancada do PDT, eu, o Deputado Augustinho Zucchi, juntamente com o Deputado Neivo Beraldin, já decidimos que vamos votar a favor da EMATER e contra o projeto de autarquização, sob pena de darmos um tiro no próprio pé. Porque ainda é o agronegócio, apesar das dificuldades, da baixa cotação do dólar e principalmente da seca que afetou a nossa produção, ainda assim temos como principal alavanca da nossa economia o agronegócio.

Estamos colocando aqui a verdade acima de tudo. Estamos abertos ao debate. Quem quiser provar o contrário que o faça na tarde de hoje ou em qualquer outro lugar, porque o grau de insatisfação da nossa população é muito grande. E aqueles que não estão envolvidos em uma redoma de vidro, aqueles que saem às ruas, que vão às feiras livres, que vão aos supermercados, que conversam com a população, sabem perfeitamente aquilo que estamos dizendo.

Geração de empregos não pode significar empregos por decreto através de medidas provisórias como faz o Governo Federal na ordem de quarenta mil apenas este ano. Geração de empregos não significa colocar no poder dezessete parentes da família Requião. Queremos a geração de empregos na prática, através da produção, principalmente nos setores dos mais diversos e aqui falamos do comércio, da geração de empregos em todos os setores da nossa economia.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância do tempo.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado, Deputado Barbosa Neto.

Com a palavra o Deputado Neivo Beraldin.

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Há hora para tudo. Hora para ser Oposição ao Governo, hora para ser Situação, hora para elogiar e hora para criticar. Nesse caso, faço questão de subir à tribuna para elogiar o Governador Requião, pela conquista que teve no dia de ontem, instalando no litoral do Paraná uma Universidade que vai premiar tanta gente do litoral, cursos superiores, gestão ambiental, educação física, nível médio, transações imobiliárias, fisioterapia, agrologia e hotelaria. Quantos estudantes certamente durante tanto tempo tiveram que morar em Curitiba pagando aluguel, tantos acidentes de noite ou de dia na busca da possibilidade da conquista do sonho de um curso universitário, e agora, se instala no Litoral do Paraná perto da casa, dando tranqüilidade à família. E, evidentemente, ganha o Paraná em investimento no nosso querido litoral do Paraná, litoral esse carente de investimento ao longo de tanto tempo. Então, não podia deixar de me associar à alegria do povo do litoral do meu Estado.

Ao mesmo tempo, cumprimentar o Governo do Paraná e também o Governo Federal, porque em conjunto com a Universidade Federal do Paraná, vão levar essa possibilidade do ensino de 3º grau, ensino técnico aos nossos paranaenses que estão hoje comemorando um grande sonho.

Parabéns, população do Paraná, parabéns, Governos do Estado, Federal e Universidade Federal e que Deus abençoe a todos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o Sr. Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (PFL)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso este espaço do Pequeno Expediente, para discorrer e fazer algumas considerações em relação à audiência pública que a CCJ realizou na manhã de hoje, no plenarinho desta Assembléia, presidida pelo Deputado Durval Amaral, com a presença dos funcionários e técnicos da EMATER, com a presença da AMP, Associação dos Municípios do Paraná, representantes da OCEPAR, da FAEP, da TETAEP e de outras entidades que estiveram presentes na manhã de hoje.

Nós teremos, logo após o Pequeno Expediente, no Grande Expediente, o pronunciamento do Ivo Petry Sobrinho que representa todos os trabalhadores da EMATER do nosso Estado do Paraná e por extensão, os seus sindicatos, para discorrer sobre projeto de lei que visa transformar a EMATER, que é uma empresa pública de direito privado, em autarquia.

Nós sabemos do grande trabalho que a EMATER já tem realizado em favor do desenvolvimento sócio-econômico sustentável dos pequenos agricultores do Estado do Paraná. Eu, como Deputado do interior do Estado, que me identifico muito mais com os agricultores, tenho a minha vida e a minha participação também com as empresas de modo geral no Estado do Paraná, mas esse tema é muito palpitante quando falamos em agricultura e principalmente, quando nós falamos dos técnicos que compõem essa empresa, a EMATER, que são os grandes responsáveis pelo desenvolvimento e pela alta produção que temos no Estado do Paraná.

Nós podíamos recordar o Paraná de dez, quinze, vinte anos atrás e comparar o Paraná de hoje, comparar o que era a nossa agricultura, Deputado Dobrandino, Líder do Governo, que participou hoje pela manhã também dessa audiência pública, o que é o Paraná hoje e o que é que representa a agricultura familiar, o pequeno, o médio agricultor do nosso Estado.

Nós devemos muito, Deputado Nelson Justus, V. Exa. que já foi Secretário de Estado, aos técnicos, e vem o Governo do Estado e usa como fonte principal a transformação da personalidade jurídica em autarquia, ou seja, essa empresa pública de direito privado em autarquia, pelos altos salários! Eu pergunto: se nós queremos produzir, se nós queremos desenvolver a nossa empresa, o nosso município, o nosso Estado, qualquer entidade, o que é que precisamos fazer? Fazer, em primeiro lugar que o funcionário seja motivado!

Como é que você motiva o funcionário? Só com palestras? Não! Você motiva o funcionário, o corpo técnico também pelo ganho e por aquilo que ele recebe. Então, automaticamente, se nós pagarmos bem os nossos técnicos, mais motivados estão para trabalhar. Então, não justifica o Governo do Estado querer transformar a EMATER numa autarquia, usando como expediente o alto custo que isso representaria para a Folha de Pagamento.

Nós tivemos na manhã de hoje, Srs. Deputados, para quem não esteve presente, que fique registrado nos Anais da Assembléia Legislativa, a presença do Presidente da EMATER.

Ele mostrou claramente o trabalho fabuloso que a EMATER faz neste Estado, fantástico que essa empresa faz, mas por outro lado concorda em transformar essa empresa numa autarquia.

Fica muito difícil conseguir entender isso. Ora, o mundo hoje é competitivo, nós precisamos estar preparados, nós precisamos estar mais ágeis, e se nós transformarmos a EMATER em uma autarquia, automaticamente nós estamos engessando essa empresa. Ela não terá a

mesma agilidade, Deputado Ademar Traiano, como ela teria, como tem hoje.

Uma outra questão que eu levantei hoje de manhã na audiência pública e que eu também levanto aqui na tribuna, Deputado Bradock. Como é que ficaria a situação, os convênios que os municípios fazem hoje com a EMATER? Quase todos os municípios fazem esse convênio, para que a EMATER possa fazer efetivamente esse trabalho, essa parceria na extensão rural ou na agricultura.

Transformando em autarquia, será que os municípios podem ainda manter esses convênios? Isso representa hoje, algo em torno de R\$ 10 milhões de reais!

Eu agradeço a V. Exa., Sr. Presidente e com toda a certeza este assunto voltará à tona por muitas e muitas vezes aqui na Assembléia.

Eu quero até enaltecer o próprio Líder do Governo, Deputado Dobrandino, que hoje pela manhã disse da possibilidade de o Governo retirar essa mensagem da Assembléia Legislativa, que seria a melhor coisa que ele podia fazer, a exemplo do que ele fez no governo passado.

(Aplausos)

Ora, se o ex-Governador não prestou, ele retirou!

Então por que nós não podemos retirar agora também? Quem era o Líder do Governo era o Deputado Valdir Rossoni, que hoje é Líder da Oposição.

Então nós conclamamos ao Governador do Estado do Paraná que retire essa Mensagem aqui da Assembléia Legislativa e deixa a nossa EMATER trabalhar em desenvolvimento, em favor da agricultura do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra o Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu utilizo esta tribuna, do lado de cá, Situação, hoje, Deputado Rossoni, até porque o som é melhor e eu estou com a garganta debilitada, até para me fazer entender e com a aquiescência do Líder do Governo, até porque o que eu vou falar diz respeito muito ao Estado do Paraná.

É um alerta que eu faço na tarde de hoje, para que o Governo do Estado do Paraná, a Secretaria da Fazenda, a Procuradoria Geral do Estado do Paraná fiquem em alerta, porque na tarde de hoje, provavelmente ainda no dia de hoje, o Governo do Estado de São Paulo estará assinando um decreto reduzindo a zero a alíquota de todos os derivados de trigo, inclusive farinha de trigo, biscoito e macarrão. Isso significa, na prática, a quebra de todos os moinhos das fábricas de biscoito do Estado do Paraná, que a margem de lucro é mínima e as empresas do Estado de São Paulo vão ter condições de dar um desconto de sete por cento.

O Governo do Estado de São Paulo - por ocasião do anúncio, que em dois ou três dias irá assinar esse decreto reduzindo de sete para zero a alíquota do ICMS que incide sobre a comercialização de produtos derivados de trigo, ainda alertou e afirmou, que essa redução da alíquota não está no contexto e nem pode ser vista como um componente da guerra fiscal. Se ele assim não enxerga, eu não sei o que está ocorrendo, se isso não é guerra fiscal.

Mais uma vez quero deixar aqui o alerta para que o Governo do Estado do Paraná, que por outra ocasião eu disse que até numa postura ética não está fazendo a guerra fiscal, mas a grande maioria dos Estados brasileiros estão, na calada da noite, concedendo inúmeros benefícios, porque na hora de votar a reforma tributária, não vão deixar discutir esses benefícios. O que vai acontecer é que se perpetuarem-se benefícios inconstitucionais como este que estará sendo concedido no Estado de São Paulo, nós inviabilizaremos as indústrias do Estado do Paraná.

Então, faço este alerta ao deputado Líder do Governo, Deputado Dobrandino, para que comunique ao Sr. Secretário da Fazenda. Comunique à Procuradoria Geral do Estado para que fique de prontidão. E, havendo a assinatura deste decreto, para primeiro invocarmos através de uma ação de inconstitucionalidade a ineficácia desse decreto e posteriormente invocarmos no CONFAZ, que isto, na prática, é guerra fiscal, sim, porque se nós permitirmos que a exemplo desse decreto de São Paulo - e aqui não tem nenhum contexto político ou ideológico em fazer este desabafo - se nós permitirmos que a título de exonerar a atividade produtiva, como é o caso do Estado de São Paulo, está elencando como motivo para isentar os fabricantes de derivados de trigo, nós permitirmos que estes benefícios continuem sendo dados no Estado de Minas Gerais, como está sendo dado, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, infelizmente nós estaremos vendo passar embaixo do nosso nariz, a falência do Estado do Paraná no que diz respeito às atividades industriais que geram empregos, sim.

Se nós não tomarmos nenhuma medida para evitar que esse decreto entre em vigor no Estado de São Paulo, serão milhares e milhares de postos de trabalho - trabalhos reais, não são trabalhos que grifam out-door ou propaganda de televisão são trabalhos que hoje existem e deixarão de existir em no máximo trinta dias, porque infelizmente as empresas e as indústrias do Estado do Paraná não poderão mais competir com as indústrias do ramo de São Paulo.

Então, fica aqui, Sr. Presidente, o alerta. Nós estaremos protocolando junto à Mesa requerimento neste sentido, para ser enviado ao Secretário da Fazenda e também ao Procurador Geral do Estado.

E fica aqui o alerta, principalmente à base governista, para que alerte o Governador Roberto Requião, que às vezes é bom mantermos a postura. E a postura do governo tem sido coerente no sentido de não entrar na

guerra fiscal, mas às vezes é preciso virar a mesa, porque senão quem vai padecer são as indústrias e os trabalhadores do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Concedemos a palavra ao Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ontem nós, por ocasião da votação dos vetos, mantivemos um veto apostado pelo Governador Roberto Requião ao projeto que havia sido aprovado nesta Casa no ano passado e que diz sobre o assédio moral, proíbe o assédio moral nas dependências do espaço público e também traz consequências para esta prática.

O assédio moral, nós já algumas vezes tivemos oportunidade, Deputada Elza Correia - e a senhora que também acompanha esta manifestação, nós tivemos oportunidade de debater - é hoje uma das maiores manifestações dentro do ambiente de trabalho e que talvez mais prejuízos traga, uma das maiores manifestações de autoritarismo e de descompasso com a democracia, dentro do espaço de trabalho.

Em função disto, estarei fazendo um convite, assim que possível, a todos os Deputados, de todos os Partidos, para que possamos representar este projeto. Ou, mais do que isto: estaremos fazendo uma solicitação para que o Governo remeta uma mensagem a esta Casa, com o mesmo teor, apenas com a iniciativa do Governador do Estado, porque parece-me que não conta quem é o autor do projeto, mas sim, que o projeto seja aprovado.

Por isto, estarei aguardando e conto com a colaboração dos Srs. Deputados para que possamos entrar em contato com o Governador e que ele remeta o projeto para esta Casa.

Acredito que ontem, ao mantermos o voto, nós cometemos uma injustiça com a maioria dos trabalhadores do Estado do Paraná, particularmente aqueles do espaço público.

Outro assunto que me traz aqui é a audiência pública realizada na manhã de hoje, pela CCJ, que contou com grande número de Deputados.

Eu gostaria aqui, como já fiz na parte da manhã, de parabenizar tanto o Deputado Durval Amaral como os demais que participaram da Comissão e da audiência pública, porque me parece, repito aquilo que falei de manhã hoje, Sr. Presidente, que o debate a respeito transformação da EMATER em Autarquia não pode ser dividido entre um debate da Oposição e um debate da Situação.

Nós queremos ir além disso, queremos na verdade fazer um debate sobre as reais condições e as reais necessidades de manter a EMATER como uma empresa pública, como é hoje. Entendemos que houve aqui, há

quinze dias, uma intervenção equivocada do Procurador Geral do Estado, Dr. Sérgio Botto de Lacerda, quando, no afã de conseguir adeptos, inclusive para a sua causa, veio aqui solicitar o regime de urgência, declarou à imprensa, e me parece que, ou estava mal informado, ou houve de sua parte talvez um equívoco, que lamentavelmente coloca numa situação muito difícil todos os funcionários da EMATER, alguns inclusive acompanhando a Sessão de hoje, quando declara publicamente para os jornalistas que estão aqui ao fundo, cobrindo os trabalhos Parlamentares, que o problema da EMATER são os grandes salários, e que nós tínhamos salários de dezoito mil reais, ou próximo de dezoito mil reais. Isso foi divulgado nos jornais dos dias seguintes. Isso causou prejuízo aos funcionários públicos, aos funcionários da EMATER, e pior do que isso, fez com que alguns Deputados acreditassem que essa informação era verdadeira.

De posse, no dia seguinte, da folha de pagamento dos funcionários da EMATER, passamos essa folha à imprensa, que assim que teve acesso, publicou no dia seguinte. Para nossa surpresa, existem hoje dezesseis funcionários que recebem onze mil reais, existem cerca de duzentos funcionários que estão na faixa salarial de oito mil reais, e a renda média dos trabalhadores da EMATER não passa de dois mil e quinhentos reais.

Portanto, muito distante da afirmação do Dr. Sérgio Botto de Lacerda, que o motivo principal da transformação eram os salários de dezoito mil reais, a não assinatura do acordo salarial, que também para a nossa surpresa consultamos depois o Sindicato, que após exaustivas negociações concordou inclusive que tivessem os trabalhos da EMATER uma negociação rebaixada, perdendo 30%, e fazendo com que os dois dissídios, este e o anterior, pudessem ser parcelados em trinta vezes.

Para a nossa surpresa e para a surpresa do Sindicato, que irá usar esta tribuna no dia de hoje, depois de tudo acordado, o Governo recuou!

Então, parece, Srs. Deputados e Sr. Presidente, que a posição hoje externada inclusive pelo Líder do Governo, de bastante equilíbrio, e quero aqui cumprimentá-lo publicamente, é a posição correta. Nós não podemos agir pela emoção, e tampouco por informações distorcidas. Nós queremos agir por informações corretas e para que o bem do Paraná seja preservado, mais do que um mandato, mais do que um Governo, mais do que simplesmente um mandato, o que nós queremos é aquilo que já na parte da manhã hoje todos os Deputados se manifestaram, e todos se manifestaram favoráveis.

Nós queremos o bem deste Estado. Esse mesmo Estado que tem a sua base agrícola, e na ferramenta principal da base agrícola tem a EMATER como um dos principais propulsores, não pode ficar à mercê de informações desencontradas.

Por isso, afirmei na parte da manhã, e volto a afirmar aqui, nós, dentro do Partido dos Trabalhadores, temos hoje uma posição que vimos dia-a-dia reafirmando, se esse processo vier para ser votado hoje da

forma como está, nós votaremos contrário, porque entendemos que precisamos ter muito mais esclarecidos, e precisamos também esclarecer ao Governo que não é esta certamente a melhor forma de se resolver, nem dissídios anteriores, nem ações que tramitam na justiça, nem dizer que se tivermos a EMATER autarquizada poderão os seus funcionários serem contratados com um novo regime e aqueles que estão também terão garantia no emprego. Isso não é verdade!

Aqueles que estão hoje na EMATER continuarão celetistas. Houve uma série de informações aqui trincadas, uma série de informações que precisam ser esclarecidas. Até que sejam esclarecidas, em absoluto poderemos votar qualquer projeto.

Aliás, reforça aqui a posição que foi externada várias vezes na audiência pública que, dentro de todo esse debate, se houver entendimento, que se retire o projeto, para que continuemos ter na EMATER um braço importantíssimo para a agricultura do Estado do Paraná. Até porque trabalhei no Banco do Brasil por 27 anos e no crédito rural durante cinco anos e sei que, quando o Banco do Brasil resolveu terceirizar os fiscais, tivemos um grande problema no Banco do Brasil. Inclusive processo de corrupção, porque quando passamos aquilo que era obrigação do Banco para serem feitas por terceiros que não tinham compromisso, história, começou acontecer problema a toda hora. Não estou querendo dizer que vai acontecer isso na EMATER, até porque seria leviano fazer uma afirmação prematura.

Devido a todos os problemas que estamos vendo, a EMATER tem que continuar pública.

Quero também fazer uma afirmação, Deputado Neivo Beraldin: ouvi a sua intervenção e apenas para fazer justiça quero reafirmar que, o projeto da Universidade do Litoral é feito, basicamente, com recursos do Governo Federal. Não são apenas recursos do Estado do Paraná. Tivemos a compra do prédio, mas é um investimento. Os investimentos continuados são muito maiores. E pela primeira vez temos um braço da UFPR, fazendo com que o nosso litoral possa se desenvolver, mas com a chancela do Governo Lula.

Concedo um aparte ao Deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT) (Aparte)

A nossa manifestação, o nosso Líder tornou público o nosso voto.

O que fica no ar é, por que o Governo do Estado, no ano passado, repassou, para aumento de capital à EMATER, 170 milhões, e no ano seguinte quer fazer o contrário?

É uma pergunta que fica no ar para que o Governo responda.

Muito obrigado!

O SR. TADEU VENERI (PT)

É um debate que transcende os Partidos.

Queremos fazer um diálogo com o governo, principalmente manter a EMATER como ela é hoje: empresa pública que traz ao Paraná todo o progresso que queremos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Com a palavra o Deputado Pastor Edson Praczyk.

Deputado Pastor Edson Praczyk (PL)

O SR. EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores. Ocupo esta tribuna, para registrar a minha insatisfação e indignação a um grupo. Poderia até chamar esse grupo de quadrilha ou até de quadrilha de crime organizado. Obviamente, não posso usar o termo “organizado” porque dos muitos prejudicados que esse grupo possui, organização é que não possuem. O grupo a que me refiro tem nome e tem endereço, todo mundo conhece, é a empresa Vivo de Telefonia Celular.

Muitas foram as pessoas que no período de privatização das telecomunicações aplaudiram, apoiavam e afirmavam em verso e prosa das muitas e muitas vantagens em privatizar o setor de telecomunicações. Eu sempre fui contrário à privatização, principalmente das comunicações, por entender que a mesma é extremamente estratégica. Que vantagem se teve com a privatização?

São muitos e muitos os que reclamam que, às vezes, não consegue, fazer ligações nem para própria residência. Eu sou um exemplo disso, inúmeras vezes tentei ligar do meu celular para minha própria casa, quando me deparo com a seguinte mensagem: “esse número não existe!” “Tente novamente!” “Telefone indisponível!” E quando você reclama através de 0800 começa aquele martírio que não tem fim, a começar pela impessoalidade do tratamento que as operadoras de um modo geral, mas em especial a Vivo dá para o cidadão. Ele acaba sendo vencido pelo cansaço e não alcança objetivo nenhum.

Vou começar a narrar um fato que se deu comigo e que está praticamente fazendo aniversário. Fiz questão de ocupar a tribuna porque hoje é dia dezessete de junho, quando se comemora mundialmente o Dia das Telecomunicações. Eis que a empresa que citei, no meu entender, é uma empresa desorganizada, uma empresa que tem preocupação apenas com seus ganhos, com seus lucros, pouco se importa com o cidadão, pouco se importa com o compromisso que deveria ter com a população.

Em meados de junho de 2004, eu percebi que o meu celular, o 9182-2333, que é um telefone que me acompanha diuturnamente, deixou de receber ligações. Estranhei, mas achei que fosse normal. Para minha maior surpresa, fiz, em meados de junho de 2004, uma viagem para o Centro Oeste do Estado e a minha esposa tentou diversas vezes falar comigo, em vão, não conseguia, o

telefone dava ocupado, dava indisponível, dava inexistente.

Minha esposa pediu auxílio à minha secretária que, somando forças com ela, insistiu e ligava diversas vezes, até que por uma, duas ou três vezes, uma pessoa que se identificava como Marcelo confirmava o número do meu celular e dizia; “Olha aqui não tem nenhum Deputado, nenhum Pastor, aqui é o Marcelo!” Todo mundo ficou preocupado, até julgando que houvesse acontecido um seqüestro. Minha esposa ficou preocupada, meus funcionários ficaram preocupados. Depois, achamos que era apenas o rotineiro problema típico da modernidade da telefonia do dia de hoje, da privatização, da “piratização”, como diz o Geraldo Mazza.

Voltei para Curitiba e precisei fazer uma ligação do meu celular mesmo, do meu gabinete, para um amigo meu. A primeira vez caiu num número que não tinha nada a ver com o número que eu tinha discado; a segunda vez caiu na empresa Vivo e, na terceira vez que tentei ligar caiu, novamente, na empresa Vivo, a funcionária identificou-se como sendo da empresa Vivo e disse: “Senhor, o seu telefone está clonado desde o dia 10.” (Quase dez dias depois). “O senhor não está sabendo disso? Ninguém da Vivo lhe informou? Falei: Não, não estou sabendo. Para mim é novidade. Telefone clonado, puxa é complicado!”

E aí comecei a unir uma coisa com a outra: um dia antes eu tinha feito uma ligação e pensei que se tratasse de uma linha cruzada. Peguei uma linha cruzada, até então eu achava que era linha cruzada, de duas pessoas conversando, Deputado Vanhoni, e uma delas dizia assim: “Olha, eu roubei o carro, escondi na estrada de Cerro Azul, tenho que desligar.”

Eu falei: Pôxa, essa telefonia está cada vez pior, tendo linha cruzada até com bandido. Meu Deus do Céu!

Quando afirmado que o meu telefone estava clonado eu disse: Qual o procedimento então que tenho que tomar, minha filha?

Ela falou: O senhor tem que adquirir um outro celular para não perder esse número - eu faço questão de manter esse número. Ele está comigo há anos, desde o primeiro mandato. Então, quer dizer, vou ter que ter despesas com outro celular e com muita insistência me deram um aparelho dos mais “chinfrezinhos” que existe, que só me deu dor de cabeça, diga-se de passagem.

E fiz a solicitação: Gostaria que vocês me dessem um documento que confirmasse que esse telefone foi clonado.

Embora eu não tivesse me identificado como Parlamentar, até porque queria sentir o que o cidadão comum sente.

A funcionária disse: Olha, daqui a sete dias essa carta, essa declaração que o telefone foi clonado vai chegar à sua residência. Para resumir, estou esperando até hoje.

Tenho aqui o registro de todas as ligações que eu e a minha assessoria fizemos pelo 0800 que por três vezes

mudou. A primeira vez que nós entramos em contacto era o 08007726377; que passou a ser o 08004411000 que passou a ser o 08007728486. E hoje, provavelmente, já deve ser um outro 0800 que tem todo aquele processo: Se você quiser isso, digite tal: se você quer aquilo, digite aquilo outro, mas, quando eles querem te oferecer um plano, querem te vender o “abacaxi” é rapidinho, não é um atendimento eletrônico, é pessoal. Então, você vê que apenas se visa o lucro da empresa.

A primeira vez conversamos com uma tal de Vanessa que disse: daqui a sete dias chega essa correspondência; na segunda foi a vez de um tal de Ulisses que nos deu também mais sete dias e até hoje também não veio essa carta. No dia 04/03/2005 foi a minha secretária que ligou para um tal de Ernesto que também prometeu que esse documento chegaria e não chegou. No dia 28/03, um outro funcionário meu ligou e falou com uma tal de Nádia que passou para o Sr. João Neto, que passou para a Jaqueline, que passou para o supervisor Nesando. Parece até narração de futebol! Um passou para o outro, o outro passou para aquele e ficamos a ver navios até hoje.

Tenho aqui e aí já me causa mais estranheza, uma infinidade de notícias extraídas da internet, de inúmeras reclamações rotineiras, iguais à minha e de muitos outros cidadãos, como o Bento, que foi manchete em vários jornais, das quadrilhas que clonavam celular e todas as notícias afirmavam haver envolvimento de funcionários dessa dita cuja empresa! Da Vivo!

Está aqui a “Tribuna do Paraná” afirmando: os códigos dos aparelhos só podem ter sido fornecidos por pessoas ligadas à operadora celular. Ou sejam, funcionários da empresa.

E está aqui também, de outros jornais, O Estado do Paraná fala a mesma coisa. Fotos dos cidadãos que faziam esse processo de clone.

Então, Sr. Presidente, gostaria que a minha reclamação, em nome de toda a sociedade que já está saturada desse tipo de situação, e por essa razão eu pedi a semana passada a vinda do ex-Deputado Algaci Tulio até para que prestasse contas do que tem sido feito a favor desta situação.

Então, gostaria que o meu pronunciamento, a minha indignação, a minha denúncia fosse através da Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, em meu nome e em nome de todos que se sentem lesados por este tipo de situação vexaminosa até, que não vai apenas no aspecto do clone; eu tenho aqui uma conta de um funcionário meu, que cancelou o celular e a Vivo insiste, mês após mês, mandar a contar cobrando o celular que não existe mais. Está aqui, olhem, da Vivo. E ele falou: Pastor, eu cansei de pedir pelo amor de Deus eles não mandarem cobrança, que eu não uso!

Então, eu gostaria que essa reclamação fosse encaminhada ao PROCON, ao Ministério Público para que se tome as devidas providências, porque um grupo como este...

(término do tempo)

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Solicito ao Pastor Edson Praczyk se já concluiu?

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PL)

Sim, só vou finalizar.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Pela ordem concedo a palavra a V. Exa. Deputado.

O SR. EDSON PRACZYK (PL)

Então estarei encaminhando...

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Queria saber se o Deputado Edson está usando o Horário da Liderança?

(Resposta afirmativa do orador)

Então, eu gostaria de ter um breve aparte, porque me telefonam...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

O tempo já encerrou, Deputado Rafael Greca. V. Exa. vai fazer uso da palavra.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (**Pela Ordem**)

No bairro do Xaxim, uma pessoa, um cidadão chamado "Seo" Luís me telefona dizendo que a denúncia do Deputado Edson não é só pertinente à Vivo, que a Brasil Telecom também não está sendo correta com os consumidores.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Eu quero, em nome da Presidência, Deputado Pastor Edson, acolher o seu pronunciamento e a sua sugestão de que a Mesa Executiva possa, de posse das denúncias aqui formuladas por V. Exa., tomar as providências cabíveis encaminhando a quem de direito esta Assembléia possa encaminhar, porque nós sabemos, há muitas reclamações a este respeito.

Muito obrigado a V. Exa.

O SR. VALDIR ROSSONI (PMDB) (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente, eu gostaria de ter a compreensão de V. Exa. porque eu já levantei esta questão de ordem, mas não o fiz por escrito, o que farei neste momento, para que a Mesa, no dia de amanhã, se possível, dê um posicionamento, porque nós vimos aqui na Casa, Sr. Presidente, os funcionários da EMATER, mas na verdade nós ainda não sabemos qual é o projeto que o Presidente desta Casa vai colocar na Ordem do Dia, porque temos aqui a Mensa-

gem 44 de 26 de novembro de 2003, que pede - veja o senhor - autorização da Assembléia Legislativa para transformar, fundir, extinguir e alterar a personalidade jurídica da EMATER, da CODAPAR, da CLASPAR e da MINEROPAR.

Sr. Presidente, eu teria aqui considerações ao mérito, mas não farei para não tomar muito o seu tempo, mas veja, é uma outra Mensagem do mesmo Governo, a 033, de 2004, de 12 de dezembro de 2004, que pede autorização ao Legislativo para transformar a EMATER em autarquia.

Então, Sr. Presidente, se nós formos aqui observar o princípio da anterioridade, nós deveremos apreciar esse projeto que nós consideramos muito vago e genérico, quando o Governo fala na sua Mensagem 44 e depois na 036.

Então, eu encaminho a questão de ordem para que nós possamos ter conhecimento, qual é o projeto que realmente virá para a pauta em primeiro lugar, porque desde 2003, de novembro de 2003, tem aqui, é um absurdo o que o Governo quer - pede autorização da Assembléia Legislativa para transformar, fundir, extinguir, alterar a personalidade jurídica da EMATER da CODAPAR, da CLASPAR, da MINEROPAR.

Ora, se nós já estamos pedindo para que retire este projeto de transformar a EMATER em autarquia, imagine este que já está aí desde 2003!

Então, encaminho esta questão de ordem a V. Exa. por escrito, para que amanhã este Plenário possa ter o posicionamento de V. Exa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Eu recebo a questão de ordem encaminhada por V. Exa. e vou encaminhar ao Deputado Hermas Brandão para que possa proceder à resposta da mesma.

Grande Expediente:

No Grande Expediente, o Deputado Rafael Greca fará uso por quinze minutos por acordo previamente estabelecido.

É isso, Deputado Rafael Greca?

(**Assentimento**)

O Deputado Rafael Greca (PMDB)

O SR. RAFAEL GRECA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu venho falar sobre a criação do Parque Nacional das unidades de conservação da natureza no Paraná. Para que haja futuro, não é o desastre que apregoam, houve ruído de informação, alguns produtores de soja e plantadores de pinus, atidos pelo discurso da Oposição, estariam pintando as novas unidades de conservação da natureza, no Paraná,

com tintas muito piores do que o proposto pelo Ministério do Meio Ambiente.

Paranaenses de sucesso como os donos do Grupo Positivo, o jovem Jen Guimarães e o Professor Oriovisto Guimarães, também o Miguel Krigsner o dono de O Boticário e também do Centro de Convenções e Shopping Center Estação, em Curitiba, saíram em defesa da conservação da natureza; há mais empresários do bem a favor.

As florestas, antes 168.000 quilômetros quadrados do Paraná são hoje minúsculas manchas de verde na paisagem remanescente da Mata Atlântica. Não podemos esquecer que os pinheiros do Paraná, as nossas araucárias, vivem até setecentos anos e são de uma flora anterior aos cataclismos que a imemorial tradição das religiões indígenas, das mitologias e também da Bíblia Sagrada chamam de dilúvio. Remontam as araucárias ao tempo em que os atuais continentes eram um só: Pangéia, a terra inteira, Pantalhassa, um único mar inteiro. Sobreviveram as araucárias à cisão dos continentes, à criação do continente de Godvana e da Eurásia, Godvana a América juntada com a África e com a Índias e permaneceram depois quando os Andes se levantaram e houve um grande derrame de basalto das profundezas da terra que fez o chão sagrado do Paraná e o leito do Rio Paraná, rio que nos dá o seu nome. As araucárias contemporâneas dos dinossauros não precisam ser destruídas em nome da ganância, pelo pinus e pela soja, pela nossa geração!

Seu sub-bosque é também importante, lá onde vivem as imbuías, a erva-mate, os xanxis e a canela sassafrás.

O novo Parque Nacional, nos Campos Gerais, as duas reservas biológicas, a das perobas e a do Rio Tibagi e os dois refúgios de vida silvestre, o de Imbituva e o de Palmas são um presente para o Paraná do futuro, um presente para os que vão nascer! Estão sendo protegidos 96.000 hectares ou apenas 40.000 alqueires.

(Lê):

“O Parque Nacional dos Campos Gerais terá 21,7 mil hectares, ou nove mil alqueires, nas margens dos Alagados, entre Castro, Carambeí e Ponta Grossa, em áreas de exuberante beleza cênica, própria para o ecoturismo, atravessada pelo antigo Caminho das Tropas, com sítios arqueológicos pré-históricos a serem preservados. Impacta 59 propriedades, 40 delas em Ponta Grossa. Apenas cerca de 18% serão desapropriados. Isto é, 3,9 mil alqueires ou 1613 alqueires. Hoje, está a área com agricultura, pecuária, reflorestamento.

O restante é água (109 hectares), ou florestas já de conservação obrigatória (11.831 hectares), ou campos naturais (5937 hectares). Metade da área já é de reservas legais ou áreas de preservação permanente particulares. Poderá haver uso no entorno de até quinhentos metros da represa, e não restrições de dez quilômetros como foi noticiado erroneamente, com alarde.

O novo parque protegerá os mananciais de água de Ponta Grossa e região, e as nascentes dos Rios Tibagi e

Ribeira, futuros mananciais da grande Curitiba. Informa a jornalista zelosa do meio ambiente, e autoridade do tema, Teresa Urban: das cem mil pessoas ocupadas em atividades primárias - agricultura, pecuária e mineração de talco e areia - em Ponta Grossa, serão impactadas apenas 4,6%, atingindo um universo de 460 pessoas. Quarenta propriedades.

Já a Reserva Biológica das Araucárias, com dezesseis mil hecatres, a área, fica nos Municípios de Imbituva, Teixeira Soares e Ipiranga. A desapropriação atingirá apenas dez propriedades, ou 18,7% da área útil, cerca de 1253 alqueires, ou 3007 hectares. A maioria das florestas (69%) e várzeas (13%) já é protegida por lei, em áreas de preservação permanente e áreas de reserva legal - ou potencial verde transferido de outras propriedades rurais nos termos do Código Florestal. A nova reserva será conectada com a exuberante Floresta Nacional do Irati, já conservada.

Em Cianorte, na Reserva Biológica das Perobas a desapropriação atinge apenas um proprietário, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. A exuberante mata, remanescente da Floresta Tropical do Rio Paraná totalmente derrubadas no ciclo do café, tem onze mil hectares, ou 4583 alqueires, no limite de Cianorte com Tuberias do Oeste. Protege mananciais da bacia do Rio Ivaí, área extremamente degradada, de solo frágil e vulnerável. Poderá ser transformada em área de reserva legal, para transferência do potencial de preservação de 20% de outras fazendas, previsto em lei.

No Refúgio do Tibagi, só 23% da área útil tem impacto sobre atividades econômicas. Mas não precisam ser desapropriados.”

O novo refúgio servirá para proteção de bichos ameaçados como o exuberante lobo guará vermelho, que deu o nome a Guarapuava, Guarapuava, terra do guará vermelho e o brejeiro macaquinho da várzea.

Preservação de 31 mil hectares, ou 13 mil alqueires, 77% dos quais, com florestas, lagos, várzeas e campos. Em Imbituva, Teixeira Soares, Ipiranga, Ponta Grossa e Palmeira. Isso, unido ao Parque Estadual de Vila Velha e a Apa da cicatriz do dilúvio que é a Escarpa Devoniana.

Não sei se sabem, houve o dilúvio, separaram-se os continentes, sobrou a Escarpa Devoniana na região de Ponta Grossa. Isso vai ser preservado, junto com outras áreas, como a Reserva de Imbituva e o Parque dos Campos Gerais. Uma última área preservada é o refúgio dos Campos de Palmas, lá onde faz seus ninhos o papagaio-do-peito-roxo. Essa área não precisa ter desapropriação. Ela admite pecuária e agricultura sustentáveis. As desapropriações só ocorrerão no caso de ameaça à preservação. É uma área de dezesseis mil hectares ou 6852 alqueires nos municípios de Palmas e General Carneiro.

Tudo isso, Srs. Deputados, minha gente do Paraná que me vê pela televisão, tudo isso é um presente para os que vão nascer, porém, é preciso haver uma medida de virtude na conquista das áreas de preservação. Infeliz-

mente esse nosso mundo louco, dos plantadores de soja e de pinus, esse nosso mundo louco não é mais o Jardim do Paraíso. O Brasil não é um Horto Florestal e nós não somos micos leões dourados. Eco-xiitas mais atrapalham do que ajudam. É preciso vencer forças do atraso pela educação. As cidades e sua gente não precisam ser governadas. As cidades e sua gente precisam ser educadas, ganhas para a causa da preservação.

Atitudes como a proibição da missa no Alto do Anhangava ou o recente decreto governamental que proíbe pesca de vara e anzol, pequenos veleiros e até barcos a remo nas represas que abastecem Curitiba de água, só fazem crescer a antipatia para as causas da conservação da natureza. As novas áreas preservadas, devem ser voltadas para o desenvolvimento sustentável. Não devem ser inatingíveis ou intangíveis. Deve-se permitir o ecoturismo, a educação ambiental e até onde for possível, pecuária e agricultura sustentáveis. Os técnicos da EMATER que estão no plenário me dão razão, porque sabem que é possível pecuária e agricultura, genética e biologicamente sustentável.

O uso correto e sustentável, preserva. É de um admirável mundo novo que eu estou falando. O abandono absoluto, quase sempre degrada e eu falo com autoridade de quem criou oito parques em Curitiba, entre eles, o exuberante Parque Tanguá, o Parque Tingui, comprou o Bosque da Fazendinha, o Bosque Alemão, o Bosque de Portugal, o Bosque do Papa e tantas outras áreas das 99 áreas verdes não desapropriadas, preservadas na capital.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Rafael, permite-me um aparte?

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Enquanto prefeito e engenheiro do IPPUC eu sei que a preservação é necessária para que haja futuro. Vamos ganhar as consciências para que haja futuro.

Eu havia prometido o meu espaço para que os técnicos da EMATER pudessem expor o seu parecer. Se não acabar o tempo, eu dou aparte agora aos Deputados Plauto e Rossoni.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Rafael Greca, V. Exa. tem um minuto.
V. Exa. então vai conceder um minuto de aparte?

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Ou então, quero três minutos. Vamos ver o que eles têm a dizer.

Eu quero um minuto a mais para rebater.

O Sr. Plauto Miró Guimarães (PFL)

Deputado Rafael Greca, eu acredito que essas folhas que o senhor traz, as escritas que o senhor traz não trazem a verdade. Eu não sei quem foi que escreveu e lhe entregou.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Ninguém escreve os meus discursos, Deputado Plauto!

O Sr. Plauto Miró Guimarães (PFL)

Eles não são verdadeiros. Nós na região dos Campos Gerais tivemos...

(Discussão paralela)

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Sr. Presidente, o aparte não é um desaforo. Desaforo é ausência do argumento. Eu leio, falo e escrevo. Eu tenho escrito porque não ia me lembrar de tantos alqueires e hectares. A verdade às vezes pede anotações. Agora, desaforo é ausência do argumento.

O Sr. Plauto Miró Guimarães (PFL)

Eu quero lhe colocar que são duzentas propriedades, só no Parque dos Campos Gerais, não são quarenta. De onde o senhor tirou essa informação? Não é correta!

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Do Ministério do Meio Ambiente.

O Sr. Plauto Miró Guimarães (PFL)

Está errado, porque a Cooperativa Batavo, de Ponta Grossa, fez um levantamento com todos os proprietários que estão sendo prejudicados com essa área, e são duzentos e a metade deles, pequenos produtores rurais que tiram da agricultura familiar o seu sustento e da sua família.

Essa rapaziada que está aqui em cima são da EMATER, tem técnicos aqui dos Campos Gerais. Eles sabem exatamente do que é que eu estou falando.

Lá da Região de Castro...

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Se o Ministério fala que vai desapropriar quarenta não vai desapropriar duzentos.

O Sr. Plauto Miró Guimarães (PFL)

...que é a localidade do lago, são dezenas de famílias de pequenos produtores que estão dentro do parque e vão ser expulsos de lá.

A mineração de talco e de calcário, que há décadas é explorado pela região, está dentro do parque. Os reflorestamentos de pinus.

Deputado, pinus é plantado para abastecer a indústria madeireira, para pararem de tirar a madeira nativa e, agora, a indústria madeireira não pode mais tirar os pinus que estão ficando dentro da limitação do parque!

Então, tem muita conversa que não é certa, que o Ministério do Meio Ambiente está passando, não é correto. Tanto é que o confronto que está existindo entre lideranças e proprietários que estão sendo prejudicados e

a maior parte deles de pequenos produtores, Deputado Rafael Greca, é que está trazendo toda essa polêmica.

Eu espero que o Ministério do Meio Ambiente reveja. E eu pergunto: Aonde ficarão essas pequenas famílias que vão ser expulsas das suas terras? Será que vão engrossar aí o Movimento Sem-Terra no Estado do Paraná?

Isso, na verdade, é um sério prejuízo social que está fazendo o Governo Federal para com os pequenos produtores dos Campos Gerais.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Deputado Plauto, eu respeito o seu dever de representação, com os setores da agricultura e do agronegócio dos Campos Gerais, mas asseguro que os dados do meu discurso são tirados da Publicação Oficial do IBAMA e do Ministério do Meio Ambiente.

Eu imagino que o Governo Federal não mentiria com timbre. Se eles dizem que são quarenta propriedades em Ponta Grossa, 59 na Região dos Campos Gerais é o caso de se fazer um pedido de informação oficial, porque, se dizem que vão desapropriar quarenta proprietários, não vão desapropriar duzentos, como está se alardeando em Ponta Grossa.

O Sr. Plauto Miró Guimarães (PFL)

O tempo dirá, Deputado.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Vamos fazer juntos, um pedido de informações?

O Sr. Plauto Miró Guimarães (PFL)

Vamos.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

A Assembléia existe para buscar a verdade.

O valor da preservação da araucária está acima do pinus, porque o pinus veio no tempo do incêndio do Paraná.

É uma espécie de praga não nativa, tem a sua finalidade econômica, mas a preservação da floresta e da mata nativa está acima do Pinus, como já entendem setores empresariais importantes como é o caso da Família Guimarães, do Grupo Positivo ou é o caso da Família Kuschnir do grupo O Boticário, à força do atraso não de vencer.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Eu me incluo entre as forças do atraso.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Eu não o reconheço como atrasado.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Eu me incluo entre as forças do atraso.

Quero dizer-lhe que eu prefiro muito mais V. Exa. no improviso.

Mas, quero dizer também que muitos paranaenses do setor produtivo deste Estado estão chorando ao ouvir o seu pronunciamento, quando V. Exa. tacha os plantadores de soja, de feijão, de milho.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Não são os plantadores, são os que querem derrubar a floresta para plantar a soja e o pinus. Não são todos. Não torça o que eu estou dizendo.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Rafael Greca, V. Exa. é muito inteligente e sabe que quando V. Exa. me concede um aparte, deixa-me concluir o meu aparte e depois V. Exa. terá a oportunidade de dar a réplica.

Então me permita. Quando V. Exa. pede ao Deputado Plauto para não ser agressivo quanto à questão do seu pronunciamento, eu peço a V. Exa. que tem em demasia isso, cultura e educação, mas no seu 77% dos quais, com florestas, lagos, várzeas e campos. Em Ibituva, Teixeira Soares, Ipiranga, Ponta Grossa e Palmeira. Isso, unido ao Parque Estadual de Vila Velha e a Apa da cicatriz do dilúvio que é a Escarpa Devoniana.

Não sei se sabem, houve o dilúvio, separaram-se os continentes, sobrou a Escarpa Devoniana na região de Ponta Grossa. Isso vai ser preservado, junto com outras áreas, como a Reserva de Ibituva e o Parque dos Campos Gerais. Uma última área preservada é o refúgio dos Campos de Palmas, lá onde faz seus ninhos o papagaio-do-peito-roxo.

Essa área não precisa ter desapropriação. Ela admite pecuária e agricultura sustentáveis. As desapropriações só ocorrerão no caso de ameaça à preservação. É uma área de dezesseis mil hectares ou 6852 alqueires nos municípios de Palmas e General Carneiro.

Tudo isso, Srs. Deputados, minha gente do Paraná que me vê pela televisão, tudo isso é um presente para os que vão nascer, porém, é preciso haver uma medida de virtude na conquista das áreas de preservação. Infelizmente esse nosso mundo louco, dos plantadores de soja e de pinus, esse nosso mundo louco não é mais o Jardim do Paraíso. O Brasil não é um Horto Florestal e nós não somos micos leões dourados. Eco-xiitas mais atrapalham do que ajudam. É preciso vencer forças do atraso pela educação. As cidades e sua gente não precisam ser governadas. As cidades e sua gente precisam ser educadas, ganhas para a causa da preservação.

Atitudes como a proibição da missa no Alto do Anhangava ou o recente decreto governamental que proíbe pesca de vara e anzol, pequenos veleiros e até barcos a remo nas represas que abastecem Curitiba de água, só fazem crescer a antipatia para as causas da conservação da natureza. As novas áreas preservadas, devem ser voltadas para o desenvolvimento sustentável. Não devem ser inatingíveis ou intangíveis. Deve-se permitir o ecoturismo, a educação ambiental e até onde for possível, pecuária e agricultura sustentáveis. Os técnicos da EMA-

TER que estão no plenário me dão razão, porque sabem que é possível pecuária e agricultura, genética e biologicamente sustentável.

O uso correto e sustentável, preserva. É de um admirável mundo novo que eu estou falando. O abandono absoluto, quase sempre degrada e eu falo com autoridade de quem criou oito parques em Curitiba, entre eles, o exuberante Parque Tanguá, o Parque Tingui, comprou o Bosque da Fazendinha, o Bosque Alemão, o Bosque de Portugal, o Bosque do Papa e tantas outras áreas das 99 áreas verdes não desapropriadas, preservadas na capital.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Rafael, permite-me um aparte?

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Enquanto prefeito e engenheiro do IPPUC eu sei que a preservação é necessária para que haja futuro. Vamos ganhar as consciências para que haja futuro.

Eu havia prometido o meu espaço para que os técnicos da EMATER pudessem expor o seu parecer. Se não acabar o tempo, eu dou aparte agora aos Deputados Plauto e Rossoni.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Rafael Greca, V. Exa. tem um minuto.
V. Exa. então vai conceder um minuto de aparte?

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Ou então, quero três minutos. Vamos ver o que eles têm a dizer.

Eu quero um minuto a mais para rebater.

O Sr. Plauto Miró Guimarães (PFL)

Deputado Rafael Greca, eu acredito que essas folhas que o senhor traz, as escritas que o senhor traz não trazem a verdade. Eu não sei quem foi que escreveu e lhe entregou.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Ninguém escreve os meus discursos, Deputado Plauto!

O Sr. Plauto Miró Guimarães (PFL)

Eles não são verdadeiros. Nós na região dos Campos Gerais tivemos...

(Discussão paralela)

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Sr. Presidente, o aparte não é um desaforo. Desaforo é ausência do argumento. Eu leio, falo e escrevo. Eu tenho escrito porque não ia me lembrar de tantos alqueires e hectares.

A verdade às vezes pede anotações. Agora, desaforo é ausência do argumento.

O Sr. Plauto Miró Guimarães (PFL)

Eu quero lhe colocar que são duzentas propriedades, só no Parque dos Campos Gerais, não são quarenta. De onde o senhor tirou essa informação? Não é correta!

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Do Ministério do Meio Ambiente.

O Sr. Plauto Miró Guimarães (PFL)

Está errado, porque a Cooperativa Batavo, de Ponta Grossa, fez um levantamento com todos os proprietários que estão sendo prejudicados com essa área, e são duzentos e a metade deles, pequenos produtores rurais que tiram da agricultura familiar o seu sustento e da sua família.

Essa rapaziada que está aqui em cima são da EMATER, tem técnicos aqui dos Campos Gerais. Eles sabem exatamente do que é que eu estou falando.

Lá da Região de Castro...

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Se o Ministério fala que vai desapropriar quarenta não vai desapropriar duzentos.

O Sr. Plauto Miró Guimarães (PFL)

...que é a localidade do lago, são dezenas de famílias de pequenos produtores que estão dentro do parque e vão ser expulsos de lá.

A mineração de talco e de calcário, que há décadas é explorado pela região, está dentro do parque. Os reflorestamentos de pinus.

Deputado, pinus é plantado para abastecer a indústria madeireira, para pararem de tirar a madeira nativa e, agora, a indústria madeireira não pode mais tirar os pinus que estão ficando dentro da limitação do parque!

Então, tem muita conversa que não é certa, que o Ministério do Meio Ambiente está passando, não é correto. Tanto é que o confronto que está existindo entre lideranças e proprietários que estão sendo prejudicados e a maior parte deles de pequenos produtores, Deputado Rafael Greca, é que está trazendo toda essa polêmica.

Eu espero que o Ministério do Meio Ambiente reveja. E eu pergunto: Aonde ficarão essas pequenas famílias que vão ser expulsas das suas terras? Será que vão engrossar aí o Movimento Sem-Terra no Estado do Paraná?

Isso, na verdade, é um sério prejuízo social que está fazendo o Governo Federal para com os pequenos produtores dos Campos Gerais.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Deputado Plauto, eu respeito o seu dever de representação, com os setores da agricultura e do agronegócio dos Campos Gerais, mas asseguro que os dados do meu discurso são tirados da Publicação Oficial do IBAMA e do Ministério do Meio Ambiente.

Eu imagino que o Governo Federal não mentiria com timbre. Se eles dizem que são quarenta propriedades em Ponta Grossa, 59 na Região dos Campos Gerais é o caso de se fazer um pedido de informação oficial, porque, se dizem que vão desapropriar quarenta proprietários, não vão desapropriar duzentos, como está se alardeando em Ponta Grossa.

O Sr. Plauto Miró Guimarães (PFL)

O tempo dirá, Deputado.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Vamos fazer juntos, um pedido de informações?

O Sr. Plauto Miró Guimarães (PFL)

Vamos.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

A Assembléia existe para buscar a verdade.

O valor da preservação da araucária está acima do pinus, porque o pinus veio no tempo do incêndio do Paraná.

É uma espécie de praga não nativa, tem a sua finalidade econômica, mas a preservação da floresta e da mata nativa está acima do Pinus, como já entendem setores empresariais importantes como é o caso da Família Guimarães, do Grupo Positivo ou é o caso da Família Krigsner do Grupo O Boticário, à força do atraso não de vencer.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Eu me incluo entre as forças do atraso.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Eu não o reconheço como atrasado.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Eu meu incluo entre as forças do atraso.

Quero dizer-lhe que eu prefiro muito mais V. Exa. no improviso.

Mas, quero dizer também que muitos paranaenses do setor produtivo deste Estado estão chorando ao ouvir o seu pronunciamento, quando V. Exa. tacha os plantadores de soja, de feijão, de milho.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Não são os plantadores, são os que querem derrubar a floresta para plantar a soja e o pinus. Não são todos. Não torça o que eu estou dizendo.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Rafael Greca, V. Exa. é muito inteligente e sabe que quando V. Exa. me concede um aparte, deixa-me concluir o meu aparte e depois V. Exa. terá a oportunidade de dar a réplica.

Então me permita. Quando V. Exa. pede ao Deputado Plauto para não ser agressivo quanto à questão do

seu pronunciamento, eu peço a V. Exa. que tem em demasia isso, cultura e educação, mas no seu pronunciamento, tire esta parte quando V. Exa. tacha - e está aí no seu discurso, se V. Exa. leu corretamente - V. Exa. diz o seguinte: que os plantadores de pinus e os plantadores de soja, vorazes pelo lucro, pela vontade de ganhar dinheiro, querem destruir o Paraná.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Vamos ler o texto, de novo!

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Então, o que V. Exa. diz, certamente...

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

O que eu digo é o seguinte: alguns plantadores de soja e alguns plantadores de pinus, com alguns Deputados da Oposição...

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Recorro às notas taquigráficas.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Não tem problema, porque eu disse "alguns".

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Rafael Greca, V. Exa. sabe que quando se concede um aparte, é necessário...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Inscribo-me no Horário da Liderança do PSDB, porque infelizmente...

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

V. Exa. está inscrito!

Deputado Rafael, para concluir seu pronunciamento, por favor!

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Quero dizer ao Deputado Rossoni que a palavra "alguns" não qualifica o universo, e quero dizer que este tipo de armadilha, dentro do Parlamento, de tentar indispor quem defende uma causa contra os que pertencem, contra todo o universo dos que pertencem a um setor produtivo, é totalmente ultrapassado! Este sim, é o discurso do atraso. O que estou falando é para que haja futuro. E para que haja futuro, os biomas defendidos pela Ministra do Meio Ambiente precisa permanecer!

É um presente para o Paraná a criação dessas unidades de conservação.

Precisamos de água nos nossos rios, precisamos de qualidade do nosso meio ambiente e precisamos que nossa natureza seja preservada, pelo menos no mínimo *minimorum*, no mínimo dos mínimos, neste limite de apocalipse que estamos a viver.

Concedo aparte ao Deputado André Vargas.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Rafael, não é mais possível conceder apertes!

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Se o horário é meu, posso conceder o aparte para ele.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. cedeu quinze minutos do seu horário para os funcionários da EMATER, que pelo que estou vendo, não vão poder falar.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Então, V. Exa. conceda quinze minutos para os funcionários da EMATER e me dê mais um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Rafael, estamos aqui, V. Exa. está...

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Por que V. Exa. é tão zeloso, como se fosse o guardião dos comerciais de uma televisão? Isto aqui não custa nada! O povo já nos pagou!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. sabe que é preciso seguir o Regimento, mas vou dar a palavra ao Deputado André Vargas e se surgirem outros Deputados, vou dar a palavra e vamos aguardar que seja cumprido o Regimento!

O Sr. André Vargas (PT)

Só um minutinho, trinta segundos.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Pela ordem, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Quero dizer, Sr. Presidente, que eu vou “esculhambar” o negócio aqui, também!

Se o Deputado Rafael Greca pode bagunçar o Regimento desta Casa, vou começar a bagunçar também!

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Tenho trinta minutos...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. cedeu quinze minutos para a EMATER!

Solicito que V. Exa. conclua, Deputado Rafael!

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Solicito que o Deputado André Vargas me dê o aparte.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Só para informar que a audiência pública de Palmas, que não aconteceu, vai ser feita, a pedido do Prefeito. Foi uma articulação desta Casa, dos Deputados Pedro Ivo, Marcos Isfer, Presidente Hermas, e vários Deputados, em Palmas vai ser refeita, com segurança, com garantias, e acho que os Deputados devem comparecer a esta audiência, para esclarecer definitivamente.

Outra coisa que precisamos é expedir um ofício aos Deputados Federais para que regulamentem as audiências públicas, para que sejam o mais amplas possível, porque de fato, há que se reconhecer que a divulgação foi muito pequena, mas apóio integralmente a implantação deste parque.

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, temos que ter claro aqui que às vezes as pessoas que usam a tribuna acabam ganhando “no grito”. Não podemos ter dois pesos e duas medidas. Às vezes o senhor é tão implacável em relação ao nosso tempo, e outros Deputados, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não tem dois pesos e duas medidas.

Deputado Barbosa Neto, quando eu presido, procuro ser o mais imparcial possível. Apenas, para lhe dizer, peguei o script e pronto; o Deputado Hermas Brandão me entregou, dividido, o tempo do Grande Expediente. Agora, o Deputado Rafael Greca solicita a ele que seja dado o tempo do Grande Expediente!

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

V. Exa. é o Presidente! Existe um Regimento Interno que deve ser seguido!

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Estou inscrito no Grande Expediente!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Concedo a palavra a V. Exa., para terminar o pronunciamento.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Para terminar o pronunciamento, eu, inscrito no Grande Expediente e cansado de ser cassado, inclusive por alguns dos meus Pares, quero dizer o seguinte: estou falando para que haja futuro. Estou falando para os que vão nascer. E, como esclareci, só há desapropriação de dez propriedades no caso da reserva biológica das araucárias e da reserva biológica das perobas, de proprietários da reserva das araucárias, um proprietário na reserva das perobas, 59 proprietários nos refúgios de vida silvestre do Rio Tibagi e dos Campos de Palmas. Portanto, é menos do que estão dizendo.

Agora, não deixo de recomendar à Assembléia que se faça um pedido de informações oficial ao Ministério do Meio Ambiente, porque isso aqui é uma Assembléia e

precisa prestar atenção em dados oficiais, por exemplo, não pode dar o nome de Margarida Langer para a Estrada do Campo do Tenente - Lapa, que já tinha o nome de Antonio Lacerda Braga. Tem uma mesa paga, um departamento jurídico pago, um corpo de funcionários pago, então não é uma Casa de se dizer qualquer coisa. E eu não disse qualquer coisa, fiz um discurso para o futuro e para os que vão nascer dentro do múnus que me deu o mandato popular. Agora o meu tempo é para os funcionários da EMATER.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vamos ceder aos funcionários da EMATER dez minutos para que possa fazer o seu pronunciamento. Ivo Petry, que é o representante do SINDASP para que possa fazer o pronunciamento em nome do Sindicato dos Funcionários Públicos do Estado do Paraná.

Sr. Ivo Petry Sobrinho (Representante do SINDASP)

O SR. IVO PETRY SOBRINHO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Primeiramente queria agradecer nessas três semanas que estamos aqui na Assembléia Legislativa em nome dos trabalhadores da EMATER. Muitos representantes por região estão presentes aqui hoje, compareceram à audiência pública, e agradecer aos Deputados que lá estiveram prestigiando o debate.

Na verdade a EMATER faz agora dia 20, 49 anos. É uma empresa pública de direito privado, que está inserida em todos os Municípios do Estado do Paraná. Fomos surpreendidos pela mensagem do governo que quer ver autarquizada a EMATER. E aí temos uma discordância com o Governo: achamos que a autarquização vai engessar sobremaneira a empresa. De que forma? Hoje a EMATER tem flexibilidade, tem mobilidade, tem dinâmica para fazer com que os mais de cinquenta programas do Governo sejam efetivamente implantados em todos os Municípios do Estado. A EMATER hoje, se precisar reunir os produtores, trezentos, quinhentos, seiscentos, ela reúne do dia para a noite; ela consegue executar rapidamente os programas que o Governo determina, entre os quais o Paraná Doze Meses, Pró-Rural, o Programa do Leite, entre outros. Nós achamos que a autarquização da empresa vai fazer com que a empresa perca justamente o que ela mais tem de riqueza, que é a mobilidade, a agilidade, e principalmente a liderança que os técnicos têm nos municípios.

Hoje na audiência nós pudemos comprovar o depoimento do Presidente da Associação dos Municípios que declarava a importância da EMATER em cada município deste Estado - pudemos comprovar o depoimento da OCEPAR, da FAEP e de tantas outras representações que têm, como a EMATER, parceiros na execução da

agricultura do Paraná. Eu queria aqui colocar que nós temos colocado aos Deputados, duas observações: primeiro, que o IAPAR - quero deixar bem claro que nós queremos que o IAPAR se fortaleça cada vez mais, tenha os seus problemas resolvidos, mas o IAPAR, quando foi autarquizado se falava na Assembléia Legislativa que essa era a grande solução. Passados esses anos todos, o IAPAR esvaziou tecnicamente porque os grandes técnicos, os grandes cabeças da pesquisa da agricultura foram embora para as multinacionais, a empresa ficou engessada e para comprar um clipe precisa de ação do governo. A empresa ficou sucateada e abandonada.

Queremos também solução para o IAPAR, mas queremos demonstrar que a sua autarquização foi um erro, e cometido no primeiro mandato do Roberto Requião.

Há duas semanas atrás o Provedor do Estado esteve aqui nesta Casa falando com vários Deputados. Falava que a EMATER tem altos salários. Não é verdade. De 1200 trabalhadores, mil tem salário de quatrocentos a três mil reais. Tabela comprovada que distribuimos para os Deputados.

Existem, sim, alguns trabalhadores, que ao longo de sua jornada, adquiriram benefício de direito. A esses, foi feito o PDV em outros governos e poderão ser feitos para frente também.

Em outros Estados autarquizaram, como Santa Catarina e Minas Gerais. Hoje estamos rediscutindo, porque foi um erro terrível, porque a máquina engessou. A dinâmica não existe mais, e hoje estão revendo o processo da autarquização.

Não estamos aqui do ponto de vista do corporativo do funcionário. Estamos aqui do ponto de vista dos municípios, das entidades que conhecem a EMATER.

Tivemos muitos Deputados sensibilizados com a EMATER: Dobrandino da Silva, José Maria Ferreira, todos da Base do Governo sabem a importância da EMATER. Não são necessários grandes discursos e grandes argumentações.

O Governo não pode deixar nas mãos de alguns burocratas que só sabem fazer conta de somar e diminuir. Não tem preço o que a EMATER fez nesses 59 anos. Precisaria muito mais que 1200 funcionários para atender a todos os Municípios.

Estamos pasmos, como o estão muitos Deputados do Governo, porque se fosse para mexer numa empresa pública, a EMATER seria a última, pelos serviços prestados.

Esperamos que a Bancada do Governo e os demais Deputados nos ajudem, porque é uma empresa com credibilidade.

Hoje mesmo o Presidente da Associação dos Municípios falava que antes de ele começar um programa de agricultura, ele reúne seu Secretário da Agricultura e chama um técnico da EMATER para estar junto.

A Deputada Elza Correia falava que está aqui com o compromisso com a sociedade, não com o compro-

misso de alguns que só querem fazer a soma na máquina de calcular e saber os salários.

Pelo que a EMATER faz e tem feito, merecemos mais respeito. E o respeito estamos conseguindo com vocês, Deputados, porque há três semanas estamos sendo bem recebidos, principalmente pelos da Bancada do Governo, além de outros Deputados e tantos outros que não puderam comparecer mais mandaram uma mensagem de apreço.

O nosso pedido é que retirem esses projetos. Tanto da EMATER como aquele que o Deputado Valdir Rossoni se referiu.

O que precisamos na EMATER é força, mais gente para fazer este Paraná mais forte. Este é o nosso pedido.

Estamos sensibilizados como fomos recebidos nesta Casa. Infelizmente, o Secretário da Agricultura foi convidado para estar, hoje, na audiência e não compareceu, não justificou.

Espero, com a liderança do Deputado Dobrandino, que possamos retirar esse projeto, porque senão, meus amigos - eu falava hoje com os trabalhadores da EMATER e representantes de todo Estado - se precisar vir aqui na Assembleia Legislativa e no Palácio Iguazu cinco, dez, quinze mil pessoas, nós vamos trazer, mas não vamos trazer somente os trabalhadores, mas aqueles que elogiam a EMATER, que tem o serviço da EMATER, o produtor, o pequeno produtor, aquele da agricultura familiar, aquele líder comunitário.

Nós vamos trazer aqui o povo de cada município que tem na EMATER uma das empresas com maior credibilidade do Estado do Paraná e uma das empresas com maior credibilidade na extensão rural do Brasil.

Agradeço o espaço, Deputado Zucchi, e espero que possamos caminhar de forma tranqüila nesse processo.

Muito obrigado!

Interpelações:

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria de saber se haverá possibilidade de fazer algum questionamento ao Presidente do SINDASP?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. pode fazer o questionamento, Deputado Vanhoni.

Deputado Ângelo Vanhoni (PT)

O SR. ÂNGELO VANHONI

Então, gostaria de saber se o Ivo Petry poderia dizer algumas coisas para nós para esclarecer um pouco mais essa discussão: qual o orçamento destinado, do Governo do Estado, para a EMATER? Como tem sido a empresa nesses últimos dez, doze, quinze anos?

Pelo seu relato e o que ouvi pela manhã, até agora as informações que trazem à Assembleia, é que o Governo está mandando um projeto para mudar a natureza jurídica da empresa. Veja, acho que esse debate deve ser bastante tranqüilo.

Tem funções do Estado que acho se aplicam melhor às autarquias; tem funções que podem ser conduzidas por empresa pública. Não há uma regra única para administração do Estado. Então, tem algumas empresas como autarquias que dão bons resultados para a sociedade e têm outras como empresa pública, que dão resultado espetacular.

Então, mudar a natureza dessa ou daquela empresa não deve ser uma questão ideológica por preferência se somos a favor da autarquia, contra a empresa pública. Dada a natureza da função, da atribuição da empresa, é que devemos fazer essa discussão. Foi esse debate que tentei levantar, hoje, pela manhã, na audiência pública.

No meu entendimento, a EMATER é tipicamente uma empresa que como ela está constituída, juridicamente pode ser aperfeiçoada e desenvolver um grande papel, como tem desenvolvido no Estado do Paraná, nesses últimos 49 anos.

Na minha opinião, na questão da providência, sou favorável, a princípio, posso ser convencido de outra posição, mas sou favorável de que seja autarquizada a PARANAPREVIDÊNCIA. Então, para entender que essa não é uma posição do ponto de vista ideológico.

O debate que está sendo trazido à Assembleia Legislativa é de que em função de distorções salariais, isto é, tem funcionários na empresa EMATER que ganha "x" salário, e por isso ela deve ser autarquizada.

Quero manifestar a minha opinião contrária a esse tipo de argumento. Acho que há outras maneiras para se fazer a correção do ponto de vista de distorções salariais que possam estar acontecendo na EMATER. Não acredito que esse seja o problema.

Gostaria de saber de V. Exa., que é Presidente do Sindicato, conhece a problemática, o Governo, nesses últimos meses, tratou dessa questão com o sindicato? Consultou? Discutiu? Disse que ia mandar o projeto para cá? Levou em consideração os argumentos? O senhor tem condições de trazer essas informações para nós?

O SR. IVO PETRY SOBRINHO

Perfeitamente, Deputado.

Agradeço a oportunidade de responder à colocação.

A EMATER representa 1.26 do orçamento estadual. A EMATER, como empresa pública de direito privado é celetista, é regida por convenções coletivas das categorias, da categoria que negocia salários. Então, todo ano, existe uma data-base, existem os reajustes, como a CODAPAR tem, a TECPAR, a PLASPAR, assim também a EMATER.

Este Governo, no início, pagou uma dívida que existia do Governo passado em uma convenção coletiva e

deixou de pagar duas convenções coletivas: uma de 18% e outra de 4.99. Essas duas convenções geraram um montante de 23 milhões, Deputado Ângelo Vanhoni. Nós imediatamente, preocupados com essa dívida da EMATER, fomos até o Governo para tentar abrir negociação via Procuradoria do Estado e via Secretaria da Agricultura. Foi feita uma proposta ao Governo para sanar essa dívida das duas convenções coletivas, pagar essa dívida em 36 vezes, sendo que o índice de 4.99 nós abrimos mão para 2%. Abrimos mão de 2.99 e ganharemos o retroativo dos 18%. Fizemos assembleia em todo o Estado, foi aprovado, e na última hora o Governo não quis assinar esse acordo!

Então, tem duas alegações importantes que o Governo e a Procuradoria fazem.

A primeira: altos salários. Nós já demonstramos aos Deputados que existe 1.3 de participação de salários maiores que onze mil reais. Significa 1.3, 16 pessoas com salário maior que evidentemente o limite de teto salarial e o PDV seria a solução.

Segundo: falam que a EMATER tem muitas ações trabalhistas. Na verdade, tem 380 ações trabalhistas, e da grande maioria dessas ações trabalhistas, a proposta de resolver essas ações seria esse acordo de 23 milhões para pagar em 36 vezes.

Se fizer esse acordo, que nós já aprovamos, o Governo sinalizou, mas não assinou, nós resolvemos o problema da dívida trabalhista. Então, a EMATER, Deputado Ângelo Vanhoni, se nós discutirmos um teto salarial ou talvez até um PDV e assinar esse acordo que já foi aprovado pelos trabalhadores, resolve-se o problema salarial, porque infelizmente, neste momento, o Governador e especialmente o Procurador do Estado está levantando mais em cima dessa questão salarial. Que nós achamos que é facilmente resolvido, inclusive não seria nem questão de assembleia para mudar a natureza jurídica. Tinha que ser resolvido numa negociação com a Procuradoria.

A alegação de que essa empresa tem reajuste todo ano, todo ano tem data-base das empresas, dos trabalhadores. É normal que tenha reajuste. É diferente dos servidores públicos. Nós respeitamos os servidores públicos, mas somos celetistas. Então, a CODAPAR, TECPAR, CEASA, CLASPAR, EMATER, são empresas celetistas que têm direitos e reajustes anuais. Agora, não são esses ajustes anuais que inviabilizam a empresa. Ao contrário. Tem-se diferenciação dos servidores públicos, tem também a COPEL, a SANEPAR, a COHAPAR, a CELEPAR. Não é só a EMATER que tem diferenciação de salário. E principalmente, a empresa pública tem convênios com as prefeituras. Esses convênios garantem o custo dessa empresa.

Evidentemente, que o governo banca cem por cento da folha, mas os convênios das prefeituras bancam o custeio da empresa. Certo? Bancam principalmente muitos custos que não se viabilizam só pela folha.

É muito importante, Ângelo, como se colocou hoje na Comissão e agora aqui, acho que tem que haver um debate mais profundo. Só lamento que esse assunto nem devia estar na Assembleia Legislativa. Esse é o ponto de vista nosso, porque a EMATER tem tanta credibilidade que essas questões são administrativas e poderiam ser resolvidas de outra forma, via Secretaria da Agricultura. O Secretário chamar, porque eu não vou puxar o saco da Base Governista; não preciso disso. Eles me conhecem. Mas, por que o Secretário deixar esse “abacaxi” para o Deputado do Governo resolver?

O Deputado do Governo quer que a EMATER se fortaleça, tem o seu pessoal lá, conhece a EMATER. Para que trazer um negócio desse para discussão? Colocar “saia-justa” para a Bancada do Governo e em todos os Deputados da Assembleia Legislativa?

Tem que ser uma discussão via secretaria, administrativa, Deputado Ângelo Vanhoni. Temos que estar discutindo aqui a autorização para a EMATER fazer mais concurso, contratar mais e fortalecer mais a agricultura do Paraná. É essa que é a discussão central. Temos que discutir grande, estamos num Estado agrícola, que o Requião sempre foi um Governador que apoiou a agricultura, se elegeu com essa agricultura.

Então, não sei o que está acontecendo, já manifestei isso ao Líder do Governo, Deputado Dobrandino. Acho que temos que conversar melhor com o Governador. Talvez não esteja chegando ao Governador as informações corretas, porque falaram-lhe que nós tínhamos 1.700 ações. Nós temos 380 ações, as quais a maioria, Deputado José Maria, é contemplado nesse acordo de 36 vezes.

Então, alguém do Governo está querendo colocar fogo na lenha e aí nós temos que restabelecer a verdade e a verdade nós estamos ouvindo aqui na Assembleia, porque nós fomos acolhidos para este debate.

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERALDIN

A Comissão de Fiscalização acabou fazendo um requerimento ao Governo do Estado e à Secretaria da Agricultura solicitando sobre aplicação de 170 milhões de reais no ano passado para aporte de capital para a EMATER.

Eu gostaria de perguntar se esse dinheiro é tradicional, se todo ano se manda esse dinheiro, para que foi utilizado, se foi - é uma indagação que nós temos que dirimir e evidentemente, aproveitando sua presença, que já adianto que somos complementares a favor da EMATER e vamos votar junto com a EMATER, mas gostaria, se possível, V. S. pudesse nos esclarecer de que forma ingressaram esses 170 milhões e para que o Governo quis dar aporte de capital para a EMATER e agora quer criar uma autarquia.

O senhor pode me explicar?

O SR. IVO PETRY SOBRINHO

Não, eu não poderia realmente esclarecer este assunto, porque não fazemos parte da administração do Governo e a empresa não participa dessa discussão conosco, Deputado Neivo Beraldin.

Nós também somos curiosos neste sentido como o Deputado, para saber este aspecto. Nós, como entidade sindical, também não temos informações correta sobre estes aspectos.

Então, aqui não teria condições de esclarecer este assunto, mas agradeço a preocupação, temos que levantar junto à administração do Governo.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)**O SR. VALDIR ROSSONI**

Sr. Presidente, agradeço aqui o Presidente do PT pela troca, a fidalguia, em me dar a oportunidade de falar antes do que ele, mas eu quero mais fazer um depoimento aqui para contribuir com esta questão.

O mesmo erro que este governo está cometendo, o anterior cometeu. Também encaminhou a esta Casa querendo autarquizar a EMATER e aí eu peço a Deus, que o espírito desça sobre o nosso Vice-Governador Pessuti, aquele mesmo espírito, que me lembro como se fosse hoje, eu na sala da Liderança do Governo recebendo o Deputado Pessuti e outros Deputados argumentando, que o Governo retirasse esse projeto que era prejudicial à EMATER.

Por esta razão, faço mais um depoimento. Nós, como Líder do Governo naquela oportunidade, vendo o erro que estava sendo cometido pelo Governo, aceitamos o argumento, liderado pelo hoje Secretário da Agricultura e Vice-Governador. Retiramos e impusemos ao governo a retirada do projeto. Eu espero que o meu depoimento o Deputado Pessuti ouça e vote atrás essa atitude, como ele reivindicou naquela oportunidade dizendo que aquele projeto, aquela iniciativa do governo estava prejudicando a EMATER. Espero que continue com esta mesma posição e certamente um dos maiores aliados será o Secretário da Agricultura, Vice-Governador, Orlando Pessuti. Ele vai reivindicar ao Governador a retirada desse projeto, como fez o Líder do Governo da época quando o Governo estava cometendo este mesmo erro.

É isto que eu peço. É isto que eu imploro. Que aquele mesmo espírito de proteção ao trabalho e à eficiência da EMATER volte sobre o Secretário da Agricultura da mesma forma e ele encampe esta bandeira que terá o apoio dos Deputados de Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Com a palavra, Deputado André Vargas.

Após seu pronunciamento, do Deputado Tadeu Veneri e do Deputado Nereu Moura nós pedimos que o Ivo, Presidente do SINDASP possa fazer o encerramento.

Deputado André Vargas (PT)**O SR. ANDRÉ VARGAS**

Senhor Presidente, a minha primeira ponderação é a seguinte: hoje nós temos aqui um líder sindical, um líder dos companheiros e companheiras da EMATER mas tem algumas questões que só a administração, o Governo podem e eventualmente se for necessário nós chamamos aqui o Governo para expor suas razões.

Como sugeri hoje na audiência, o Deputado Dobrandino tinha um compromisso e já tinha se colocado à disposição inclusive de intermediar; que nós possamos fazer desta questão da EMATER uma questão absolutamente suprapartidária, independentemente de uma questão de Governo, quem é Governo, quem é base aliada e quem é Oposição. Por quê? Porque se trata de uma questão de Estado, uma questão, como disse o Vanhoni, qual é o tipo de atividade, qual é o tipo de regime jurídico que se adapta àquela atividade.

Queria aqui fazer um depoimento. Quem acompanhou a história do IAPAR e da EMBRAPA, ela hoje é uma empresa pública federal que, não obstante os desmandos, não obstante o desmonte a que foram submetidos os órgãos federais, esta entidade ficou imune. Quando se instalou em Londrina a EMBRAPA-Soja, ela funcionava dentro do IAPAR; o IAPAR era a instituição mãe da EMBRAPA, aqui no Paraná. Hoje, depois do processo de autarquização, a EMBRAPA é a prima rica, vamos dizer assim, da pesquisa, e o IAPAR passa pelos problemas que todos sabem em função, inclusive, do engessamento, a ponto de, conforme disse o Deputado Tadeu Veneri e nós temos informações que a diretoria do IAPAR encaminhou uma solicitação de compra de uma colheitadeira usada e recebeu, de volta, alguns impropérios governamentais, ou seja, o IAPAR não consegue dar conta das suas atividades primordiais, por conta até, às vezes, da situação orçamentária enquanto a EMATER vai muito bem, obrigada!

Portanto eu acho que este debate está sendo feito com muita racionalidade, dentro do contraditório com o Governo, dentro de uma mesa de negociação e temos que superar o passionismo. Volto a dizer: audiências públicas bastante volumosas com um ponto de vista só são bonitas e importantes, mas só precisamos permanecer atentos e estabelecer, a partir de hoje, uma mesa coerente, racional, de negociação porque na hora de votar, às vezes as coisas são votadas sem a profundidade necessária nos debates.

Portanto, Ivo, o que faço de sugestão? Permaneçam vigilantes, continuem conosco e vamos, junto, com o Presidente da Assembléia, com o nosso Vice-Presidente, Augustinho Zucchi que é conhecedor da matéria, com o Líder do Governo e as lideranças partidárias estabelecer uma mesa de negociação com o Governo, para que possamos fazer as reformas, as transformações necessárias, mas não submetermos uma entidade que funciona a uma

lógica que já sabemos que pode ser perversa para a extensão rural e, por decorrência, para a agricultura do Paraná.

Conte conosco.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Passo a palavra ao Deputado Tadeu Veneri e na sequência ao Deputado Nereu Moura.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Serei breve, Sr. Presidente, até para que não atraiamos mais, apenas solicitar o orçamento deste ano, 105 milhões e 384 mil reais e o orçamento do ano passado está em 87 milhões e 800 mil reais. A pergunta que eu faria ao Ivo, acho que ele não vai poder responder agora, mas depois, na sequência, se as contribuições previdenciárias e o fundo de garantia que devem ser recolhidos da EMATER estão sendo feitos rigorosamente em dia?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Eu pediria ao Presidente do SINDASP que depois da locução do Deputados Nereu Moura, ele pudesse fazer a resposta desta indagação.

Com a palavra o Deputado Nereu Moura.

Deputado Nereu Moura (PMDB)

O SR. NEREU MOURA

Meu caro Ivo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este assunto é palpitante, falar da EMATER, uma empresa muito querida de todos nós que somos do interior do Paraná que temos nossa vida ligada à agricultura. Uma empresa cara ao agricultor, sobretudo para o pequeno agricultor rural, para nossos municípios, para nossa comunidade que vive no campo.

Então, acho que esse é um debate interessante, porque esta Casa é a Casa de discutir as idéias, as propostas, de aperfeiçoá-las, de melhorá-las e fazer com que contemple os interesses da nossa comunidade, do povo do Paraná.

Não quer o Governador Requião, tenho certeza, fazer qualquer mal à EMATER, porque sempre o vi tendo grande apreço à EMATER. Assim também como o nosso Vice-Governador, que começou a sua vida extencionista da EMATER no interior do Estado do Paraná. Não imagino que queiram essas pessoas, principalmente porque eu conheço o Vice-Governador Pessuti, e sei muito bem da sua ligação com o meio rural e o próprio Governador Requião, que desejam sacrificar a EMATER.

Acho que esse debate é importante, significativo. Não pude participar da audiência pública pela manhã, mas sei que ela foi interessante, do ponto de vista de discutir, de aperfeiçoar. E esta Casa vai aperfeiçoar esse projeto de lei.

Acho que se tem problemas na EMATER, se existem problemas vamos nós aqui a quatro mãos, discutir, resolver; fazer com que a EMATER, ao invés de andar para trás, ande para frente, que seja para nós sempre uma empresa-orgulho, que tenha o nosso respeito. Aliás, acho que a EMATER precisa que o Governo urgentemente abra concurso, contrate mais técnicos, mais profissionais para que ela esteja presente em todos os municípios do Paraná, prestando o serviço extraordinário que sempre prestou ao nosso agricultor e à nossa agricultora.

Quero dizer-lhe, caro Ivo, que tenho um orgulho muito grande dessa empresa paranaense. E eu, como Deputado do PMDB, ligado ao Governador Requião, companheiro do Governador de primeira hora, vamos estar juntos aqui para aperfeiçoar esse projeto, melhorá-lo e para fazer com que a EMATER continue sendo uma empresa de referência da agricultura brasileira.

Pode contar conosco.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sr. Ivo, solicito ao senhor que conclua, em nome dos funcionários da EMATER e dos nossos visitantes.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Apenas para um esclarecimento. Esse projeto do Governo está com regime de urgência?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

O senhor poderia consultar a Mesa Executiva e dizer rapidamente, quando ele deve ser votado?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Irei verificar, enquanto o Ivo faz as colocações finais e logo mais dar-lhe-ei a resposta.

O SR. IVO PETRY SOBRINHO

Nós nos surpreendemos com a posição dos Deputados, com quem há quatro semanas temos conversado. Realmente, aqui é a Casa do povo, a Casa onde debatem as leis e as idéias, independente do que o Executivo pode pensar ou não. Temos que agradecer as palavras do Deputado Nereu Moura, da Liderança do Governo, da Oposição. E principalmente dizer o seguinte: estamos abertos ao debate franco com a Assembléia Legislativa. Franco, aberto e transparente.

A EMATER tem credibilidade de 49 anos. Nós, trabalhadores e sindicato, não nos furtaremos do debate público, aberto e transparente. Acho que essa é a grande discussão. Não é possível discutir esse assunto em um mês.

Acho, repito, que o problema da EMATER...

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (Pela Ordem)

Para contribuir com o orador, diria o seguinte: esse projeto ainda está na CCJ. Não sabemos quando virá a Plenário, e como está em regime de urgência, nós assinamos, podemos retirar a urgência na hora que quisermos. Não estou dizendo que vamos, mas podemos retirar o regime de urgência.

Esse debate que está havendo aqui vai amadurecer e contribuir, em muito, para um possível aperfeiçoamento desse projeto, dessa mensagem do Governo ou até poderá ser retirada como foi a mensagem do Governo passado. Esse debate é importantíssimo.

Vi a proposição do Deputado Vanhoni. Uma proposta sensata, que com certeza, Sr. Ivo, funcionário da EMATER, vai contribuir e fazer com que possamos modificar isso.

O discurso, a fala do Deputado Elio Rusch merece uma consideração. Eu estive pela manhã na audiência pública e comprometi-me perante o Plenário, que vou conversar com o Governo, ver a possibilidade de uma retirada, de uma modificação. Enfim, nós vamos abrir a discussão sobre isso. Não quer dizer que virá para o Plenário de goela abaixo e vai aparecer aprovada. Não vai ser isso. Esse é um Governo responsável!

Agora vou dizer com o que eu não concordo.

Ouvi o discurso do Deputado Barbosa Neto. Tenho que rebater veementemente, que o Governo quer acabar com a EMATER. Não é verdade isso! Não significa, Deputado Barbosa, que transformar a EMATER em autarquia, é acabar com a EMATER. Tenho certeza que os funcionários que estão aqui, que são suficientemente inteligentes, sabem que isso não está acabando com a EMATER.

Eu imagino que o envio dessa mensagem para a Assembléia - e vou aprofundar esse debate, que possa melhorar para a EMATER. O Governo, eu imagino, quer ter um controle mais aprofundado dessa empresa que faz parte de um Governo que tem responsabilidade, mas quero tranquilizar os funcionários da EMATER que não venho a esta tribuna só porque tem a televisão aqui do lado. Eu não faria isso nunca e aquilo que eu penso, digo diante da platéia, com ou sem televisão. Vou falar o que eu penso e não sou obrigado a concordar com aquilo que o Governo quer. Eu estou me comprometendo. Vamos conversar com o Governador, vamos abrir a discussão e isso pode ser votado hoje ou daqui a seis meses. Não sei, não sabemos ainda. É um projeto de grande envergadura, um projeto polêmico.

Quero tranquilizar os companheiros até pela importância que tem a EMATER, o que ela representa para o Paraná, que nós vamos fazer o máximo possível para abrir a discussão nesta Casa, e eu quero fazer a defesa do meu companheiro e amigo, Secretário da Agricultura e Vice-Governador, Orlando Pessuti. Ele não tem poder para chegar ao Governo e dizer: "Olhe, não mande essa Mensagem, ela não serve, é inadequada". Quem tem

poder esta Casa. Os Deputados poderão aprovar ou rejeitar. É ou não é, Deputado?

É aqui o fórum da discussão e para isso é que estamos aqui e vamos discutir isso com responsabilidade, sem fazer discursos falaciosos, só porque a imprensa está aqui e receber aplausos da platéia. Não é dessa forma que vamos aperfeiçoar esse debate e fazer o melhor para a EMATER e para o Paraná e o Governo, que faz um governo com responsabilidade, sabe da importância que têm a EMATER e a agricultura, no Paraná com certeza vai atender ao nosso apelo e vamos fazer com que possamos o Governo, esta Casa e o representante da EMATER, achar uma saída que possa ser o melhor para todos nós.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Vanhoni, V. Exa. pediu um esclarecimento.

O Deputado Hermas Brandão informa ao Plenário que vai, na semana que vem, fazer uma reunião com todas as lideranças, enfim, a Mesa Executiva da Casa, para discutir, quando da votação, se é que seja o caso até lá, porque como coloca aqui o Deputado Dobrandino, até lá pode ser que nós tenhamos um outro encaminhamento dado, com relação à questão do projeto.

Com relação ao regime de urgência. Para sua retirada basta um requerimento do autor, que se coloca em votação no Plenário e poderá ser retirada.

Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

É exatamente neste sentido, Sr. Presidente, a minha questão de ordem.

Quero enaltecer aqui a postura transparente, a postura política, decente, do Líder do Governo, Deputado Dobrandino, que efetivamente já se coloca, companheiro Ivo, à disposição - são palavras dele - "para não enfiar goela abaixo da Assembléia Legislativa". Inclusive, tem a prerrogativa a Assembléia, de rejeitar esse projeto de lei.

Então, faço um apelo ao Deputado Dobrandino, até como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, porque o projeto está em regime de urgência. Em regime de urgência teremos que apreciar esse projeto, seguramente na próxima semana ou mais rapidamente possível, porque existem prazos regimentais que deverão ser cumpridos.

Entretanto, se o Deputado Dobrandino que é autor do regime de urgência fizer um requerimento à Mesa da Assembléia pedindo que seja desconsiderado, nós poderemos, com mais prazo, analisar na CCJ, oportunizar esse amplo debate, essa ampla discussão, evitando esse mal que possa vir a se consumir contra os funcionários da EMATER.

Então, Dobrandino, faça-lhe esse apelo para que V. Exa. retire o regime de urgência, porque daí não precisamos, na próxima terça-feira, já estar apreciando e

votando, na CCJ, a legalidade desse projeto que propõe a autarquização da EMATER.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Sr. Presidente, já me prontifiquei aqui e vou responder ao nobre Deputado Durval Amaral, com toda a sensatez que lhe é peculiar.

Retirarei, não agora - por uma questão de ética - tenho que comunicar ao Governador que amanhã farei outro ofício pedindo a retirada do regime de urgência, para facilitar.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputada Luciana Rafagnin.

Deputada Luciana Rafagnin (PT)

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Aproveito a oportunidade e quero parabenizar o Ivo pela explanação.

Bem, como hoje pela manhã a audiência pública que tivemos, quero cumprimentar a CCJ, o Deputado Durval Amaral pela iniciativa da audiência pública.

Dizer que na qualidade de Presidente da Comissão de Agricultura, estamos convidando os Deputados, convidando já você e os membros da EMATER e vamos fazer o convite também para o Governador, o Secretário da Agricultura, Vice-Presidente Orlando Pessuti, alguém representando o Governo do Estado, também se fazer presente numa reunião que a Comissão vai realizar na próxima terça-feira, dia 24, às 09h00 da manhã, na sala das Comissões, aqui nesta Casa.

Convidamos também a todos os Deputados, assim, como achamos que é importante, já conversávamos pela manhã, não tivemos o pronunciamento por parte do Governo do Estado, nem a justificativa do porquê da importância da autarquização ou não da EMATER.

Então, achamos que é importante também o pronunciamento do Governo, e a Comissão da Agricultura vai realizar essa reunião no próximo dia 24, onde estaremos também convidando os membros do Governo do Estado, para participarem dessa reunião, para poder também colocar justificativa do Governo.

Claro que é um assunto muito importante e o nosso pronunciamento, tanto hoje pela parte da manhã, como aqui os companheiros do nosso Partido já colocaram a nossa posição com relação a esse projeto.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Queremos agradecer a presença de todos os funcionários da EMATER, aqui, agradecer às entidades, ao SINDASP aqui representado pelo seu Presidente, Ivo Petry, que ocupa a tribuna, o SENGE, enfim, todas as entidades, e agradecer a forma educada, extremamente conceitual com que trataram desta questão durante todo o

tempo em que estiveram em contato com os membros desta Casa.

Agradecer imensamente a presença dos funcionários da EMATER, que se deslocaram do interior do Estado para estarem conosco, hoje, o dia inteiro. Pela manhã, na audiência pública realizada pela CCJ; à tarde, na Sessão aqui na Assembléia. E por final, agradecer a colocação de todos os Deputados que expressam, de viva voz, aquilo que pensam na Assembléia Legislativa, com relação a este debate tão importante para a agricultura do Paraná e tão importante para esta empresa, que é orgulho para todos nós.

Agradecer também ao Deputado Dobrandino pelo encaminhamento político, que já deixa um pouco mais tranquilos os nossos funcionários que poderão voltar, retornar, sabendo já de algum encaminhamento dado pela liderança, por parte do Governo.

E convidar aos nobres companheiros, funcionários da EMATER, aqueles que puderem permanecer, a Sessão continua.

Temos, aqui, as inscrições no Horário das Lideranças. Sei que muitas falas vão tratar deste assunto, ainda. Quem puder, pode permanecer.

Agradeço, Ivo, sua presença, em nome dos funcionários da EMATER, não apenas em nome do sindicato que você representa, mas enfim, de todos os que estão aqui e de todos aqueles que não puderam vir, fez a explanação daquilo que pensam os funcionários, aqueles que construíram essa empresa, que é orgulho para todos nós, para o povo do Paraná.

Muito obrigado pela presença de todos!

Bem, no fim, o que era para ser quinze minutos, acabou sendo uma hora.

Horário das Lideranças:

No Horário das Lideranças, concedemos a palavra ao Deputado José Domingos Scarpellini, usando do horário destinado ao PSB.

Liderança do PSB: Deputado José Domingos Scarpellini

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Sei porque o Governador Roberto Requião quer criar a autarquia da EMATER. É que ele, durante a campanha eleitoral, fez compromissos com o povo do Paraná, e como ele vem honrando todos os compromissos, ele agora também quer resolver o problema da EMATER.

O Governador Roberto Requião disse que iria recriar e resolver o problema do IPE do Paraná. E já resolveu. Palavra cumprida.

O Governador Roberto Requião disse que iria tornar o Porto de Paranaguá eficiente. E já tornou. Era,

no ano passado, a maior fila da história do mundo. Ganhou o Guinness Book: 123 quilômetros de fila para quem tivesse que levar uma carga para Paranaguá. Com esta fila, com o prêmio ganho e com a varredura que seu irmão não dá as devidas explicações para a outra irmã, Lúcia, do PROVOPAR, ele já resolveu a questão do Porto de Paranaguá. Palavra cumprida do Governador Roberto Requião!

Ele disse que iria construir duzentas mil casas no Paraná. Já construiu 3200 casas, que somadas às 190 mil espalhadas pelo Estado, pelo João-de-Barro, aquele passarinho, totaliza as duzentas mil, e com isso, com o esforço da natureza e a palavra do Governador, está resolvido o problema de habitação no Estado do Paraná. Palavra dada, palavra cumprida.

O Governador disse que ia acabar com o pedágio, se o pedágio não baixasse: ou baixa, ou acaba. Acho que para ele que usa carro oficial e não paga pedágio, o pedágio acabou. Então, palavra cumprida do Governador Roberto Requião.

Ainda aqui uma pequena pendência do Governador e da sua família com relação ao IPTU da casa que eles possuem na Vicente Machado, número 334, que está devendo apenas 133.564 reais de IPTU que ele ainda não conseguiu pagar, mas pelo que se sabe estão fazendo uma negociação e um parcelamento na Prefeitura, e espera-se que até o final deste governo ele venha a ter esse parcelamento feito. Afinal de contas, num momento difícil como este que passa a família do Governador Roberto Requião, que tem o seu irmão como Superintendente no Porto de Paranaguá, tem o outro irmão Secretário da Educação do Estado do Paraná, a sua irmã, Lúcia Requião de Mello e Silva Arruda, que também é sócia da casa, Presidente do PROVOPAR, ele, como Governador, a Dona Maristela, Diretora do Museu.

É evidente que com uma dificuldade financeira dessas temos que entender o porquê de não ter sido pago até agora. Temos que entender que eles vão se cotizar e fazer um mutirão, e nesse esforço concentrado poderão já arrecadar a primeira parcela para o pagamento do IPTU dessa casa lá na Rua Vicente Machado, 334. Imagine se você devesse IPTU durante cinco anos e não pagasse, a execução já estaria no fórum! Aqui, no caso, não houve execução, mas também o Governador teve dois irmãos como candidatos a Prefeitos, que dividiu as oposições na eleição que antecedeu a essa, e certamente um acordo até com o Prefeito da época, Cássio Taniguchi: “olha, nós dividimos a Oposição e você não executa o IPTU da casa da Vicente Machado”.

É de se estranhar, porque qualquer mortal comum...

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Liderança do PTB. Liderança do PP.

Liderança do PTB, Deputado Jocelito Canto.

Liderança do PTB: Deputado Jocelito Canto

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ouvimos agora o Deputado Rafael Greca falar da questão dos parques, e fez um comentário aqui que eu não posso concordar com ele, até porque eu não nasci em berço de ouro, como ele. Acho que a maioria dos trabalhadores que cortam pinus, ou que vivem da soja, não nasceram em berço de ouro. Nasceram numa casa simples lá em Ponta Grossa e precisam da soja para comer e do pinus para sobreviver.

Quero dizer ao Deputado Rafael Greca que os trabalhadores dos Campos Gerais precisam do pinus e que ele não é essa erva daninha que tanto o Deputado Rafael Greca está dizendo.

Afinal de contas, muitas pessoas sobrevivem no dia-a-dia graças aos pinus e à soja que é produzida em Ponta Grossa.

Deputado Rafael Greca, V. Exa. quis se auto-promover ao dizer que é um ecologista, mas acabou atacando os trabalhadores que vivem do pinus. Legalmente pode-se produzir pinus no Brasil, não há nada que impeça.

Sobre os parques ainda, quero fazer um destaque especial. Ontem estivemos reunidos com o Governador, que assumiu um compromisso de convocar o pessoal do IBAMA para discutir os números, porque alguém está com os números errado. Não sei se é o Ministério, porque desconhece os posseiros que têm na região e que não possuem documentos em cartório. Aí pode ser o grande problema. O Governador terá uma reunião hoje ou amanhã para discutir um pouco mais essa questão dos parques.

Por outro lado, alguém falou de Orlando Pessuti aqui. Quero prestar uma homenagem ao nosso Vice-Governador, um homem que há dois meses passou por um enfarte, foi até Ponta Grossa, se reuniu com a comunidade. Entrou às 15h30 e saiu às 10h00 da noite do plenário da Câmara Municipal. Ouviu todo mundo, e no final, deu seu apoio no mesmo sentido do Governador, de buscar os números para discutir melhor essa questão dos parques.

Estou aqui para prestar uma homenagem ao nosso Vice-Governador, Secretário da Agricultura do Paraná, que de forma brilhante, corajosa, transparente foi a Ponta Grossa e discutiu durante seis horas. Ouviu, participou. Era o Governador em exercício naquele momento. Esse exemplo do Orlando Pessuti é um orgulho para nós.

Para finalizar, Deputado Rafael Greca, Deus ajude que esse projeto dos parques não seja como aqueles que não navegaram em Brasília. Muito obrigado!

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Torno a insistir que não mencionei todos os produtores de pinus ou de soja do Paraná, mas, sim, alguns que estariam fazendo espalhar na opinião pública a idéia de que os parques são maiores do que realmente parecem ser. Dá para resolver isso.

Estou propondo aos Deputados Plauto Miró, Valdir Rossoni e também ao Deputado Jocelito Canto, para que façamos um pedido de informações, oficial, ao IBAMA sobre o número de propriedades, o número de hectares atingidos. Qual é a área realmente impactada pelas unidades de conservação a serem criadas proximamente pelo Governo Federal, no Paraná.

Assim como uma caravela, Jocelito falou dos projetos que não navegaram, no tempo que fui Ministro. Assim como uma caravela não é dezoito, porque dezoito atravessaram o mar, duzentas propriedades não são 59 ou não são quarenta ou não são dez. Então, não se pode dizer qualquer coisa quando se trata de um projeto de conservação que é da maior seriedade para o Paraná; quando se trata de setores produtivos e quando há empresários do porte do Oriovisto Guimarães defendendo as desapropriações para preservação da natureza.

Acho que a Assembléia deve perguntar, oficialmente, para o Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

Não tenha dúvida, Deputado Rafael Greca, assim que a Mesa receber o requerimento, ela processará.

O SR. JOCELITO CANTO (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, acho que nós não precisamos fazer esse requerimento.

O Superintendente do IBAMA esteve aqui e está nas notas taquigráficas da Sessão em que ele compareceu, quando retirou várias vezes o número oficial de desapropriações. Então, existe o número dado pelo IBAMA e existe um número levantado pelo mapa fornecido pelo IBAMA em que não constam os posseiros e aquelas pessoas que não têm documentos.

Então, não precisa fazer requerimento.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Só queria dizer, objetando o que disse o Deputado Jocelito, que a reunião do IBAMA foi muito tumultuada e nós não estamos interessados em fazer tumulto; estamos interessados no futuro do Paraná.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente.

Queria concordar com o Deputado Rafael Greca e reiterar que a Assembléia faça um requerimento. Sugiro que o Deputado Rafael Greca o faça.

Vai ficar como um documento oficial, uma resposta oficial de um órgão federal responsável pela manutenção do meio ambiente, fiscalização da preservação do meio ambiente.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Mas a palavra do Presidente não vale nada, Deputado?

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Acho que precisamos desse documento oficial. É bom que se traga luz.

Quero deixar tranqüilo o Deputado Jocelito Canto e os outros Deputados, porque nenhum posseiro que tenha alguma propriedade que, porventura, seja atendido pela desapropriação ou pela instituição do parque não será assistido do ponto de vista da indenização, de recursos pelo Governo Federal.

O Governo Federal tem a intenção de preservar a natureza, de preservar o pouquinho de araucária que existe no Estado do Paraná, mas não vai sacrificar a vida de nenhum paranaense. Então, os Deputados que fiquem tranqüilos.

Por isso, a proposta do Deputado Rafael Greca está correta; ele que apresente o requerimento porque terá o nosso apoio.

O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

Liderança do PPS.

Com a palavra, o Deputado Marcos Isfer.

Liderança do PPS: Deputado Marcos Isfer

O SR. MARCOS ISFER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Estamos entrando com um requerimento junto a esta Casa solicitando o uso do plenarinho, para que possamos convocar o Presidente da OAB, seus conselheiros, os diretores de cursos jurídicos do Estado do Paraná e os dirigentes de diretórios acadêmicos porque, recentemente, vimos por meio de uma declaração do Presidente Nacional da OAB a sua surpresa com o número de aprovados nas provas que a OAB tem realizado àqueles que, efetivamente, necessitam da sua inscrição na Ordem.

É importante que esse assunto seja discutido e seja trazido à população paranaense de uma forma bastante transparente. Então, esse é um dos motivos pelos quais ocupo a tribuna.

Outro motivo: gostaria de referenciar ao Deputado Rafael Greca que acho importante, sim, que seja feito esse pedido de informações, porque, por exemplo, quando se diz que não haverá prejuízo ao entorno desses parques não foi o que disse aqui o Superintendente do IBAMA.

Quero deixar bem claro, ele disse aqui oportunidade que seria em torno de dez mil metros, em torno dos parques. Foi dito também naquela oportunidade, que aqueles que já possuíssem poderiam colher o pinus ou a madeira que já tivesse plantado. Agora, novas instituições nós precisamos perguntar se serão liberadas e se o

serão com base em que portaria, uma vez que, infelizmente, nesta área florestal muitas vezes se legisla por portarias e não por leis definidas e leis aprovadas no Congresso Nacional ou numa Assembléia Legislativa. Infelizmente, na maioria das vezes, tratam-se de portarias.

Fiquei muito feliz em ver hoje que o Deputado André Vargas trouxe ao conhecimento da Casa que em Palmas nós voltaremos a rediscutir o assunto a respeito da audiência que lá não foi realizada, porque, quem abre o site do Ministério do Meio Ambiente vê lá que para eles considera-se como realizada também esta audiência, que na verdade não ocorreu.

Então, é importante, quanto mais esse assunto for discutido; ninguém é contra a preservação e a conservação. Agora, não podemos, em hipótese alguma admitir que aqueles que preservaram sejam punidos porque fizeram o bem para a sociedade brasileira, para a sociedade paranaense. Há sim, que se valorizar essas pessoas. Há sim, talvez, que se manter essas pessoas nas suas áreas e ainda premiá-las para que elas continuem, Deputado Plauto preservando e conservando.

Agora, é muito importante que os números, com relação à produção, sejam efetivamente desmistificados, porque não podemos mais nos dar ao luxo dessa discussão de ambientalista X setor produtivo, querendo colocar o setor produtivo como sendo o grande canalha da história. Não é verdade! Se formos observar, este Estado do Paraná foi construído, sim, com muito desmate. Onde tem café no Norte, onde tem boi no Norte, foram feitos à custa do desmate, e todo ele foi feito à custa do povo que produziu e transformou este Estado em pujante.

Então, é necessário que haja respeito com o produtor. É necessário que haja respeito com a agricultura familiar. Há necessidade que haja respeito àqueles que preservam.

E é somente isso que eu tenho certeza que esta Assembléia está pedindo. Uma discussão aprofundada com respeito e principalmente com normas claras, porque nós estamos cansados de ver ONG's que falam que determinados assuntos são de interesse para vender pareceres, vender estudos para o Ministério do Meio Ambiente, e para determinadas empresas.

Realmente, a preservação é importante, é necessária, mas nós temos que pensar principalmente em como fazer bem feita essa preservação e com a compensação para aqueles que têm respeito ao Paraná.

É isso, senhores, que nós imaginamos que deva ocorrer.

Gostaria ainda de ressaltar que temos pleiteado junto ao DER, ali no Trevo de Irati, urgentemente, a colocação de lombadas eletrônicas. Temos pedido e tenho certeza, ao ver esse acidente lamentável que ocorreu agora em Mamoré, próximo ao trevo de Mamoré, há necessidade, sim, de instalação em nossas estradas, de lombadas eletrônicas, que façam com que esses trevos possam ser locais de segurança de trânsito, tranquilos para os populares, para os moradores das cidades e para

aqueles que trafegam nas estradas. Muitas vezes nós, ao trafegamos nas estradas, esquecemos que nas cidades moram pessoas que estão saindo do seu trabalho, do seu lazer e ao tentarem atravessar essas estradas, acabam ocasionando esses acidentes gravíssimos.

Então, gostaria aqui de reiterar a solicitação que temos feito. Sei que o DER está em análise para uma licitação, mas que isso seria o mais breve possível porque o número de mortes que vemos no Paraná é muito grande e nós precisamos imediatamente dar uma resposta a isso com medidas de segurança de trânsito.

O SR. CESAR SELEME (PP) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente.

Só para registrar a presença do Vereador Sílvia, do PP de Mandirituba que nos visita nesta tarde, neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

Registrada a presença e esta Mesa se associa ao nobre visitante, desejando boas-vindas.

Liderança do PDT. Com a palavra, Augustinho Zucchi.

Usará da palavra o Deputado Barbosa Neto, na inscrição do Deputado Augustinho Zucchi.

Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto

O SR. BARBOSA NETO

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Foi só sair no Jornal Nacional e o Governador trocou o comando da Polícia Militar em Londrina.

Não quero aqui entrar no mérito da questão, já que sou favorável à punição exemplar aos policiais que mataram esse trabalhador de 20 anos que nunca teve passagem pela polícia, um jovem que carregava frutas na CEASA, em Londrina, e de repente é assassinado.

O que eu quero questionar aqui é a forma com que o Governo do Estado faz essa demissão. Tivemos outros casos até mais graves e lamentavelmente o governo nada fez. Quantas e quantas pessoas foram assaltadas aqui na Avenida das Torres, em Curitiba? Esta manhã em pleno centro da cidade a funcionária que trabalha no meu gabinete foi assaltada num dos lugares mais movimentados desta Capital, mas teve que ser a esposa do Governador assaltada, para levar uma força-tarefa para a Vila das Torres!

Tivemos outros casos até mais graves do que o desse rapaz, morador do Jardim Santa Fé, em Londrina, que foi assassinado pela Polícia, e o Governo fez vistas grossas para demitir o Comandante do 5º Batalhão. O filho do jogador Zequinha, o jovem Rafael, também perdeu a vida numa circunstância semelhante. No ano passado, 186 pessoas foram assassinadas em Londrina, quebrando todos os recordes, mas o Comandante do 5º

Batalhão da Polícia Militar não foi assaltado! Aliás, com a estrutura que temos hoje, herança da ditadura, o comandante de um batalhão que reclamar, que ousar levantar sua voz fazendo reivindicações ao Governo do Estado, é demitido sumariamente.

E quero fazer aqui só uma comparação - esse Governo é pautado pela mídia - agora o governo faz a alegria dos pauteiros do Jornal Nacional demitindo o Comandante Manoel Guimarães.

Em 2003 também saiu no Jornal Nacional um jovem que morreu debaixo de um ônibus e à época o comandante era Rubens Guimarães, que hoje é o segundo homem na hierarquia da Polícia do Estado do Paraná, perdendo apenas para o Secretário Delazari. É Diretor da Secretaria de Estado da Segurança Pública. Por que será que ele serve para o Paraná, para comandar a Polícia no Paraná ou a Secretaria da Segurança Pública, mas não serve para Londrina? Isto é jogar para a torcida! É como o presidente que demite o técnico após uma derrota e não manda embora os jogadores que fizeram corpo mole! Esta é a analogia que tem que ser feita na tarde de hoje. Será que a demissão do comandante vai saciar a família? Não, é claro que não vai!

Queremos que se garanta a punição exemplar aos policiais, mas não queremos crucificar aqui o comandante. Antes disto, o Governo é o maior responsável, porque não dota de condições a polícia para que seja feito o policiamento da maneira correta como deveria ser! O Governo precisa, antes de jogar aos leões aqueles que não têm condição de trabalho, tomar conta, por exemplo, da questão de uma escala mais humana dentro da Polícia Militar. Eles não recebem aumentos há mais de nove anos!

O Governo sabe que os policiais andam em viaturas sem condições de rodar, como a que existe nos cinco conjuntos na Zona Norte de Londrina! O Governo dá um armamento defasado e qualquer garoto de periferia anda com armamentos muito mais modernos e muito mais pesados do que os da Polícia Militar! Exigimos responsabilidade do Governo do Estado para não abrir espaço para que, daqui a pouco, mais uma vez, pautado...

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Deputado Barbosa Neto, V. Exa. tem um minuto para concluir.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Obrigado, Sr. Presidente.

...pela mídia, outras pessoas, aqueles que ocupam cargos importantes, sejam demitidos!

E o que o Governo faz? Xinga toda a Polícia Militar ou a banda podre da Polícia! Extingue o grupo Águia só porque entrou numa discussão envolvendo o Secretário da Segurança e o ex-Comandante Neves!

O que faz o Governo? Nega audiência pública à Câmara Municipal de Londrina, desdenha da reivindicação da Associação Comercial Industrial de Londrina, que

se colocou à disposição para resolver o problema! Não é assim que se resolve a questão da segurança pública. Pelo contrário! Abre precedentes perigosos para a manutenção da ordem e do direito de ir e vir com tranquilidade, na segunda cidade mais importante do nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Liderança do PFL. Deputado Plauto Miró.

Liderança do PFL: Deputado Plauto Miró Guimarães

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho à tribuna hoje para trazer informações e tentar esclarecer as questões relacionadas à formação dos parques, em especial aqueles que estão aqui nos Campos Gerais.

Três parques ali estão sendo criados: um deles, o Parque Nacional dos Campos Gerais; o outro, reserva biológica, e um terceiro, um refúgio silvestre do Rio Tibagi.

Quando vemos representantes do Ministério do Meio Ambiente, do IAP, dos órgãos ambientais trazerem informações não verdadeiras, é o que mais nos assusta. Por que não são verdadeiras, Deputado Bradock? Vimos aqui o Deputado Rafael Greca - em cima das informações que o Ministério do Meio Ambiente passou a todos nós paranaenses, a todos nós brasileiros - defender uma causa, uma idéia e uma linha.

A verdade, Presidente José Maria, não é essa. Tenho aqui em mãos e vou entregar ao Deputado Rafael Greca e à Presidência desta Casa, um levantamento feito pela Cooperativa Batavo através da Fundação ABC, dos proprietários que estão sendo atingidos pela criação desses parques e até o momento, os que procuraram a Cooperativa, a Fundação ABC, é um número maior de duzentos. São 205 proprietários, entre eles, pequenos, médios, grandes produtores rurais, proprietários de mineradoras, proprietários de reflorestamento.

Nessa relação, tem o número de funcionários que vão perder os seus empregos e passa bem mais de mil e têm muitos pequenos proprietários que a sua área está englobada na formação dos parques, não sabem que a sua área está, porque muitos deles não têm informação, até o momento não foram procurados por ninguém e só saberão quando o Oficial de Justiça bater às suas portas, intimando-os a saírem de suas propriedades.

Então, quero deixar claro. Não é verdade! Os números que estão sendo passados pelos órgãos ambientais do nosso País são mentirosos e eu bato que são mentirosos e repito, está aqui o levantamento feito através da Cooperativa Batavo e da Fundação ABC e até o momento são 205 propriedades quase que na totalidade proprieda-

des que produzem o arroz, o feijão, o trigo, a soja, suínos, aves e assim por diante!

Também peguei o levantamento feito pela Cooperativa, do prejuízo econômico que terá anualmente o Município de Ponta Grossa e região dos Campos Gerais. Só em grãos, em soja, milho, trigo e feijão, teremos sessenta milhões de reais deixando de circular na cidade, porque estas áreas vão deixar de produzir no momento que se tornarem parques.

Na área da pecuária de leite, de corte, de suínos, de aves, mais de 44 milhões de reais por ano vão deixar de circular. Isso porque na hora da formação do parque, Deputado Elio Rusch, eles deixaram as áreas produtivas, de agricultura e pecuária, dentro do parque! Eles não separaram só as áreas de preservação das araucárias, da peroba, da imbuía e outras tantas madeiras nativas que estão dentro deste parque, mas eles pegaram tudo, área de agricultura, de mineração, de reflorestamento, de floresta de araucária, área de mananciais de abastecimento da cidade de Ponta Grossa.

O que pedem todos os proprietários é para separar. Vamos separar o que produz, o que não tem cobertura vegetal, o que é manancial de abastecimento da cidade de Ponta Grossa e de outros municípios.

Vamos deixar a área produtiva fora do parque, para que possam as famílias continuar tirando da terra o seu sustento, porque da forma como estão fazendo essas famílias, na maior parte de pequenos produtores, vão ter que sair dessa área, vão ser expulsos de suas propriedades e daí eu pergunto: vão para onde? Engrossar o Movimento Sem Terra, que luta pela terra no Estado do Paraná? É isso que eles vão fazer? Ou vão engrossar o cinturão de pobreza das grandes cidades, trazendo um sério problema social para todos nós, paranaenses? Não é isso que queremos! Queremos preservar, sim, o que é mato, o que é floresta, o que é araucária, o que são nascentes de água, mas a parte de terras produtivas, de agricultura, de mineração, de reflorestamento, temos que deixar fora, porque não é justo!

Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

Liderança do PSDB, Deputado Valdir Rossoni.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Vou usar muito pouco tempo aqui, até porque o ilustre Deputado Rafael Greca deu, depois do seu pronunciamento, um novo contorno à uma situação constrangedora que ele criou, daquela tribuna, a este Parlamentar, a vários parlamentares, ao setor produtivo do Estado do Paraná, porque Deputado Rafael Greca, V. Exa. disse o seguinte, porque busco nas notas taquigráficas

cas para não cometer equívoco: “as araucárias contemporâneas dos dinossauros não precisam ser destruídas em nome da ganância pelo pinus e pela soja, pela nossa geração.”

Eu, Deputado Rafael Greca, que sou um admirador da sua cultura, peço desculpas ao setor produtivo do Paraná, porque disse, muito bem, o Deputado Marcos Isfer, daquela tribuna: “Nós não podemos nos travestir de setor produtivo para combater os ecologistas.” Esta é a grande verdade!

Deputado Rafael Greca, na verdade se o Governo desejasse resolver o problema ambiental, não apenas do Paraná mas do Brasil, era só fazer um zoneamento. Pegasse o mapa, por satélite, localize as áreas que devem ser preservadas e diz: estão aqui as áreas que devem ser preservadas. Nós poderíamos distribuir, por todo Estado do Paraná pequenas e grandes áreas para serem preservadas.

O que não pode e aí, Deputado Rafael Greca, é o ponto em que discordamos, quero dizer-lhe que o que não pode é um setor da silvicultura e o setor agrícola deste Estado serem tratados dessa maneira, pela insegurança! Outro dia quando estive, aqui, o representante do IBAMA...

(a Sessão foi interrompida)

... na sua explanação, quando questionado, poderia responder com respostas exatas: Quantas propriedades? Como é que vai ser desapropriada? Quem vai pagar? Como vai pagar?

O Superintendente do IBAMA com o seu praxe quis, aqui, nos fazer de bobos! E, aqui, de bobo, não tem ninguém! Ele ao ser questionado em questões exatas que poderiam ser rapidamente respondidas, começava a divagar sobre a sua pregação ideológica, querendo dizer que a solução do Paraná ao criar esses parques é o turismo ecológico. Disse, redisse e continuou dizendo. Quando alguém questionou, aqui, aquele representante do IBAMA, vi Parlamentar dizendo:” espera aí, o agricultor tem uma propriedade, na sua propriedade tem uma área de preservação. Tudo bem. Nessa não se trabalha. Agora a área que ele está plantando, o que ele vai fazer com essa área?”

O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

A palavra está assegurada ao Sr. Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Rafael Greca, fui buscar as notas taquigráficas!

Estou ainda, aqui, em defesa e fui buscar nas notas taquigráficas quando ele diz: “... a ganância dos plantadores de pinus e de soja...” Depois da vírgula: “pela nossa geração”.

Deputado Rafael Greca, nunca pensei, na minha vida, que estaria debatendo com um Ministro! Nunca

pensei! Hoje estou enfrentando um Ministro com a sua cultura e é difícil o debate.

Passa a usar o Horário da Oposição

Sr. Presidente uso o Horário da Liderança da Oposição.

V. Exa. sabe que nós hoje somos grandes exportadores neste Estado. Primeiro a agricultura, depois o automóvel e terceiro, a madeira. Quando se fala em madeira, é importante que se diga, não é mais araucária. Ninguém mais no Estado do Paraná trabalha com araucária, ninguém mais trabalha com imbuúia, ninguém mais trabalha com canela! O que se trabalha é com o reflorestamento, o mesmo que plantar soja. E aí nós hoje somos o maior gerador de empregos neste Estado.

Deputado Rafael Greca, sei que V. Exa. tem dificuldades de entender um homem do interior, mas, certamente, quero dizer e repetir para V. Exa., para que os seus ouvidos deixem penetrar.

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Está assegurada a palavra ao Deputado Rossoni.

Solicito a gentileza ao Deputado Rafael Greca, que tem mais tempo ainda nas Explicações Pessoais:

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Se V. Exa. tiver um tempinho de sair das ruas floridas de Curitiba, dar um passeio pelo interior do Estado, desafio V. Exa. para andar com qualquer Deputado ou, se eu merecer essa homenagem de V. Exa. para procurar neste Estado, algum lugar com raras exceções alguém que esteja trabalhando ainda com araucária. Há uma fiscalização muito eficiente nessa questão.

Então não pode um cidadão com a cultura que tem, vir aqui, e querer dizer aos paranaenses, que os agricultores, que os silvicultores são gananciosos. Se gerar emprego neste País é ser ganancioso, com a quantia de desemprego que se tem, não sei aonde nós vamos chegar!

Eu acho que cada paranaense podia fazer uma pergunta para si próprio. Quantos empregos eu estou gerando para que menos pessoas estejam nas ruas passando fome e a sua família passando necessidade? É essa pergunta que o cidadão deve fazer. Sempre, sempre procurando preservar o meio ambiente, já existe uma lei que tem que ser cumprida e sempre procurando gerar emprego, que é importantíssimo para este Estado e para o país.

É difícil discutir uma questão quando alguém, por mais culto que seja, não tenha o conhecimento profundo da questão em que estamos discutindo.

Gostei muito do seu pronunciamento, mas para ser escrito por alguém que sonha apenas com a ecologia. Eu já sonho com a ecologia, com a preservação, com a geração de emprego, com o agricultor plantando e gerando riqueza para que este País possa andar para frente.

Este é o sonho do Deputado Rossoni e por esta razão coloco-me entre aqueles que plantam o Paraná, coloco-me entre aqueles que geram emprego neste Estado, porque tenho propriedade, sim, que serve de exemplo ecológico.

Convido o Deputado Rafael Greca para fazer uma visita a uma propriedade minha, onde o pínus foi plantado, onde há uma área de preservação, foi preservada, as nascentes e os rios foram preservados.

Tenho certeza que V. Exa. vai tirar essa imagem de homem da cidade e vai dar o quadro, na sua mente, da fotografia de como é que se planta a prosperidade no Estado.

Muito obrigado!

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (Pela Ordem)

Eu fui citado, tenho o direito.

Uma vez mais esclareço: a ganância de destruir os pinheirais remanescentes é que está a mover alguns proprietários plantadores de soja e de pinus, na região de Ponta Grossa e das outras regiões de conservação. Alguns. Outros proprietários inteligentes entendem que as unidades de conservação poderão ser trocadas pela reserva legal.

Agora, sobre o que disse o Deputado Rossoni, eu quero criticar a má intenção de tentar me colocar como um homem de cidade, que não conhece o interior do Paraná, porque o meu pronunciamento desqualifica esse conceito e quero citar o fato de dizer que áreas de preservação e zoneamento agrícola têm que ser por satélite.

Quando é por satélite não dá certo. O IBAMA tem que ir no local. Aqui em Piraquara, no contorno de Curitiba iam fazer por satélite a desapropriação; iam derubar mil pinheiros! No satélite, as árvores não aparecem!

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Liderança do Governo. Consulto o Deputado Dobrandino, se cedeu ao Deputado Kielse?

Com a questão de ordem?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Até ver que quem vai usar da tribuna, eu fico feliz em ver que o Deputado Rafael Greca está começando a voltar atrás da sua posição.

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Com a palavra, o Deputado Kielse.

Fará uso do horário destinado à Liderança do Governo.

Liderança do Governo: Deputado Cleiton Kielse (PMDB)

O SR. CLEITON KIELSE

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho à tribuna com três assuntos muito pertinentes à Sessão de hoje.

O primeiro assunto, é o que nós discutimos com o Diretor do Porto de Paranaguá, Dr. Eduardo Requião, pela transformação que está ocorrendo no litoral do Paraná. Transformação, porque estivemos em quase vinte ruas, avenidas, lá em Paranaguá, totalizando 21 quilômetros de pavimentação com concreto, transformando a cidade numa das cidades portuárias mais bonitas do país. Fazendo a infra-estrutura de calçadas, praças, iluminando as avenidas, transformando a Paranaguá do meu amigo Vanhoni, numa cidade fantástica, uma cidade que está trazendo, não só o aumento das exportações, mas que tem uma lista de ações na área social, desde a questão dos institutos que estão em parceria com o estudo da psicultura, a questão do Canal da Galheta e tantos outros assuntos pertinentes ao litoral, que Paranaguá também está apoiando, via Porto de Paranaguá.

Falando do Porto de Paranaguá, fizemos a proposta ao Porto, que venha a ser utilizada a areia que está sendo retirada ao Canal da Galheta, para que venha areia limpa, areia grossa, a ser utilizada em toda a faixa litorânea onde está acontecendo o desassoreamento natural daquela região, como foi feito em Piçarras, no Balneário de Camboriú, como foi feito em Santos, como está sendo feito em vários pontos turísticos do País. E o nosso amigo, Eduardo Requião, não só aceitou a proposta como colocou-a como uma proposta de vanguarda, visualizando o barateamento para uma obra que no turismo do Paraná vai ter uma repercussão já imediata para a próxima temporada.

Por isso, quero colocar a semana que vem um voto de congratulações ao Diretor-Superintendente do Porto, Sr. Eduardo Requião, pela competência no gerenciamento, não só da entrada e saída do nosso Porto, dos produtos exportados e importados, mas pela competência gerencial, porque é um dinheiro que nós nunca vimos ser aplicado em favor de Paranaguá, em favor do litoral, e em parceria, também, com as Prefeituras do nosso litoral.

E falando em litoral - agora falo com vários Deputados que estiveram conosco lá, Nelson Justus, Ratinho, Vanhoni e outros, como o Deputado Max Rosemann, quando inauguramos, ontem, a Universidade Federal do Litoral do Paraná, que não só vai atender a todo o litoral do Paraná, ofertando oito cursos, numa universidade pública, com a estampa da Universidade Federal, onde esteve ontem o Ministro da Educação, Tarso Genro, o Governador Roberto Requião, nosso companheiro Moreira, competente Reitor da Universidade Federal, todos os professores do litoral do Paraná, abrindo a primeira Universidade Pública Federal do Litoral.

Sem sombra de dúvidas, nós temos a Matinhos de hoje e vamos ter a Matinhos daqui a dois anos. Serão duas mil vagas que serão ofertadas até dois anos, a partir de ontem. Ontem, 180, com a primeira inscrição de vestibular e o lançamento de outros vestibulares daqui a seis

meses. Será uma Universidade Pública Federal em parceria com o Governo do Estado do Paraná, aonde o governo já investiu doze milhões de reais no projeto e execução, na compra e desapropriação da Associação BANESTADO, não só gerenciando um projeto de futuro, transformando o Litoral do Paraná num eldorado a partir de ontem.

E, nesse sentido, Sr. Presidente, eu tenho que agradecer o Governo Requião, agradecer a todos os membros do Ministério da Educação, pessoalmente ao nosso amigo Tarso Genro, ao Presidente Lula, que com a sensibilidade dos seus companheiros, do nosso Reitor Moreira, que eu tenho um prazer muito grande de ser amigo pessoal, e dizer que daqui a pouco tempo nós vamos ter uma nova Umuarama em Matinhos.

Umuarama, Deputado Accorsi, porque há oito anos cito atrás nós tínhamos uma cidade que estava se acabando, uma cidade onde víamos as pessoas vindo para a região metropolitana e que não encontravam um norte para buscarem uma profissão, e lá, em Umuarama, instalou-se uma universidade particular que iniciou com quinhentas vagas, e hoje passa de doze mil, revitalizando a cidade e toda a região do nosso Noroeste do Estado. E isto vai acontecer com o Litoral do Paraná.

O Governador estava inspirado ontem, falando com o coração, falando realmente como Euclides da Cunha falava, discutindo as ações de futuro de uma microrregião, sonhando com os estudantes que lá estavam, buscando ainda do tempo da Universidade Federal, ou da escola estadual onde ele passou, falando com o coração de um jovem político, mas de uma pessoa competente e que busca sempre aplicar bem o dinheiro do Governo do Estado.

E, nesse parâmetro nós estamos visualizando e vislumbrando os investimentos que estão vindo nessa esteira, Deputado Dobrandino. Já temos cursinho se instalando, já temos imobiliárias cotizando, porque os estudantes do Brasil inteiro estão visualizando Matinhos como uma cidade, como um novo eldorado da educação, e o nosso Prefeito Chiquinho, companheiro que está lado a lado patrocinando também parte da infra-estrutura daquela nova visão de Município, daquela visão estadista como o Governador fez numa parceria de Universidade Federal, a nossa querida Secretaria de Ciência e Tecnologia, nosso companheiro Secretário Aldair, na pessoa do próprio Governador Requião, mas de todos os parceiros que serão os Prefeitos da microrregião do Litoral.

E, aproveitando, não só o investimento desses doze milhões, nós queremos frisar que todos os professores que lá estarão, serão vinculados à Universidade Federal. Teremos três cursos técnicos baseados nas necessidades do Litoral do Paraná, vislumbrando que não só o sucesso da Universidade Pública, da ação direta do Governo do Estado, mas da ação permanente do Secretário de Ciência e Tecnologia, que neste ano serão investidos setecentos milhões de reais no ensino de terceiro grau aqui em nosso Estado, a nossa querida Universidade Federal. Queremos

entregar um título de Cidadão Honorário ao nosso Reitor Moreira, que merece, que fez com que não só o Vale da Ribeira fosse atendido pontualmente com projetos sociais, mas hoje com a instalação da Universidade Federal do Paraná em Matinhos, vislumbra não só o sucesso imediato, mas com certeza a transformação do nosso litoral em uma cidade universitária, oriunda dos braços de todo o Litoral do Paraná.

O Sr. Geraldo Cartário (PP)

Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Kielse, eu, como V. Exa. participamos das campanhas eleitorais na cidade de Matinhos. Numa dessas campanhas me encontrava no palanque junto com o então Senador, Roberto Requião, candidato a Governador. Estávamos no mesmo palco, junto com outros companheiros, quando o Governador, nas suas propostas de Governo, garantiu ao povo de Matinhos a Universidade do Litoral.

V. Exa. está satisfeito e eu também estou, porque a palavra empenhada em palanque se tornou realidade.

Também quero associar-me a esse grande desempenho do Governador, visto que há pouco tempo atrás apresentei um voto de louvor pela sua promessa cumprida, pela implantação da Universidade do Litoral.

V. Exa. está de parabéns, que representa o Prefeito, eu que represento a Oposição e junto com outros Deputados que atuam no litoral, o Deputado Antonio Anibelli, sempre defensor de Guaratuba.

Todos temos que aplaudir o Governador, porque prometeu e cumpriu!

Muito Obrigado!

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Queria agradecer a todos os parceiros, irmãos nossos do litoral, todos que lutaram juntos, pessoas que hoje estão beneficiadas direta e indiretamente com a universidade.

Tenho certeza que estaremos juntos lutando em favor do Estado, em favor do Governador, transformando esse litoral.

Estamos lançando a “Domingueira da Região Metropolitana”, transformando a passagem do Prefeito Beto Richa extensiva a toda a região metropolitana, fazendo do domingo um dia de lazer também para os nossos amigos de Curitiba que vão para a região metropolitana e dos amigos da região metropolitana que queiram vir para Curitiba. Uma tarifa de um real aos domingos, facilitando o lazer e transformando também a isonomia entre as tarifas Curitiba-Região Metropolitana.

Muito obrigado!

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 45 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Requerimento nº 1429, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, encaminhando Questão de Ordem à Presidência desta Casa, relativa aos Projetos de Lei nºs 709 e 484/2004, oriundos das Mensagens nºs 044, de 26.11.2003 e 036, de 06.12.2004, haja vista que os referidos projetos confundem-se em partes de seus objetos. **Encaminha-se à Presidência, para providências.**

Indicação nº 021/2005, de autoria do Deputado Carlos Simões, constante do expediente, propondo a conclusão das obras de pavimentação asfáltica da BR-487 (Estrada Boiadeira) no trecho que especifica. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projeto de lei de autoria do Deputado Delegado Bradock, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Mauro Moraes, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Renato Gaúcho, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1379, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, solicitando

autorização para se deslocar à Europa, para participar do intercâmbio que acontecerá com a FETRAFSUL, entre os dias 29 de maio a 09 de junho do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1387, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando para sua participação como palestrante, no dia 1º de junho, para proferir Aula Magna para a turma de 2005 do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIPAR - Universidades Paranaense de Cascavel. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1388, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando autorização para participar do Seminário de Administrações Legislativas e Executivas Municipais no dia 02.06.0025, na cidade de Foz do Iguaçu **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1389, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando autorização para participar do Encontro Latino-americano de Prefeitos e Parlamentares - "Cidades pela Unidade", na cidade de Rosário, Argentina, nos dias 2 e 3 de junho de 2005. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1391, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente, solicitando autorização para participar da IX Conferência da UNALE, em Costa do Sauípe, na Bahia, entre os dias 25 a 28 do corrente mês. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

1ª Discussão (Votação em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 038/2005, de autoria do Deputado Durval Amaral, que institui normas para licitação e contratação de parceria público - privada no âmbito estadual. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.

Está encerrada a discussão desse projeto na Sessão de votação.

Em votação. **Aprovado.**

Redação Final

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 024/2005, de autoria do Deputado Rafael Greca, que dispõe

sobre a gratuidade da taxa de certidão da Carteira Nacional de Habilitação e dá outras providências. **aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 024/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná.

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a isentar do pagamento de taxa no fornecimento de Certidão Negativa da Carteira Nacional de Habilitação, quando a mesma for exigida com requisito para a seleção de emprego.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 10.05.12005.

(aa) CESAR SELEME -Presidente
LUIS FERNANDO DA SILVA LITRO- Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 025/2005, de autoria do Deputado Rafael Greca, que dispõe sobre a gratuidade da emissão da Certidão de Antecedentes Criminais e dá outras providências. **aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 025/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná.

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a isentar do pagamento de taxa no fornecimento de Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, quando a mesma for exigida com formalização de vínculo empregatício.

Art. 2º Esta lei entrará em vigora na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 10.05.12005.

(aa) CESAR SELEME -Presidente
LUIS FERNANDO DA SILVA LITRO- Relator

2ª Discussão

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 137/2004, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que institui o Programa de Acompanhamento, Aconselhamento e assistência integral às pessoas portadoras do Traço Falciforme e com Anemia Falciforme no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CSP. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 172/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre medida preventiva ao combate à criminalidade nas escolas públicas da rede de ensino estadual e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CECE e SP. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 496/2004, de autoria do Deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres - APM da Escola Estadual Vila Serrana - Ensino Fundamental, com sede no Município de Janiópolis e foro no Município de Goioerê. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 006/2005, de autoria do Deputado Rafael Greca, que dispõe sobre a não incidência de ICMS sobre energia elétrica não consumida e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. PARECER CONTRÁRIO DA CF.

Sobre o referido projeto, Emendas Aditivas de Plenário em de nº 02 (duas), de autoria dos Deputados Natálio Stica, Elton Carlos Welter, André Vargas, Tadeu Veneri, Padre Paulo Campos e Luciana Rafagnin, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 006/2005

Adite-se o parágrafo 2º ao artigo 1º, ficando da seguinte forma:

“§ 2º Para obtenção da isenção fiscal referida no *caput* deste artigo, a responsável tributária deverá demonstrar por meio contábil, antecipadamente, o integral repasse da redução da carga tributária ao preço final da mercadoria.”

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(aa) NATÁLIO STICA, ELTON CARLOS WELTER, ANDRÉ VARGAS, TADEU VENERI, LUCIANA RAFAGNIN e PADRE PAULO CAMPOS.

JUSTIFICATIVA:

O ICMS é um tributo indireto, o que significa dizer que o contribuinte de fato é o consumidor da mercadoria e não a empresa que simplesmente repassa os valores do imposto aos cofres do erário. As empresas que recolhem ICMS sobre demanda de potência contratada repassam este custo aos consumidores e por esse motivo não são qualificadas como contribuintes, e sim, como responsáveis tributárias pela legislação pátria.

A proposta legislativa original, além de repercutir de forma negativa na arrecadação do Estado do Paraná,

representa, ainda, a possibilidade de enriquecimento sem causa do responsável tributário, que com a presente emenda fica efetivamente compelido a repassar a redução da carga tributária aos consumidores das mercadorias, contribuintes de fato, no entendimento pacífico dos mais consagrados tributaristas brasileiros.

Por fim, destaque-se o parecer contrário da Comissão de Finanças desta Casa, que desaconselha a aprovação do projeto de lei em questão na forma original por implicar em renúncia de receita e imprevisão de compensação pela queda de arrecadação, conforme exigências estabelecidas pela Lei Complementar nº 101/2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

Adite-se o parágrafo 3º ao artigo 1º, ficando da seguinte forma:

“§ 3º Elaborada a planilha contábil, com a demonstração detalhada do repasse integral da redução da carga tributária ao preço final da mercadoria, a responsável tributária apresentará ao Poder Executivo a documentação para obtenção da isenção tributária descrita no *caput* deste artigo, que poderá ser deferida mediante decreto.”

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(aa) NATÁLIO STICA, ELTON CARLOS WELTER, ANDRÉ VARGAS, TADEU VENERI, LUCIANA RAFAGNIN e PADRE PAULO CAMPOS.

JUSTIFICATIVA:

O ICMS é um tributo indireto, o que significa dizer que o contribuinte de fato é o consumidor da mercadoria e não a empresa que simplesmente repassa os valores do imposto aos cofres do erário. As empresas que recolhem ICMS sobre demanda de potência contratada repassam este custo aos consumidores e por esse motivo não são qualificadas como contribuintes, e sim, como responsáveis tributárias pela legislação pátria.

A proposta legislativa original, além de repercutir de forma negativa na arrecadação do Estado do Paraná, representa, ainda, a possibilidade de enriquecimento sem causa do responsável tributário, que com a presente emenda fica efetivamente compelido a repassar a redução da carga tributária aos consumidores das mercadorias, contribuintes de fato, no entendimento pacífico dos mais consagrados tributaristas brasileiros.

Por fim, destaque-se o parecer contrário da Comissão de Finanças desta Casa, que desaconselha a aprovação do projeto de lei em questão na forma original por implicar em renúncia de receita e imprevisão de compensação pela queda de arrecadação, conforme exigências estabelecidas pela Lei Complementar nº 101/2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 051/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 01/2005, que altera a redação do artigo 14, alínea "x" do inciso II, da Lei nº 11.580/96 (ICMS). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 064/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera o artigo 1º da Lei nº 13.469, de 14 de janeiro de 2002, que declarou de Utilidade Pública a Creche Tia Lúcia, com sede e foro no Município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 149/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera a Lei nº 5258, de 13 de janeiro de 1966, que declarou de Utilidade Pública o Educandário Madre Carmela de Jesus, nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 188/2005, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública o Centro Social Rural Comunitário Léa Leal - CENSORURAL, com sede e foro na Cidade de Teixeira Soares. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

O item nº 12 tem que ser em votação secreta. Está sendo apresentado o Requerimento n 1435, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente, solicitando que esse item seja votado logo após o item 21 da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

1ª Discussão**ITEM 13**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 477/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que faculta a utilização do limite de importação não esgotado nos critérios da Lei nº 13.971/2002. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, com voto favorável do Deputado Neivo Beraldin. (Publ. no DA nº 121/2004, de 07/12/2004)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 477/2004

P A R E C E R :

O projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, objetiva facultar a utilização do limite de importação, não esgotados nos critérios da Lei nº 13.971/2002.

Chamada a opinar, a Comissão de Constituição e Justiça apresenta parecer favorável, por não encontrar

nenhum óbice de natureza legal, constitucional ou regimental. É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 477/2004

P A R E C E R :

O projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, objetiva facultar a utilização do limite de importação, não esgotados nos critérios da Lei nº 13.971/2002.

Chamada a opinar, a Comissão de Finanças acompanha o posicionamento da Comissão de Constituição e Justiça que apresentou parecer favorável ao Projeto de Lei nº 447/2004, por não encontrar nenhum óbice de natureza legal, constitucional ou regimental e por encontrar méritos indiscutíveis na proposição em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.03.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 002/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera a alínea "C" do inciso V, ao artigo 14, da Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003. (IPVA). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **(Publ. no DA nº 001/2005, de 16.02.2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 002/2005

P A R E C E R :**Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que objetiva alterar a alínea "C", do inciso V, do artigo 14, da Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que estabelece tratamento tributário pertinente ao IPVA.

Fundamentação

Chamada a opinar a Comissão de Constituição e Justiça encontrou, na justificativa do autor, a pretensão da prática do princípio de isonomia no tratamento dado a deficientes proprietários de veículos automotores ao menor de idade com deficiência física, visual, mental severa ou profunda, cujos pais ou responsáveis poderão adquirir o veículo para uso nos seus nomes. E quanto a constitucionalidade, não encontramos nenhum óbice para a normal tramitação da proposição nesta Casa de Leis.

Conclusão

Sendo assim, a Comissão de Constituição e Justiça opina pela aprovação do Projeto de Lei nº 002/2005, em vista da constitucionalidade e oportunidade da matéria.

Sala das Comissões, em 09.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RATINHO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 002/2005

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, que objetiva alterar a alínea “C”, do inciso V, do artigo 14, da Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que estabelece tratamento tributário pertinente ao IPVA.

Fundamentação

A matéria já recebeu análise, quanto à constitucionalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável à mesma.

Conclusão

Sendo assim, a Comissão de Finanças apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 002/2005, por entender que o mesmo procura sanar problemas na aplicabilidade da Lei nº 14.260, no tocante dos menores que têm seus pais como representantes legais, questão que não foi prevista no texto legal, o que os impossibilita de usufruírem da isenção do IPVA, concedidas aos deficientes proprietários de veículos automotores.

Sala das Comissões, em 30.03.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
CESAR SELEME - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 042/2005, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, que declara de Utilidade Pública a AFGV - Associação Filantrópica Geração Vida, com sede e foro no Município de Apucarana. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 004/2005, de 23/02/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 042/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Miltinho Pupio, declara de Utilidade Pública a Associação Filantrópica Geração Vida, com sede e foro no Município de Apucarana.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.05.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 060/2005, de autoria da Deputada Arlete Caramês, que declara de Utilidade Pública a ABASC - Associação Batista de Ação Social de Curitiba, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 007/2005, de 01/03/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 060/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria da Deputada Arlete Caramês, que declara de Utilidade Pública a Associação Batista de Ação Social, com sede e foro no Município de Curitiba.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.05.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 080/2005, de autoria do Deputado Padre Paulo, que declara de Utilidade Pública a “Jovens com uma Missão” - Ponta Grossa “JOCUM”, com sede e foro no Município de Ponta Grossa e revoga a Lei nº 14.538 de 29/11/2004. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 010/2005, de 09/03/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 080/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que declara de Utilidade Pública a “Jovens com uma Missão” - Ponta Grossa “JOCUM”, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.05.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 106/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente “José Gaudêncio Silveira” de Apoio às Vítimas de Erro Médico, com sede e foro em Pinhais. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 012/2005, de 15/03/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 106/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente “José Gaudêncio Silveira” de Apoio às Vítimas de Erro Médico, com sede e foro em Pinhais.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.05.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 128/2005, de autoria do Deputado Natálio Stica, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Planaltina do Paraná, com sede em Planaltina do Paraná e foro no Município de Santa Isabel do Ivaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 017/2005, de 28/03/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 128/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Natálio Stica, declara de Utilidade Pública a APAE de Planaltina do Paraná, com sede no Município de Planaltina do Paraná e foro no Município de Santa Isabel do Ivaí”.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.05.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 160/2005, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Grandes Rios - APMI, com sede e foro no Município de Grandes Rios. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 022/2005, de 05/04/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 160/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Miltinho Pupio, declara de Utilidade Pública a APMI de Grandes Rios, com sede e foro no Município de Grandes Rios.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.05.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 173/2005, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Hipismo, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 026/2005, de 13/04/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 173/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Hipismo, com sede e foro no Município de Curitiba.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.05.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Vamos votar, então, o item nº 12:

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 323/2004, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, que autoriza o Poder

Executivo a outorgar título de Cidadania Honorária ao Sr. Benedito Cláudio Pinga Fogo de Oliveira, o “Pinga Fogo”. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. (Publ. no DA nº 076/2004, de 30/08/2004).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 323/2004

Relatório

Da autoria do Exmo. Sr. Deputado Miltinho Pupio, o presente projeto visa conceder o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Cláudio Pinga Fogo de Oliveira.

Fundamentação

Chamada a opinar a Comissão de Constituição e Justiça, ao analisar o presente projeto, constatou não haver inconstitucionalidade, bem como estar contido na cota do Partido do autor, o PSDB, tendo sido verificado, porém, redação incompatível com a Lei Complementar à Constituição Federal de nº 95 de 26/02/98, que dispõe sobre a elaboração, a redação e a consolidação das leis, em seus artigos 7º, *caput*, 8º e 9º.

Conclusão

Assim sendo, apresentamos parecer favorável ao presente projeto de lei na forma do substitutivo em anexo.

Sala das Comissões, em 09.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOCELITO CANTO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI Nº 323/2004

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Cláudio Pinga Fogo de Oliveira.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 09.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOCELITO CANTO - Relator

Solicito a chamada dos Srs. Parlamentares pelo 1º Secretário, Carlos Simões, para votação secreta.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Carlos Simões)
(Procede à chamada nominal)

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, acabo de receber uma informação que eu gostaria de colocar ao Plenário que o ex-Governador Jaime Lerner acaba de sofrer um derrame.

O SR. PRESIDENTE (Hemas Brandão)

Não. Não é verdade esta informação que V. Exa. recebeu. Ele foi fazer exames normais hoje, e por ocasião dos exames estava com pressão alta e ficou no hospital, mas já saiu.

Não é verdadeira esta informação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Carlos Simões)
(Continua a chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE (Hemas Brandão)

Quarenta e sete Srs. Deputados votaram.

Designo os Deputados Duílio Genari e Neivo Beraldin para que procedam a contagem dos votos.

Antes do resultado da votação, quero registrar com muito orgulho a presença neste plenário do Prefeito de Maringá, Henrique Beckmann, a pedido do deputado Elio Rusch. Seja bem-vindo.

Votaram 47 Deputados. O projeto foi aprovado por 44 votos. **Aprovado** em 1ª Discussão.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Hemas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1323 e 1367, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1324 e 1420, de autoria do Deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1325, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1326, 1327 e 1328, de autoria do Deputado Francisco Bühner, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1338 e 1419, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1339, 1344 e 1376 a 1378, de autoria do Deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1341, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1342, 1343 e 1427, de autoria do Deputado Renato Gaúcho, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1345, de autoria do Deputado Marcos Isfer, com apoio dos Deputados Nelson Garcia, Waldir Leite, Durval Amaral e demais Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1346 a 1348, 1351, 1369, 1370, 1371 e 1424, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1349, 1350 e 1431, de autoria do Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1352 e 1408, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1368, 1382 e 1409, de autoria da Deputada Elza Correia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1359 a 1363, 1383, 1417 e 1434, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1353, de autoria dos Deputados Valdir Rossoni, José Domingos Scarpellini, Plauto Miró Guimarães, Ademar Traiano e Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1354, de autoria dos Deputados Valdir Rossoni, Elio Rusch, Barbosa Neto, Ademar Traiano e Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1358, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1372, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1373, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1375 e 1381, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1384, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1390, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1398 e 1432, de autoria do Deputado Duílio Genari, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1401, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1403 e 1404, de autoria do Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1405 e 1406, de autoria do Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1407, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1410, de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1413, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1423, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1426, de autoria do Deputado Elio Rusch, com apoio dos Deputados Marcos Isfer e Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1340, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. **Rejeitado.**

Verificação de votação a pedido do Deputado Dobrandino da Silva.

Os Deputados que aprovam: 05 (cinco);

Os Deputados que rejeitam o requerimento: 35 (trinta e cinco). **Rejeitado o requerimento.**

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 18, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 011/2005.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 477/2004; 002, 042, 060, 080, 105 e 128/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 023, 109, 206 e 581/2003; 192 e 292/2004; 056, 061, 088 e 186/2005.

Convido ainda os Srs. Parlamentares para a Sessão Solene, de outorga de título de Cidadania Honorária do Paraná à Sra. Anice Jamil Aboulhossem Messmar, por proposição do Deputado Neivo Beraldin, às dezessete horas e trinta minutos do dia 18 de maio.

